

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CAROLINA MARIA DONEGÁ TEODORO

**UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE BRASILEIRA:
REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS (1988-1997)**

FRANCA

2023

CAROLINA MARIA DONEGÁ TEODORO

**UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE BRASILEIRA:
REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS (1988-1997)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo nº 88887.511544/2020-00.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daiane Vaiz Machado.
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araujo.

FRANCA

2023

T314h

Teodoro, Carolina Maria Donegá

Uma história do tempo presente brasileira : Revista Estudos
Históricos (1988-1997) / Carolina Maria Donegá Teodoro. -- Franca,
2023

170 f. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Daiane Vaiz Machado

Coorientadora: Karina Anhezini de Araujo

1. Historiografia. 2. Periódicos on line. 3. Interdisciplinaridade. 4.
Década de 80 do séc. XX. 5. Década de 90 do séc. XX. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO ESPERADO

Em nível social, almejamos, com esta pesquisa, aclarar o funcionamento da comunidade intelectual fluminense durante o regime militar do século passado, bem como durante a abertura política. Enfocamos não apenas a extensão da censura governamental e institucional, mas também as estratégias de resistência dos pensadores do período.

EXPECTED IMPACT

On a social level, we aim, with this research, to clarify the functioning of the intellectual community of Rio de Janeiro during the military regime of the last century, as well as during the political opening. We focus not only on the extent of governmental and institutional censorship, but also on the resistance strategies of the thinkers of the period.

IMPACT ATTENDU

Sur le plan social, nous visons, avec cette recherche, à clarifier le fonctionnement de la communauté intellectuelle de Rio de Janeiro pendant le régime militaire du siècle dernier, ainsi que pendant l'ouverture politique. Nous nous intéressons non seulement à l'étendue de la censure gouvernementale et institutionnelle, mais aussi aux stratégies de résistance des penseurs de l'époque.

CAROLINA MARIA DONEGÁ TEODORO

**UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE BRASILEIRA: REVISTA
ESTUDOS HISTÓRICOS (1988-1997)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) como requisito para obtenção do título de Mestre em História. **Área de Concentração: História e Cultura Social**

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: _____

Prof.^a Dr.^a Daiane Vaiz Machado

1º
Examinador: _____

Prof.^a Dr.^a Virgínia Camilotti (UNESP)

2º
Examinador: _____

Prof. Dr. João Rodolfo Munhoz Ohara (UFRJ)

Franca, 09 de maio de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Rosemeire e Wagner, por todo o apoio emocional e financeiro, sem o qual minha formação não seria possível. Obrigada por me incentivarem a seguir a carreira que escolhi, considerada inferior por tantos outros responsáveis. Obrigada por todo o esforço que fizeram ao longo desses anos para que eu tivesse o maior conforto possível, conforto este que me permitiu ser bem-sucedida. Sem vocês, não teria realizado meu sonho.

À minha orientadora, Daiane Machado, pelo zelo que teve comigo desde a graduação. Além da excelente professora que é, como orientadora a Daiane sabe ser aquilo que a academia mais precisa: compreensiva e firme, amiga e profissional, brincalhona e responsável... Porque uma coisa não anula a outra. Daiane, você é uma inspiração. Obrigada pelos comentários, pelas sugestões, pelas reuniões, e por sua dedicação constante. Obrigada por ter transmitido seus conhecimentos com toda a generosidade do mundo.

À professora Virgínia Camilotti e ao professor João Ohara, por aceitarem nossos convites para compor as bancas de qualificação e defesa, pela atenção que dedicaram à leitura da dissertação e por seus ricos comentários.

Também quero agradecer à minha tia Isa (que odeia ser chamada de tia) e ao meu padrinho Wildnei, pela preocupação e pelo carinho de sempre; à minha madrinha Regiane, pelo afeto incondicional; às minhas primas Emily e Heloísa, e ao meu primo Arthur, por todas as brincadeiras e risadas; à minha avó Maria, por ter aberto as portas da sua casa e ter me dado todo o suporte necessário; à minha avó Vilma, por todas as preces e bênçãos; ao meu avô Antônio e à minha madrastra Marisa, que infelizmente partiram antes de poder celebrar comigo essa conquista, mas que participaram dela com todo o coração; ao meu avô Gaspar, que há muitos anos me protege desde o imenso céu azul.

Aos amigos Gabriel Amorim, Mariana, Luis e Viviane, toda a minha gratidão pelas opiniões acadêmicas, docentes, musicais, cinéfilas, leitoras e afins, e obviamente pelos desabafos intermináveis, as reclamações disfarçadas de piada e as consequentes gargalhadas com cara de choro; à Elisa e ao João, pela companhia diária e pela cumplicidade; à Maria Alice, minha primeira amiga, pela parceria eterna; à Thalia, Cristian, Ana Maria, Tiago e Luiz, por me ajudarem tanto durante todos esses anos; à Letícia, a irmã que a vida me deu, por nosso laço inquebrável; à Isabelly,

Larissa e Mirella, por não se esquecerem de mim; à Senny, Ananda, Juliana e Gabriel Santoro, que se importam comigo e se fazem próximos, mesmo que estejamos hoje muito distantes em quilometragem; à Vitória Rodarte, por seu coração imenso.

Ao meu grande amor, Felipe, que me fala diariamente o quanto sou capaz de conquistar meus objetivos. Ele faz questão de me lembrar que meu potencial continua existindo, mesmo que eu às vezes tenha dificuldades no percurso. Fê, sem você, esse caminho teria sido bem mais tortuoso. Obrigada!

Às minhas queridas do ballet: Professora Bia, Daiane, Julia, Clara, Luisa, Lívia, Ana Júlia, Lavínia, Luiza e Inajara, por me ajudarem a expressar pelo corpo aquilo que se passava na minha mente; por me permitirem uma reconexão comigo mesma; por termos aprendido tanto juntas, por termos formado uma família, mesmo que por pouco tempo.

Sou igualmente grata à minha psicoterapeuta, Michele, por todo o estudo, toda a atenção, toda a disposição que tem para comigo. O crescimento que você me proporcionou não é algo que dinheiro pague. Cada conquista que alcançamos juntas é, para mim, uma memória feliz. Você faz parte do que sou hoje, e do que serei daqui para frente.

À minha professora de francês, Nayara, que generosamente corrigiu o meu *résumé* e acompanhou o processo de elaboração dessa dissertação com muito interesse, cheia de boas ideias e sempre disposta a ajudar.

Agradeço também à Karina Anhezini, minha coorientadora e minha fonte de admiração, meu modelo de ética e docência, um grande ser humano (de fato, muito humano) com quem tive o prazer e o privilégio de interagir e aprender. Uma relação que a Unesp me deu de presente. Sinto saudade das aulas que ela lecionou para a minha turma, das descobertas que esses momentos mágicos me propiciaram... Que falta faz a tal máquina do tempo!

Aos colegas do grupo de pesquisa Memento, em nome da Aline, do Luis, da Meg, do Benê, do Gerson e do Thiago, com os quais minhas trocas foram mais intensas. Sem o grupo, com certeza o meu trabalho seria bem mais pobre, minha dissertação seria incompleta.

Aos funcionários da Unesp, em especial ao pessoal do R.U., da seção de graduação e de pós-graduação, do STAEPE, da biblioteca e da limpeza. Gente que trabalha frequentemente sem os recursos necessários, com falta de pessoal e em sobrecarga, mas que desempenha a função com excelência; ao querido Flores, pelas

conversas leves e pelo interesse sincero que teve pelas minhas palavras; e ao Cleiton do Multicópias, pela simpatia e pelo bom atendimento.

Aos professores que se esforçaram para que eu passasse no vestibular, sendo eu uma aluna de escola pública. Mais uma vez, vencemos!

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

E à Deus, ou à Olodumarê, ou à esse amor no qual minha dúvida permite crer.

O historiador é um padeiro que, com aparas das atitudes, dos costumes, das ações das massas, faz fermentar novas imagens dos tempos, que servem de alimento para nossos sonhos de continuidade, para nossa fome de identidade, para nossa inanição de sentidos para vida, para o estarmos aqui na terra, para nossa existência finita e ilimitada.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

TEODORO, Carolina Maria Donegá. UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE BRASILEIRA: REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS (1988-1997). 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mapear a produção historiográfica da revista acadêmica *Estudos Históricos* (EH), vinculada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Tomamos como hipótese central que o periódico, de perfil interdisciplinar, ao se propor a reunir pesquisadores motivados a pensar o Brasil sob uma perspectiva histórica, possibilitou a produção e divulgação de textos com ênfase na História do Tempo Presente do nosso país. Nosso recorte percorre os dez primeiros anos da revista, indo, portanto, de 1988 a 1997. Com olhar crítico, analisamos vinte volumes da EH, catalogados e disponibilizados em arquivo *on-line*, hospedado no Sistema de Bibliotecas da FGV. Adotamos como aporte teórico-metodológico a noção de *operação historiográfica* (elaborada por Michel de Certeau), os estudos de Pierre Bourdieu sobre a constituição de campos científicos, além dos procedimentos indicados por Julio Benvoglio e Ricardo Marques de Mello em suas obras, no tocante ao trabalho com periódicos.

Palavras-chave: produção historiográfica; Estudos Históricos; CPDOC; FGV; História do Tempo Presente.

TEODORO, Carolina Maria Donegá. A BRAZILIAN HISTORY OF THE PRESENT TIME: THE JOURNAL *ESTUDOS HISTÓRICOS* (1988-1997). 2023. Thesis (Master's Degree in History) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

ABSTRACT

This work aims to map the historiographic production of the journal *Estudos Históricos* (EH), attached to the Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Our central hypothesis is that the journal, with an interdisciplinary profile, by proposing to bring together researchers motivated to think about Brazil from a historical perspective, enabled the production and dissemination of texts with an emphasis on the History of the Present Time of our country. Our selection covers the journal's first ten years, therefore, from 1988 to 1997. With a critical perspective, we analyzed twenty EH's volumes, cataloged and available in an online archive, hosted by the Sistema de Bibliotecas of FGV. We adopted as theoretical-methodological basis the Historiographical Operation (elaborated by Michel de Certeau), the Pierre Bourdieu's studies on the constitution of scientific fields, besides the procedures indicated by Julio Benvivoglio and Ricardo Marques de Mello in their works about journals.

Keywords: historiographic production; *Estudos Históricos*; CPDOC; FGV; History of the Present Time.

TEODORO, Carolina Maria Donegá. UNE HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT BRÉSILIENNE: REVUE ESTUDOS HISTÓRICOS (1988-1997). 2023. Mémoire (Master en Histoire) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

RÉSUMÉ

Le but de ce travail est de cartographier la production historiographique de la revue académique << Estudos Históricos >>, liée au << Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) >>. Nous avons comme hypothèse principale le fait que le périodique, de profil interdisciplinaire, lors de la proposition de réunir des chercheurs motivés à penser le Brésil sous une perspective historique, a permis la production et la divulgation de d'articles qui mettent en accent l'Histoire du Temps présent de notre pays. Notre coupure parcourt les dix premières années de la revue, alors, elle va de 1988 à 1997. Avec un regard critique, nous analysons vingt volumes de la EH, catalogués et disponibles dans l'archive en ligne, hébergés dans le << Sistema de Bibliotecas >> de la FGV. Nous adoptons comme contribution théorique-méthodologique la notion d'Opération historiographique (élaborée par Michel de Certeau), les études de Pierre Bourdieu sur la constitution des champs scientifiques, en plus des procédures, indiquées par Julio Bentivoglio et Ricardo Marques de Mello dans leurs oeuvres, concernant le travail avec des périodiques.

Mots-clés : production historiographique ; Estudos Históricos ; CPDOC ; FGV ; Histoire du Temps présent.

Lista de imagens

Figura I	Planilha de análise da Estudos Históricos	Pág. 69
Figura II	As capas da Estudos Históricos (1988-1997)	Pág. 76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - <i>TRAJETÓRIA</i>, SUBSTANTIVO FEMININO: CPDOC E ESTUDOS HISTÓRICOS NAS MEMÓRIAS DE SEUS PESQUISADORES	32
1.1 Da sala de jantar ao auditório do IBAM: como se faz um centro de pesquisa..	34
1.2 Construindo pontes: a Estudos Históricos e seu projeto interdisciplinar	55
CAPÍTULO II - DOSSIÊS E SUAS TEMÁTICAS: PERFIL DA ESTUDOS HISTÓRICOS	70
2.1. A produção historiográfica da EH: mapeando artigos, autores e referências..	76
2.1.1 As capas da estudos históricos	76
2.1.2 Estatísticas e interpretações.....	78
2.1.2.1 Artigos por área de interesse.....	79
2.1.2.2 Autores por sexo e por nacionalidade	88
2.1.2.3 Instituições por nacionalidade e por repetição.....	92
2.1.2.4 Orientação teórico-metodológica.....	95
2.1.2.5 Quantidade de artigos por recorte espacial	99
2.1.2.6 Quantidade de artigos por recorte temporal	101
CAPÍTULO III – TEMPO PRESENTE NOS FASCÍCULOS DA ESTUDOS HISTÓRICOS	104
3.1. Um tempo presente brasileiro: temas dos artigos e formação dos autores da EH	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
FONTES.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

INTRODUÇÃO

Os anos 1980 marcaram, no contexto historiográfico brasileiro, uma inflexão. Compuseram este cenário, principalmente, as mudanças advindas do giro linguístico, que tiveram repercussão nas pesquisas possibilitadas pela expansão da pós-graduação no país (regulamentada após a reforma universitária, em 1968). Nestes novos lugares de produção formaram-se pesquisadores com inclinações teóricas recém-chegadas ou *renovadas*¹. Nesta perspectiva, a história da historiografia teve como característica, de acordo com Maria da Glória de Oliveira e Rebeca Gontijo, um olhar composto sobretudo por “referenciais oriundos da história das ideias”², em detrimento da noção de *ideologia* como categoria-chave. A década de 1980 foi, portanto, palco de uma efervescência de propostas de escrita da história brasileira, de um alargamento de temáticas e de um crescimento em números de trabalhos publicados.

Uma das instituições envolvidas nesta mudança de rumos foi o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), mantido pela Fundação Getúlio Vargas desde 1973³. Este se sustentava como um centro de pesquisa preocupado com questões como o uso da História Oral e a História Política. Em 1988, o CPDOC criou a revista *Estudos Históricos* (EH) a fim de congrega pesquisadores em uma perspectiva interdisciplinar da história brasileira. Seu primeiro dossiê, *Caminhos da Historiografia*, é destacado por Oliveira e Gontijo por conter dois artigos de grande relevância para a história da historiografia: *Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em*

¹ Tomo como exemplos a História Política, a História Intelectual e a História Cultural.

² Este viés resultou, especialmente, em “estudos sobre autores, obras e instituições”. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. Sobre a História da Historiografia Brasileira: um breve panorama. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 177 (472):13-37, jul./set. 2016, p. 27. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-472/item/108388-sobre-a-historia-da-historiografia-brasileira-um-breve-panorama.html>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

³ O CPDOC “é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação. Os conjuntos documentais doados ao CPDOC [...] constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos” (In: CPDOC. **Apresentação**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sobre>>. Acesso em: 07 jul 2019). Para mais informações, cf.: ABREU, Alzira Alves de. CPDOC 20 anos. In: **Estudos Históricos**: CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro: FGV, v.7, n.13, jan./jun., 1994, pp. 3-6; e FRAIZ, Priscila. CPDOC: 25 anos. **Estudos Históricos**: Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jan./jun. 1998, p. 3-7.

Capistrano de Abreu, de Ricardo Benzaquen de Araújo; e *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*, de Manoel Luiz Salgado Guimarães. Para as autoras, ambos eram fruto do

[...] interesse [verificado do fim dos anos 1980 até a primeira década do século XXI] por problemas relacionados à escrita e à narrativa históricas, às práticas e lugares institucionais de investigação em estudos que, de modo geral, mantêm os referenciais da história política e da “questão nacional”, mas também despontam com outras preocupações, por vezes relacionadas à cultura histórica, à experiência do tempo e à recepção das obras historiográficas, assim como aos problemas de teoria da história ou da história dos conceitos.⁴

Pensando nessa iniciativa, o objetivo deste trabalho é compreender e analisar a produção historiográfica promovida pelo referido periódico. Pretendemos utilizar a *EH* para identificar tendências historiográficas⁵, assim como observar disputas e filiações no meio acadêmico, embates entre diferentes grupos de poder ligados às instituições do saber histórico entre os anos de 1988 e 1997. Isso só é possível se entendermos este tipo de revista como

fonte de divulgação dos resultados de pesquisas ligadas a essas instituições, e de colaboradores de grande prestígio na comunidade acadêmica, que os grupos almejam possuir como membro de um possível novo centro de poder que está em constituição⁶.

Tivemos duas principais dificuldades na delimitação da pesquisa. A primeira foi a escolha do recorte temporal, já que, por critérios institucionais, a quantidade de anos abarcada era grande demais e, as fontes, muito numerosas. Optamos, assim, por manter o recorte nos primeiros dez anos de publicação da *EH*, marco simbólico celebrado na revista com um editorial especial. O segundo obstáculo foram as restrições impostas pela pandemia de COVID-19 que, afora todas as questões psicológicas implícitas em um

⁴ OLIVEIRA; GONTIJO, op. cit., p. 29-30.

⁵ MELLO, Ricardo Marques de. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História, 1981-2000**. 125 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

⁶ NASCIMENTO, Bruno César. **Para além do texto: os periódicos de história como elemento de definição do campo. O caso da revista de história da USP (1950 – 2016)**. 2016. 344 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016, p. 23.

isolamento social, nos impossibilitaram de visitar o CPDOC presencialmente e colher novos documentos para complementar ou confrontar as informações encontradas em outras fontes. Contudo, julgamos que esses problemas não comprometem a qualidade de nossas interpretações. Afinal, os estudos que tomam periódicos como fonte e objeto de pesquisa a partir da ótica da historiografia são recentes e, apesar da efervescência atual, ainda não são volumosos. Portanto, acreditamos que esta dissertação contribui para uma mudança nesse cenário.

Adotaremos como inspiração teórica os pressupostos de Michel de Certeau, especialmente aqueles contidos em seu livro *A Escrita da História*⁷. A *operação historiográfica* é composta pela interação entre o lugar do discurso, os métodos (a prática) de análise e a produção textual. É função do historiador conferir sentido e significado a um acontecimento, historicizando seu objeto de análise. A escrita da história é fruto de vivências do escritor, assim dialoga diretamente com seus interesses pessoais e os da instituição na qual ele se insere. Esta última tem grande poder sobre o discurso produzido, criando balizas dentro das quais se organiza a disciplina histórica, que abarcam seleção de metodologias, fontes e pesquisas a serem feitas. Dessa forma, a prática da escrita da história e suas técnicas variam de acordo com as culturas nas quais foram produzidas. É por isso que o produto do trabalho do historiador deve sempre ser analisado dentro de um contexto.

Ademais, a escrita da História é coletiva por depender da validação dos pares e ter relação com suas ideias; também para ter validade, o discurso deve seguir as normas acadêmicas, sob pena de ser marginalizado pela comunidade científica e perder legitimidade. Neste sentido, uma das funções da História estaria vinculada à relevância social do estudo, a um caráter didático voltado à comunidade. Não menos importante, Certeau enfatiza a necessidade da disciplina se utilizar de conceitos e modelos de outros âmbitos do conhecimento, sempre os criticando com base em critérios próprios da História.

Dessa forma, pretendemos analisar a *operação historiográfica* contida na *Estudos Históricos*, examinando a revista como lugar de produção e as

⁷ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a.

balizas promovidas pelo CPDOC enquanto instituição. Queremos compreender as *regras* de produção historiográfica fabricadas por este centro de pesquisa, através do estudo do perfil do periódico, a partir dos textos veiculados nele, em primeira instância; adicionalmente, daremos especial atenção aos seus idealizadores, ao conceito envolvido em sua criação e à dinâmica de reconhecimento de discursos exercida pelos autores nos trabalhos enviados aos dossiês.

Também nos utilizaremos dos estudos de Pierre Bourdieu acerca da constituição de campos científicos. Estes, segundo o autor, são estruturas de troca autorreguladas e relativamente autônomas que abarcam lutas e disputas de força. Neles estão inseridos agentes (sujeitos, instituições...) produtores e difusores de conhecimento, que conflitam ou se aliam na conservação ou na transformação da estrutura hierárquica do campo. Cada agente possui seu volume de capital científico, determinado pelos pares em relação aos volumes dos demais agentes. Os pares atribuem capital científico aos indivíduos quando publicam, descobrem, inventam e, por suas contribuições, são considerados de grande valor; bem como quando ocupam cargos e funções relevantes, participam de comissões, bancas, colóquios, cerimônias, reuniões, dentre outros eventos importantes. Ter mais ou menos volume de capital confere mais ou menos prestígio e, conseqüentemente, mais ou menos poder ao agente em questão⁸.

A partir disso, Bourdieu distingue nas revistas científicas o poder de consagrar produções de acordo com os critérios de seleção que estabelecem, “oferecendo, assim, continuamente, o exemplo do que merece o nome de ciências, e exercendo uma censura de fato sobre as produções heréticas, [...] pela definição do publicável que elas propõem”⁹. Portanto, os periódicos científicos reconhecidos pelos pares e os sujeitos a ele ligados tornam-se autoridade, e suas preferências são imbuídas de legitimidade, ditando tendências e possibilidades em cada momento.

Daremos especial atenção aos conceitos de *tendências historiográficas*

⁸ BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

⁹ Id. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu** – Sociologia. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39, 1983, p. 138.

e opções historiográficas, presentes na tese¹⁰ de Ricardo Marques de Mello. Estas últimas envolvem elementos comuns a todos os artigos estudados, como “recorte temporal, recorte espacial, área historiográfica, orientação teórica, perspectiva predominante da interpretação e fontes usadas”¹¹. Ao agrupar os que tenham as mesmas características e certa recorrência, é possível determinar tendências¹². Tudo isso com o objetivo de viabilizar a análise de fontes tão heterogêneas, caráter que não está distante das nossas próprias.

Ressaltamos, por fim, que também faremos uso dos procedimentos listados por Julio Benvivoglio em seu capítulo *Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a História da Historiografia?*¹³. Dessa forma, observaremos o perfil dos colaboradores da *Estudos Históricas* para reconhecer correntes historiográficas; buscaremos identificar financiadores e editores; analisaremos seções, editoriais, a recorrência de conceitos e recortes, e tipos de fonte utilizados; verificaremos autores mais citados para compreendermos a dinâmica de formação de comunidades de discursos e de referências. Não desconsideraremos a relevância da materialidade dos periódicos, apesar desta esfera estar em segundo plano¹⁴.

Entendemos que o estudo dos periódicos, para a história da historiografia, é importantíssimo por possibilitar a problematização da memória disciplinar, a análise das direções teóricas e historiográficas representadas pelos posicionamentos dos autores publicados, prestigiados ou não, e as consequentes variações destes caminhos em razão do tempo prolongado de publicação da grande maioria das revistas. Portanto, concebemo-las como

¹⁰ MELLO, op. cit.

¹¹ Ibidem, p. 6.

¹² “Portanto, a recorrência crescente a uma dada opção historiográfica – área, recorte espacial e temporal, orientação teórica, perspectiva da interpretação e tipos de fontes usadas – designa uma certa tendência historiográfica”. In: MELLO, op. cit., pp. 32-33. Os critérios de identificação de cada opção historiográfica estão esmiuçados no primeiro capítulo do referido trabalho.

¹³ BENVIVOGGIO, 2017, pp. 7-31.

¹⁴ Benvivoglio fala em identificar rede de secretários, impressores, encadernadores, distribuidores, assinantes e leitores; custo de produção, tiragem e preço de revenda. Além disso, destaca a importância de discernir se a revista é feita por uma editora comercial ou impressa em gráficas universitárias ou caseiras; e ainda defende a observação de aspectos gráficos, como capa, layout, fonte, espaçamento, tamanho, ilustrações, tipo de impressão e de papel. Para mais informações, cf. também: LUCA, Tania Regina de. **Leituras, projetos e (Re)vistas(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Unesp Digital, 2017; e Id. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: UNESP, 1999.

dispositivos de circulação e de apoderamento da produção historiográfica, que contribuem para a formação de identidades e a afirmação de grupos como detentores deste saber, legitimando abordagens e construindo paradigmas¹⁵.

As revistas científicas tiveram papel fundamental na institucionalização e na profissionalização da disciplina História no Brasil, contribuindo na elaboração e na circulação dos debates da área, divulgando as pesquisas feitas nos programas de pós-graduação (muitos deles formados havia pouco tempo). Mais do que isso, os periódicos contribuíram para a emergência da história da historiografia na década de 1980 como um tipo de *consciência crítica* do trabalho do historiador profissional. A partir dessa década, a historiografia brasileira foi expressamente associada ao trabalho do historiador acadêmico¹⁶. A *Estudos Históricos* (EH), nosso objeto de investigação, foi criada em 1988 e é mantida pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas; ela ocupa, assim, um lugar de agente neste processo.

Como espaços tanto de alianças quanto de disputas e ferramentas de confirmação de domínio, os periódicos representam um espaço multifacetado e dinâmico (quando comparadas com livros e coletâneas), sem, contudo, perderem o rigor necessário ao exercício da escrita da história. O alcance obtido propicia a ebulição de debates, o que consequentemente caracteriza os periódicos como veículos de reflexões correntes¹⁷, marcadas em páginas físicas ou virtuais, como ocorre com a *Estudos Históricos*. No caso de revistas publicadas na Internet, este potencial é amplificado, muitas vezes atingindo escala global.

A *EH* relaciona-se ao movimento francês de enfoque na história recente e ao fenômeno da Nova História Política¹⁸, por ser expressão de um lugar de produção destes conhecimentos, o CPDOC. Levando ainda em consideração

¹⁵ NASCIMENTO, op. cit.

¹⁶ SANTOS, 2018.

¹⁷ Posto isto, entendemos o motivo de Julio Benvivoglio defender “a criação de um campo específico – a história das revistas de história” (BENTIVOGLIO, Julio. *Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a História da Historiografia?* In: ARRAIS; BENTIVOGLIO, op. cit., p. 7).

¹⁸ É interessante nos atentarmos ao fato de que Angela de Castro Gomes, Lúcia Lippi Oliveira e Gerson Moura, os primeiros editores da *Estudos Históricos*, dedicaram seus estudos justamente à Ciência Política e à História Política pelo mencionado viés, discorrendo sobre trabalhismo, nacionalismo, partidos políticos, política externa, entre outros temas.

a importância dada por este centro de pesquisa à história oral, esses fatores nos fazem pensar na hipótese de que a *Estudos Históricos* seja uma representante das discussões acerca da História do Tempo Presente no Brasil.

Portanto, o objetivo principal da pesquisa é analisar a produção historiográfica promovida na Revista *Estudos Históricos* em seus dez primeiros anos de existência. Concebemos a *EH* como veículo e, ao mesmo tempo, agente, na construção da historiografia brasileira de fins do século XX. Assim, tomamos como hipótese central deste trabalho que a revista possibilitou a produção e divulgação de textos com ênfase na História do Tempo Presente do nosso país.

Este objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

1 – Estudar a escrita das publicações do período indicado, com o propósito de compreender a *operação historiográfica* implicada em sua produção, traçando o perfil do periódico por meio do mapeamento de referências teóricas, temáticas, seções, vinculações institucionais, autores dos textos e pensadores envolvidos na idealização e na edição da revista. Portanto, a partir desta etapa, produzimos conexões de temas, recortes, objetos, conceitos, fontes, instituições, pesquisadores e debates. Para esta finalidade contribui igualmente a investigação da conjuntura social, política e institucional de criação do periódico e de parte da história do CPDOC.

2 – Mapear as temáticas dos dossiês propostos pela revista, bem como os artigos e seus autores a fim de verificar a sua adesão às concepções da História do Tempo Presente. Para isso, também buscamos entender como a produção estrangeira foi ressignificada pelos receptores brasileiros, e como está refletida em seus próprios estudos, através das menções a teóricos forâneos contidas nos textos veiculados pela *Estudos Históricos*.

Neste trabalho, não almejamos analisar o alcance e a importância de todas essas *tendências* da Estudos Históricos na historiografia brasileira. Este seria um outro estudo, de intenções mais amplas. Quando dizemos que a *EH* produziu historiografia, propagou tendências, e que nosso intuito é mapeá-las e interpretá-las, estamos nos referindo a um estudo interno do periódico. Por isso, pedimos ao leitor que não espere dos dados produzidos um

direcionamento efetivo à historiografia brasileira, uma influência de impacto verificado; nem um quadro hermético, ou um modelo de qualquer natureza.

Mas o que é a História do Tempo Presente (HTP)? Pelo que ela se caracteriza?

Nos últimos quarenta anos, configurou-se um campo de temporalidade peculiar, que preza pelo tempo próximo – proximidade não apenas na cronologia, mas no imaginário das sociedades, quando os fatos e personagens do passado reverberam em seus costumes e cosmologias. Esse campo é derivado dos grandes traumatismos e da consequente necessidade de analisar a relação entre história e memória, o testemunho direto como mediador primário, a história oral e seus respectivos arquivos, remontando às origens gregas da historiografia. A chamada História do Tempo Presente¹⁹, permeada pela abordagem mundializada e pelas nuances de um novo regime de historicidade, foi construída a partir da investigação dos acontecimentos constitutivos das últimas catástrofes das sociedades. As catástrofes, para Henry Rousso, são os acontecimentos de ruptura insuperáveis pelos povos, que estão sempre presentes em suas memórias e cujos efeitos repercutem em seu cotidiano.

O passado próximo se vê rejeitado como lembrança de assombro ao mesmo tempo que atormenta as consciências em uma escala até então inédita. Não passa, não passa mais – é o aspecto traumático -, não deve passar – é a sua tradução moral e política – pois a sua lembrança, dominada ou não, serve doravante de alerta, de “advertência” a uma possível recidiva, à imagem do Anjo da História de Walter Benjamin [...].²⁰

Segundo François Hartog, os regimes de historicidade relacionam-se aos “modos por que se conectam presente, futuro e passado na escrita da história”²¹. Regimes são compreendidos como “expressão da experiência

¹⁹ Esta denominação está associada à criação, na França, entre 1978 e 1980, do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP). Por sua vez, o IHTP é oriundo de outra instituição, que havia sido criada em 1951, o Comitê de História da Segunda Guerra Mundial (In: FÁVERO AREND, Silvia Maria; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Revista Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, jan.-jun, 2009, pp. 202-203. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338130370013>>. Acesso em: 18 mai. 2020).

²⁰ ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p. 115.

²¹ HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, n. 148, p. 10. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952/21015>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

temporal”, e “organizam o passado como uma sequência de estruturas”²². O regime atual teria entrado em vigência no ano de 1989: com o muro de Berlim, cai também (gradualmente) o chamado regime moderno de historicidade²³, iniciado em 1789. Isso significa que, se antes o futuro era privilegiado como ponto de vista histórico, agora nos vemos imersos na regência do presente. Hartog esclarece que os momentos de quebra e, conseqüentemente, mudança de regime, são aqueles “em que as relações da sociedade com o tempo entraram em crise”²⁴. No regime corrente, com a ausência de *orientações*, o historiador duvida de sua capacidade de *prever* justamente o passado. Hartog se pergunta: “[...] como o veremos? Que questões devemos colocar?”²⁵, trazendo à tona o processo de rememoração e reconstrução próprio do historiador coetâneo. Considerada parte da rápida resposta da História Contemporânea a este presente hipertrofiado, a constituição da História do Tempo Presente está diretamente ligada à essas concepções.

Ao historiador desse tempo, observador, investigador e agente da história, manifestaram-se desafios, relacionados sobretudo à sua capacidade de distanciamento de um passado tão próximo e, portanto, à legitimidade da nova subárea, além do delicado equilíbrio entre experiência e conhecimento: a HTP é permeada pela tensão entre pesquisador e testemunha, entre história e memória. Em muitas ocasiões, o próprio historiador do tempo presente foi testemunha dos fatos analisados, o que torna seu trabalho ainda mais complexo.

Dessa forma, a HTP produziu uma interação única com o espaço público que resultou na demanda social por respostas, explicações e *juízos*. Ela reabilitou o tempo presente na análise da história, por muitas décadas evitado como um tempo tomado pelas paixões e, conseqüentemente, impossibilitado de fornecer ao historiador a objetividade necessária em seus estudos. Também foi recomendado aos que escrevem história que se distanciassem da política, com o propósito de evitar a contaminação do seu olhar. Tal situação que se inverte quando esses profissionais passam a ser cobrados como

²² Ibidem, p. 12.

²³ Nele, “[a] palavra-chave é Progresso, [a] História é entendida como processo e [o] Tempo como se direcionando a um fim (progressão)”. Cf. Ibidem, p. 10.

²⁴ Ibidem, p. 11.

²⁵ Ibidem.

peritos do passado; cria-se, na segunda metade do século XX, uma espécie de tribunal da história, endossado pelos efeitos das grandes guerras, tão abrangentes e destrutivas. As interpretações jurídicas do passado recente constituíram o processo de *judicialização da história*, sobre o qual o holocausto teve protagonismo, criando uma nova consciência histórica, sobretudo na Europa. Crimes imprescritíveis passaram a representar “um regime de historicidade singular”:

[O imprescritível] abole a distância entre o passado e o presente, ele nos torna, no tempo do processo, artificialmente contemporâneos dos sofrimentos infligidos não a alguns, mas a toda uma coletividade. [...] Ele participa de uma temporalidade em que não é tanto o presente que domina – ainda que se trate de aplicar qualificações forjadas após a catástrofe –, mas da persistência do passado, ou mais exatamente a de um acontecimento insuperável, sem precedente e, portanto, matricial.²⁶

A HTP também teve papel importante para o restabelecimento da diplomacia, impulsionando a história comparada e a nova história das relações internacionais, esta última considerada um dos nichos da história contemporânea *mais palatáveis* à Universidade.

As práticas de luto e as comemorações públicas das sociedades marcaram os estudos sobre a história do tempo presente. Por outro lado, ela foi amplamente disseminada entre o grande público por suportes como o cinema, a televisão, o rádio e a internet. Isso porque as mídias privilegiam os acontecimentos recentes em detrimento dos mais afastados temporalmente, por conta da ampla oferta de material audiovisual (filmagens, fotos, discursos e gravações de tipos diversos), que torna a história mais vívida e atrativa para os telespectadores e os ouvintes.

Apesar de surgida a partir das catástrofes, na prática, há algumas formas diferentes de delimitar o que seria considerado história do tempo presente. Elas nem sempre privilegiam esse critério catastrófico, mas, da mesma maneira, nem sempre são prestigiadas pelos pesquisadores. Rouso as divide em duas categorias: definições por critérios constantes e definições por critérios móveis. Importante ressaltar que os tipos de critérios não se excluem entre si.

²⁶ ROUSSO, op. cit., p. 221.

Os *constantes* não dependem necessariamente de uma conjuntura, e estão delimitados, por exemplo, pelo prazo de reserva imposto à consulta de documentos, ou pelo ritmo dos séculos. Eles são vantajosos, segundo Rousso, por permitirem “comparações no tempo e no espaço sobre as diversas práticas que reclamam para si uma mesma preocupação com a história recente”²⁷, o que privilegia análises em perspectiva longa. Dentre eles, está o critério que adotamos neste trabalho, a saber, o da duração de uma vida humana. Este tipo de recorte temporal preza pela presença física de testemunhas, ou pelo menos de atores históricos, pois considera-se que sua existência terrena caracteriza uma interação entre historiador e fonte, ou historiador e objeto, totalmente diferente daquela vista nas pesquisas realizadas com fontes *mortas*. A relação entre historiador e ator histórico vivo é marcada pela *vigilância* por parte deste, trazendo, eventualmente, tensões e desacordos entre ambos, que podem ser judicializados em caso de difamação das testemunhas.

Já os critérios *móveis* mudam de acordo com a conjuntura e estão calcados na periodização, como as datas inaugurais de 1940 (derrota da França na Segunda Guerra Mundial), 1945 (encerramento da Segunda Guerra), 1917 (Revolução Russa), 1914 (início da Primeira Guerra), para dar alguns exemplos ao leitor. Essas datas são significativas não apenas pelo factual, por darem início ou fim a grandes eventos, mas pela interpretação do acontecimento e de seus desdobramentos como pontos de ruptura histórica de sentido forte. É justamente por depender da interpretação que esses critérios são chamados de *móveis*: variam de acordo com “autores, escolas de pensamento, contextos científicos ou culturais”²⁸.

De qualquer modo, é importante destacar que, dentre as catástrofes do século XX, a Segunda Guerra Mundial teve um papel de grande relevância na elaboração desses critérios, já que especialmente a partir dela inaugurou-se uma contemporaneidade marcada pelo pessimismo. Assim, a HTP surge dessa crise do horizonte de expectativa positivo, da incerteza quanto às possibilidades de futuro.

Atualmente, como expoentes da HTP no Brasil, temos a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com sua revista *Tempo & Argumento*, e a

²⁷ Ibidem, p. 245.

²⁸ Idem.

Universidade Federal do Sergipe, com os *Cadernos do Tempo Presente*. A UDESC também realiza, a cada três anos, o *Seminário Internacional História do Tempo Presente*, que já conta com quatro edições (2011, 2014, 2017, 2021).

A *Estudos Históricos*, no recorte temporal eleito, é um periódico semestral e comercial organizado pelo CPDOC, sujeito a assinatura e disposto em dossiês cujos temas concernem à contemporaneidade, incluindo assuntos privilegiados pela História do Tempo Presente como imagem, mídia, cultura política, arquivos pessoais, memória, justiça e cidadania. Desde sua concepção, a revista preza pela interdisciplinaridade; porém, concomitantemente, estabelece o critério de historicização. Desta forma, aborda temáticas de diferentes disciplinas, mas tendo o cuidado de apresentá-las sob uma perspectiva histórica. Este caráter multidisciplinar se alinha com sua inclinação às questões do contemporâneo. Portanto, aliando História e Ciências Sociais, a *Estudos Históricos* acompanha e divulga a trajetória do CPDOC; almeja romper fronteiras acadêmicas para analisar e debater “diferentes maneiras de compreender o Brasil”²⁹, ressaltando o papel da memória e do resgate crítico das origens.

Esses dois elementos, nomeadamente o enfoque na contemporaneidade e a preocupação com a construção da identidade brasileira, manifestam-se já no primeiro editorial da revista e, representam, a nosso ver, chave de interpretação historiográfica do periódico. Entre outras iniciativas de destaque do CPDOC, “a publicação de entrevistas com historiadores e cientistas sociais constituiu uma inovação introduzida por *Estudos Históricos* entre os periódicos da área de história do país”³⁰.

O editorial *Por uma Revista de História*, de 1988, difunde um dos aspectos que possibilita a análise coesa de nossa fonte como almejamos neste trabalho, ainda que ela seja veículo de textos sobre diferentes temáticas e prismas metodológicos: a “perspectiva histórica”:

Nossa proposta é a de reunir em uma revista todos os profissionais interessados em participar da análise do Brasil sob uma perspectiva histórica. Não queremos fazer uma revista de

²⁹ CPDOC. Por uma Revista de História. **Estudos Históricos**: Caminhos da Historiografia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun., 1988, p. 4.

³⁰ GRZYNSZPAN, Mário. Estudos Históricos: 10 anos. **Estudos Históricos**: América Latina. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, jul./dez. 1997, p. 160.

historiadores, ou de sociólogos, ou de cientistas políticos. Queremos sim que ela seja um órgão de divulgação de uma perspectiva multidisciplinar voltada para a história do Brasil. **Queremos enfim ser o instrumento da divulgação de um saber que considera irrelevante o traçado de certas fronteiras acadêmicas** e entende o conhecimento da história de um país não como um objetivo exclusivamente erudito e sim como uma preocupação fundamental para a vivência cotidiana de seus cidadãos.³¹

As revistas científicas acompanharam a intensificação da institucionalização e especialização brasileira da História ocorrida nos anos 1980. A *Estudos Históricos*, surgida em 1988 (portanto, participante ativa deste processo), corresponde a uma fonte exemplar, sobretudo por ocupar-se justamente em “compreender o Brasil” de maneira historicizada e, conseqüentemente, com a constituição e consolidação da história da historiografia.

Certamente a problemática dos traçados de fronteiras acadêmicas continua polêmica entre os historiadores até nossos dias. Rafael Benthien, em artigo publicado em 2020, trata da questão com prudência. O autor considera impossível, e mesmo improdutivo, delimitar onde termina uma disciplina e começa outra. Assim, Benthien fala em interdisciplinaridade, que considera um maior fator de impulsão da produção científica. Ele a define como “situações em que dois ou mais **rótulos disciplinares** são evocados em um mesmo contexto enunciativo”³². Dessa forma, não se trata de envolver no processo definições prévias universais de disciplinas. Benthien advoga por uma história cruzada dos saberes, por um “estudo focado na caracterização e na explicação

³¹ CPDOC. Por uma Revista de História. **Estudos Históricos**: Caminhos da Historiografia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun., 1988, p. 4, grifo nosso. Este tipo de atitude de democratização não era novidade. No simpósio da ANPUH de 1977, criou-se uma rusga entre os defensores da abertura dos simpósios aos estudantes e aos professores secundaristas, e os contrários. Assim, os associados se dividiam, respectivamente, na “proposta Novais” (encabeçada por Fernando Novais) e na “proposta Wesphalen” (liderada por Cecília Wesphalen). A historiadora não conquistou a maioria dos votos e preferiu se desligar da Associação alguns anos depois (MACHADO, Daiane Vaiz. Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. In: VARELLA, Flávia; ANHEZINI, Karina (orgs.). **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**. 2016. Coleção Concurso SBTHH. Mariana: SBTHH, 2018, p. 709-719). Entretanto, não podemos medir até que ponto a *Estudos Históricos* foi, de fato, esse instrumento de divulgação. Pelo discurso academicista das administradoras do CPDOC, nos parece que a democratização do conhecimento foi um objetivo relativamente frustrado.

³² BENTHIEN, Rafael. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordens prática e epistemológica. **Rev. hist. (São Paulo)**, n. 179, 2020, p. 15, grifo nosso. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/159951>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

de circuitos de ideias e de pessoas **entre diferentes disciplinas**³³, isto é, uma análise pautada em conexões *para fora*, e não simplesmente no ambiente fechado das próprias áreas. Nota-se que a ideia não é simplesmente esquecer os enquadramentos disciplinares, mas sim problematizá-los enquanto elaborações que advêm de contextos intelectuais específicos.

A história cruzada, citada por Benthien, adveio das mudanças pelas quais a história comparada (já mencionada nesta introdução) passou, especialmente após a década de 1980. Proposta por Michael Werner e Bénédicte Zimmermann³⁴, a modalidade cruzada de escrita da história proporcionou maior contato entre as disciplinas: incentiva-se não apenas o cruzamento de dados e contextos, “mas também em nível intelectual, incentivando o diálogo com outras áreas do saber”³⁵. Ela convive com outros tipos de comparativismo, como as histórias transnacionais, as histórias interconectadas e as histórias entrelaçadas. Todas as quatro possuem “propostas metodológicas bastante próximas”; entretanto, “travam uma disputa por quem permanecerá no vocabulário historiográfico no futuro”³⁶.

Podemos falar também em história indisciplinada, que, como explicam Lidiane Rodrigues, María Inés Mudrovic e Alexandre de Sá Avelar, não o é totalmente:

embora a interdisciplinaridade seja encorajada por organismos internacionais, agências de fomento e documentos oficiais, **efetivamente as práticas científicas são determinadas por obrigações e escolhas de um leque de possibilidades interno às disciplinas** (escolha de periódicos, temáticas, referências teóricas, regime de citações, ritmo de trabalho coletivamente regado, etc.). [...] **Aqueles que defendem práticas e atitudes**

³³ Ibidem, p. 1, grifo nosso.

³⁴ Destacamos, no que se refere ao Brasil, o fértil trabalho de José D’Assunção Barros, que pode ser conferido, dentre outros trabalhos, em BARROS, José D’Assunção. Histórias Cruzadas – considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 277-310, dez. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/42174/32274>>. Acesso em 24 de mar. de 2023.

³⁵ ALBUQUERQUE, Isabela. A História Cruzada e os limites do comparativismo histórico. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018, p. 11. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/5097/isabelav5n2.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

³⁶ Ibidem, p. 9. Albuquerque explica: “O cruzamento do ponto de vista epistemológico comporta [...] diferentes áreas do saber, múltiplos olhares acerca do mesmo objeto, incluindo perspectivas de campos como a história, ciências sociais, antropologia, linguística, filosofia, etc.” (Ibidem, p. 12).

“indisciplinadas” apostam que ela seria o recurso preferencial para a inovação. [...] Entende-se, assim, parcialmente, o paradoxo da “indisciplina” ser valorizada, a despeito das dificuldades de sua efetivação.³⁷

É um argumento bastante parecido com aquele desdobrado por Benthien em seu artigo, mesmo que os autores partam de epistemologias diferentes, qual seja: a interdisciplinaridade traz o impulso da inovação, necessária à quebra dos cânones científicos e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da ciência.

Mas, mais do que isso, a história indisciplinada veio como crítica aos paradigmas da História que se posicionam afastados da dimensão prática do trabalho do historiador, de seu presente e das demandas que dele emanam. Por isso, ela está alinhada com as questões da História do Tempo Presente. A História é uma disciplina que se sacudiu com as catástrofes do século passado; que assistiu à valorização da memória, às consequências do trauma. Ela viu a velha norma do longo distanciamento temporal do objeto perder sentido e se questionou sobre o que a medida em anos poderia fornecer em matéria de objetividade. Ela advogou pela importância da dimensão do político no trabalho do historiador e respondeu com a indisciplina³⁸.

A história indisciplinada quer reinserir o historiador na cena pública, como participante ativo nos debates e nas reivindicações sociais, mesmo com o desprestígio e os bombardeios de *fake news* e negacionismos que enfrentam. Esse movimento, ao questionar teorias e metodologias, escancarou o eurocentrismo sobre o qual a disciplina esteve alicerçada, bem como revelou seu papel de embasamento da dominação de muitos povos

³⁷ RODRIGUES, Lidiane; MUDROVCIC, María Inés; AVELAR, Alexandre. Rebeldia disciplinada? Introdução à ‘História como (in)disciplina’. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 25-44, maio-ago. 2021, p. 28, grifo nosso. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1867>>. Acesso em: 19 mar. 2023.

³⁸ Indicamos aqui dois artigos interessantes que versam sobre a temática da interdisciplinaridade em periódicos. Lidiane Rodrigues analisa a tensão entre o discurso que apoia a interdisciplinaridade na historiografia e os critérios de seleção de artigos em revistas científicas em: RODRIGUES, Lidiane. A doxa da heterodoxia: a avaliação dos pares e as condições de transgressão disciplinar. In: ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019. Rafael Benthien reflete sobre o índice Qualis e sua influência na composição do campo historiográfico em: BENTHIEN, Rafael. Qualis periódicos na área de história: alguns apontamentos sobre os pressupostos, os resultados e os possíveis efeitos de uma avaliação. In: Idem.

desde o século XIX. Para além, ousou mesmo revisar esses alicerces, repensando-se a partir de outras culturas.

A interdisciplinaridade também foi importante para a constituição e consolidação da história do tempo presente no campo intelectual, já que

A interpenetração das disciplinas que serviu a todos os historiadores [...] deu um pouco mais de credibilidade àqueles que trabalhavam com história política, social e econômica dos períodos recentes, pois eles podiam apoiar-se em dados e trabalhos de ciência política, de sociologia ou de economia.³⁹

Afirmar que a interdisciplinaridade, conforme o CPDOC a praticou, pende para a história cruzada ou para uma história indisciplinada, demandaria um aprofundamento maior das nossas leituras. Tampouco consideramos interessante fazê-lo; nunca foi nossa intenção. Quisemos trazer ao leitor o debate atual acerca do tema da interdisciplinaridade, como forma de reflexão sobre as diretrizes apresentadas naquele primeiro editorial da Estudos Históricos, demonstrando as maneiras pelas quais essas preocupações reverberam nas ciências humanas até hoje. Como veremos no capítulo um, a tópica das trocas disciplinares é muito presente nos discursos dos membros do Centro.

Assim sendo, nosso primeiro capítulo é dedicado aos debates, embates e alianças que fizeram parte da história do CPDOC, culminando na fundação da revista Estudos Históricos e em sua função naquele cenário. Utilizaremos entrevistas, editoriais e textos memorialísticos (a maior parte, fontes comemorativas) para compreender como os pesquisadores do CPDOC enxergaram as trajetórias do Centro, da EH e, conjuntamente, as suas próprias. Assim, privilegiaremos questões de gênero⁴⁰, visto que o CPDOC e a EH tiveram predominantemente mulheres nas diretrizes administrativa e intelectual. Trataremos dos problemas geracionais, das tensões ideológicas e dos conflitos

³⁹ ROUSSO, op. cit. p. 224.

⁴⁰ BUTLER, Judith. Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 213-230; HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 95-118; SCOTT, Joan, W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

políticos dentro da FGV, bem como a recepção do CPDOC pelos pares, pela Fundação e pela imprensa.

Atentos à conjuntura historiográfica brasileira, embora com maior atenção às especificidades do campo intelectual fluminense, investigaremos a estrutura do CPDOC e explicaremos quem são seus financiadores. Para tanto, identificaremos as estratégias adotadas pelos pesquisadores para obtenção de verbas e prestígio dentro e fora da Fundação. Também exporemos o projeto da revista, a definição de interdisciplinaridade na EH e as maneiras como esta característica foi compreendida e reforçada ao longo de sua história. Ademais, consideraremos a rede intelectual formada em torno dela, construindo ligações entre autores e grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros, com destaque para a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Ao final da dissertação, estão inseridas notas biográficas, que identificam os personagens envolvidos na história do Centro e de seu periódico.

No segundo capítulo, interpretaremos os resultados do mapeamento das tendências produzidas e propagadas em vinte dossiês da Estudos Históricos, com auxílio de tabelas e estatísticas fabricadas a partir do editor de planilhas Excel. Adicionalmente, analisaremos as redes de sociabilidade envolvendo autores brasileiros e estrangeiros, buscando compreender como estes últimos foram apropriados nas produções selecionadas pela revista. Por meio da investigação dos currículos na Plataforma Lattes e da análise das referências utilizadas nos artigos publicados, continuaremos a estabelecer conexões entre autores, grupos de pesquisa e núcleos internacionais.

Nosso terceiro capítulo utiliza as informações do segundo capítulo para interpretar a presença do tempo presente no periódico, bem como para compreender o que é *tempo presente* neste contexto. Ainda com esse objetivo, investigaremos se, na revista, tal concepção foi inspirada na História do Tempo Presente francesa relacionada ao *Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP)*. Dessa forma, responderemos às perguntas principais da pesquisa: seria a EH uma representante da História do Tempo Presente no Brasil? Se sim, como este Tempo Presente foi inventado? Ademais, a postura dos autores publicados na revista poderia ser considerada como “engajada” no que tange à política e à sociedade brasileira no novo contexto democrático? Ao final do capítulo, traremos uma discussão sobre o modelo do historiador ideal no último quarto

do século XX, o que fornecerá pistas para responder essa indagação. Com esses questionamentos, buscamos contribuir para com os estudos de história da historiografia que investigam o que poderíamos chamar de um *tempo presente brasileiro*.

Capítulo I - *Trajetória*, substantivo feminino: CPDOC e Estudos Históricos nas memórias de seus pesquisadores

Este primeiro capítulo é dedicado aos debates, embates e alianças que compuseram a história do CPDOC, bem como a revista Estudos Históricos (EH) em sua fundação, ocorrida no ano de 1988. Para tanto, analisamos a conjuntura política e historiográfica brasileira entre 1970 e 2000, com maior foco nas especificidades do campo intelectual fluminense. Em seguida, investigamos a estrutura do CPDOC, explicamos quem foram seus financiadores, e demonstramos os meios pelos quais este Centro e a EH, mantidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), se projetaram como espaços de convergência em um universo intelectual, especialmente no Rio de Janeiro. Assim, nossa intenção é estudar principalmente as narrativas de sujeitos diretamente envolvidos a fim de entender a imagem que construíram e edificaram da instituição, de seu trabalho e de si mesmos como agentes. Para isso, trabalhamos com entrevistas, editoriais da EH e textos memorialísticos, em maior parte, publicações de comemoração de momentos importantes da história do CPDOC e/ou da EH.

Os anos 1980 foram um momento de mudança no Brasil e, nas humanidades, não foi diferente. A abertura política trouxe novas perspectivas de reflexão sobre o fazer historiográfico. Apesar da criação dos cursos universitários de história nas décadas de 1930 e 1940, quando se iniciou seu processo de profissionalização, apenas na de 1980 foi inaugurada a maior parte das pós-graduações e a figura do historiador como acadêmico se legitimou. Também neste período, a história da historiografia brasileira passou a obter maior atenção dos pesquisadores. Em tal contexto, impuseram-se disputas pelos lugares de narrativa legítima, envolvendo historiadores de todo o território nacional. Assim, Wagner dos Santos falará da relação entre *geografia disciplinar* e *memória disciplinar* como componente fundamental da construção do *campo* da historiografia brasileira:

[...] A invenção ou a construção da ideia de uma historiografia brasileira profissional, acadêmica como um conjunto de práticas e discursos mais ou menos regulares e de produção de sentidos referido a um tempo e lugar, neste caso o Brasil a partir dos anos 1980, pressupõe, a meu ver, uma tensão permanente entre a

configuração de uma geografia disciplinar como processo de espacialização e hierarquização do saber histórico e a elaboração de uma memória disciplinar como estabelecimento de uma dada relação dos historiadores e da escrita da história com uma temporalidade ou com um regime de historicidade qualquer, ou seja, é a relação que o historiador e o discurso por ele produzido em um dado momento e lugar estabelecem com o seu passado, o seu presente e as suas expectativas de futuro que definem uma memória disciplinar para a área. É desta tensão que emerge um campo de saber que pode vir a ser nomeado de historiografia brasileira.⁴¹

No entanto, é preciso reconhecer que havia uma predominância das regiões sudeste e sul, especialmente o eixo Rio-São Paulo, que buscava representar o cenário nacional - seja falando como autoridade sobre ele, seja uniformizando-o a partir de suas próprias características. Inserido, portanto, em um caldeirão efervescente, o Rio de Janeiro despontava com o peso de instituições que dispunham de financiamento e grande reconhecimento acadêmico.

Dentre as universidades, Santos cita UFF, UFRJ, UERJ, UNIRIO e PUC-RJ. Contudo, as instituições não estavam resumidas àquelas destinadas ao ensino. No cenário fluminense, especificamente, percebe-se a forte presença de institutos e centros de pesquisa, como o Museu Histórico, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Arquivo Nacional, a Fiocruz, a Funarte e a Fundação Casa Rui Barbosa.

Abarcando sobretudo história e ciências sociais, a Fundação Getúlio Vargas também se colocava como instituição produtora de saber. Desde 1973 mantinha o CPDOC, centro de pesquisa envolvido em disputas por espaço tanto na própria Fundação quanto na comunidade intelectual, especialmente no Rio de Janeiro. Para compreendermos suas especificidades, exporemos no próximo subtítulo uma parcela da trajetória do Centro, analisando como seus pesquisadores construíram e significaram suas memórias. Começando pelas experiências, pelos processos e pelos motivos que levaram à inauguração do CPDOC, pensaremos sobre o universo intelectual fluminense e a estrutura do Centro. Estudaremos como os pesquisadores compreendiam seu próprio trabalho, ressaltando a recepção do CPDOC pelos pares, pela FGV e pela imprensa. Inseparavelmente, trataremos das questões geracionais, ideológicas

⁴¹ SANTOS, 2018, p. 24-25.

e de gênero que se impuseram às cpdoquianas. Também identificaremos as estratégias adotadas para obtenção de financiamento e prestígio dentro e fora da Fundação, bem como para continuarem empregadas, esquivando-se de polêmicas e querelas políticas na FGV.

No subtítulo seguinte, falaremos acerca do contexto institucional de criação da Estudos Históricos, das suas conexões com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e do esforço do CPDOC para construir pontes com outras organizações. Trataremos da definição de interdisciplinaridade na EH e das maneiras como esta característica foi compreendida e reforçada ao longo da história da revista. Por fim, esmiuçaremos discursos acerca das trajetórias das cpdoquianas, interpretaremos a predominância de mulheres na liderança do periódico e os efeitos de suas decisões para a EH e o CPDOC do entresséculos XX e XXI.

1.1 Da sala de jantar ao auditório do Ibam: como se faz um centro de pesquisa

Paul Ricoeur nos alerta para o caráter volúvel da memória, onde as lembranças seguem suas próprias conexões entre fatos e pessoas. Ao dar testemunho dos acontecimentos e de seus consequentes sentimentos através de suas lembranças, os sujeitos podem cometer equívocos causados pelos caminhos que elas tomam. Por isso é preciso analisar os testemunhos em grande quantidade, comparando uns aos outros, garantindo, assim, a veritatividade das narrativas. Como escreveu Ricoeur, “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história”⁴²; esta afirmativa é ilustrativa de nosso primeiro capítulo.

Inspirado pela fenomenologia de Edmund Husserl, o autor francês nos chama a atenção para o que denomina o “lado egológico da experiência mnemômica”⁴³, ou seja, o aspecto da memória que nos faz, ao nos lembrarmos dos fatos, rememorarmos a nós mesmos. Este *nós* inclui não apenas o indivíduo, mas também o grupo em que ele se insere. O grupo hospeda a memória coletiva, as lembranças compartilhadas, que são um estímulo à memória individual,

⁴² RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 41.

⁴³ Ibidem, p. 23.

proporcionando recordação e reconhecimento ao sujeito tanto de acordo com o lugar que ele ocupa nesse coletivo, como de acordo com as relações que ele cultiva com outros grupos. Por isso, para Ricoeur, “a noção de âmbito social deixa de ser uma noção simplesmente objetiva, para se tornar uma dimensão inerente ao trabalho de recordação”⁴⁴.

O testemunho é sempre uma narrativa autobiográfica de fatos passados, que adquire autenticidade e credibilidade quando ecoa no ouvinte. Essa propensão à conquista da credibilidade é construída a partir de alguns fatores. Ricoeur destaca, dentre eles, a reputação do depoente dentro da comunidade que o ouve. Este aspecto tem suma relevância para compreendermos a dinâmica dos testemunhos estudados a seguir, já que nossas fontes foram elaboradas por cpdoquianos que utilizaram relatos de seus colegas de trabalho do CPDOC. A confiabilidade adquirida pela “segurança do vínculo social”⁴⁵ está presente, tanto pelos laços que unem testemunhas e ouvintes, quanto pelo reforço proporcionado pelo CPDOC enquanto grupo nos diversos relatos colhidos acerca dos mesmos fatos que compõem a história do Centro, criando uma sensação de pertencimento.

Portanto, veremos, ao longo dessa primeira parte do trabalho, como cada um dos envolvidos na história do CPDOC e da Estudos Históricos se apresenta em sua narrativa, implicadas as tensões entre o lembrar-se (como estrito processo cognitivo) e o rememorar-se (como apropriação da lembrança). Começemos.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi fundado em 1973, graças às ações de Celina Vargas do Amaral Peixoto e Lucia Lippi Oliveira, sociólogas graduadas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e mestres pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ⁴⁶). Para entrar em parte dessa história, estudaremos, a princípio, as entrevistas publicadas em 1999 no livro *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. A obra consiste em um compilado de depoimentos de funcionários e ex-funcionários da FGV,

⁴⁴ Ibidem, p. 132.

⁴⁵ Ibidem, p. 174.

⁴⁶ Atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

organizado por Maria Celina D'Araújo, assistente de Peixoto no CPDOC durante os primeiros anos de existência do Centro.

É importante discorrer brevemente sobre a estrutura do livro e seu intuito. Principiando pelas origens da FGV, que são explicadas no primeiro capítulo, a obra perpassa a trajetória dos principais projetos, núcleos e órgãos da Fundação⁴⁷, terminando com três seções interessantes, denominadas *Capítulo 11 - O sucesso da Fundação Getulio Vargas e a crise do crescimento*; *Capítulo 12 - A contribuição da Fundação Getulio Vargas para o Brasil*; *Capítulo 13 - Um perfil de Luiz Simões Lopes, fundador da Fundação Getulio Vargas*. Ainda há um epílogo, *A Fundação Getulio Vargas em tempo de mudança*, indicando o caráter volátil da FGV, exaltado ao longo das entrevistas anteriores. Podemos perceber, de antemão, o esforço de construção de uma memória da Fundação por ela própria, colocada como uma instituição relevante ao Brasil, pioneira, plural e multifacetada; encontrada, no fim do século passado, em tempos de renovação e atualização. Com base em fala de Peixoto - então superintendente-geral da FGV - acreditamos que a obra deveria servir, dentre outras ferramentas, para ressaltar a importância da Fundação, que buscava financiamento e reconhecimento em meio a uma crise⁴⁸.

⁴⁷ Capítulo 1 - origens da Fundação Getulio Vargas; Capítulo 2 - do núcleo de economia ao IBRE: construindo contas e índices e descobrindo o Brasil; Capítulo 3 - a conjuntura econômica e o Brasil em números; Capítulo 4 - o ISOP e os primórdios da psicologia aplicada; Capítulo 5 - direito público e administração do estado; Capítulo 6 - a EBAP e o ensino da administração pública; Capítulo 7 - a EAESP e a administração de empresas em São Paulo; Capítulo 8 - a EPGE e o início da pós-graduação em economia no rio de janeiro; Capítulo 9 - o IESAE: formando professores e operadores da educação; Capítulo 10 - o CPDOC e a redescoberta da história do Brasil contemporâneo.

⁴⁸ “A Fundação nasceu para dar assistência técnica ao Estado e continuou voltada para esse modelo. Grande parte dos contratos e convênios assinados, pelo menos até 1997, quando me afastei, visavam à modelagem e à reorganização do Estado. Isso me preocupa, pois no dia em que o Estado tiver mais competência e puder fazer isso de dentro para fora, ou com assistência de algum organismo mais competente, a Fundação perderá esse filão. Em 1990, por exemplo, assim que assumi a superintendência, fui convidada para uma reunião do Diálogo Americano, nos Estados Unidos, e aproveitei para visitar algumas instituições como o BID, a Ford, a Tinker e a Fulbright. Minha perspectiva era trazer dessas instituições recursos internacionais para a Fundação, mas verifiquei que elas se preocupavam com outras questões: governança, pobreza, meio ambiente, desenvolvimento sustentado, relações internacionais, microempresas, Legislativo, Judiciário. Partia-se do princípio de que os países já tinham feito o seu dever de casa — controle do déficit fiscal, reforma administrativa, reforma do Estado — e que não haveria mais necessidade de recursos destinados à racionalização do Estado, principal razão de ser da Fundação. Enfim, senti que tínhamos que criar novas perspectivas e tentamos articular várias coisas nesse sentido.” (D'ARAÚJO, Maria Celina (org). **Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 271).

Enfocaremos neste momento da dissertação o capítulo 10 - *O CPDOC e a redescoberta da história do Brasil contemporâneo*⁴⁹. Nosso objetivo é analisar estes discursos para compreender a representação que tais agentes, em associação com os entrevistadores, elaboraram e propagaram de si, de seu trabalho e da instituição na qual exerciam suas funções.

Sobre as *origens* do Centro, segundo Peixoto, ainda na graduação era perceptível entre os colegas uma necessidade de relacionar teoria e empiria devido a “uma forte preocupação social e um grande interesse [deles] em conhecer melhor o país”⁵⁰:

Havia aulas de marxismo, de ciência política americana, de teorias da modernização, mas na verdade não se estudava o país. Havia também aulas de história do Brasil, mas que não se ajustavam aos conceitos e instrumentos teóricos que recebíamos. Aquilo dava um certo nó na cabeça, porque gostaríamos de associar as duas coisas, teoria e conhecimento da realidade.⁵¹

Dessa forma, tanto Peixoto quanto Oliveira desejavam fazer o que denominavam como “estudo da realidade nacional”, dando atenção a “fatos mais recentes”. Como conta Oliveira, durante o mestrado no IUPERJ, pela convivência e os interesses acadêmicos em comum, a ligação entre as duas se estreitou. Ela, em especial, dedicou sua carreira a escrever sobre o pensamento social brasileiro, utilizando, num primeiro momento, o arquivo pessoal de Getúlio Vargas.

Tal oportunidade era proporcionada pela colega. Neta do ex-presidente, Peixoto viu o esmero da mãe (Alzira Vargas) em defender e resguardar a memória de *Seu Gegê*, conservando a documentação em sua própria casa e abrindo consulta a diversos pesquisadores – muitos desses, brasilianistas - que trabalhavam na sala de jantar da residência. Observando o intenso movimento de estudiosos, e fazendo parte dele, Peixoto e Oliveira encaravam aquele arquivo como possibilidade de “conhecer melhor a realidade” brasileira e, “através dos documentos organizados [...], chegar a alguma coisa”⁵². Após o

⁴⁹ Ibidem, pp. 227-268.

⁵⁰ Ibidem, p. 228.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

período no IUPERJ, seguiram caminhos diferentes, mas aquele seu pensamento perdurou⁵³.

Sentindo-se, portanto, responsável por continuar o resguardo dos documentos, porém agora de maneira sistematizada, Peixoto recorreu a Fernando Henrique Cardosoⁱⁱ, então presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), com quem ela e o maridoⁱⁱⁱ tinham ligações profissionais. Porém, sem perspectiva de liberação de verbas públicas para as ciências sociais, uma vez que o país passava pela ditadura no governo Médici, momento de forte repressão política, Peixoto reuniu a família e, juntos, decidiram que a Fundação Getúlio Vargas seria a melhor opção. Depois de combinar com “o dr. Simões Lopes”^{iv}, então presidente da Fundação, que a instituição abrigaria também os documentos dos companheiros de Getúlio na Revolução de 30, o CPDOC surgiu em 25 de junho de 1973, como braço (ou *costela*⁵⁴) do Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO), cujo diretor era Temístocles Cavalcanti^v.

Em carta à Simões Lopes, datada de 14 de julho daquele ano, Alzira Vargas fala de sua relutância em doar os documentos do pai, mas entende que mantê-los consigo “seria cometer uma grande injustiça para com aquela geração soberba de homens e mulheres que surgiram em decorrência dos acontecimentos de 1930”⁵⁵. Portanto, a criação do CPDOC teria se dado por um misto de engajamento político, afetividade e interesse profissional de Celina Peixoto - representado pela consciência da necessidade de tratamento e organização dos documentos históricos de personagens *ilustres* brasileiros.

Dessa forma, o Centro se firmou como pioneiro no Brasil a tratar arquivos privados. O CPDOC estava localizado a princípio no 12º andar do Edifício Sede da Fundação Getúlio Vargas, na Praia do Botafogo, número 190. Na ocasião, Peixoto tinha por volta de seus vinte e nove anos. Ela foi a primeira diretora e permaneceu oficialmente no cargo até 1990, quando foi substituída por Alzira Alves de Abreu e tornou-se diretora geral da FGV - mas já havia deixado as

⁵³ Oliveira entrou no CPDOC em 1976 para coordenar o Projeto Brasiliana.

⁵⁴ Explicamos essa metáfora a partir da p. 44 deste trabalho.

⁵⁵ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. [Correspondência]. Destinatário: Luiz Simões Lopes. Rio de Janeiro, 14 jul. 1973. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FGV_AVAP_GV&pasta=AVAP%20gv%20acgv%201973.07.14&pagfis=710>. Acesso em: 05 mai 2021.

funções de líder do CPDOC em 1979 para assumir a direção do Arquivo Nacional no ano seguinte (na ocasião, Simões Lopes preferiu que ela permanecesse como *diretora*, deixando o CPDOC a cargo da então coordenadora geral, a mesma Alzira de Abreu)⁵⁶.

Para Abreu, na década de setenta aconteceram mudanças no quadro acadêmico brasileiro motivadas pela criação de agências governamentais de fomento à pesquisa que privilegiavam as Ciências Humanas, aliada ao investimento estrangeiro nas pesquisas⁵⁷ e ao desagrado de alguns grupos de estudiosos perante o fenômeno dos brasilianistas (especialistas justamente no período contemporâneo brasileiro). Ademais, o surgimento de cursos e pós-graduações em arquivologia impulsionou a preservação e análise de fontes primárias. O Centro, então, se expandiu e passou a receber mais arquivos pessoais.

Quanto à face interdisciplinar, a mistura de cientistas sociais e historiadores nos trabalhos de um centro de pesquisa nem sempre foi bem aceita pelos pares. Em editorial da EH, Abreu dá mais detalhes sobre o problema:

Houve quase que uma recusa em ser "apenas" historiador, e uma dificuldade no enquadramento do CPDOC como uma instituição dedicada a pesquisas históricas. Isso é explicável na medida em que a área de história foi uma das últimas a estruturar e expandir seus programas de pós graduação, enquanto a antropologia, a ciência política e a sociologia o fizeram no final dos anos 60 e início dos 70. Assim, durante algum tempo, para os pesquisadores do CPDOC, ser historiador, fazer história, e principalmente história política, era candidatar-se a uma posição secundária na área acadêmica, já que nos anos 70/80 eram outros os especialistas que dominavam o campo das ciências sociais. Se esta era a visão de dentro, os de fora, os historiadores que atuavam nas universidades e nas associações profissionais, viam com muita desconfiança aqueles cientistas sociais que queriam fazer história.⁵⁸

⁵⁶ Importante sinalizar a passagem de Célia Reis Camargo pela coordenadoria, onde ficou de 1983 a 1985. Abreu ficou na diretoria de 1990 a 1994, quando Lucia Lippi Oliveira assumiu, permanecendo também durante cinco anos. No quinquênio 1999-2004 foi a vez de Marieta de Moraes Ferreira.

⁵⁷ Abreu dá como exemplos a brasileira Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a estadunidense Fundação Ford.

⁵⁸ ABREU, A., op. cit., p. 5.

Portanto, a adoção de uma orientação transdisciplinar não foi descomplicada. Abreu relata “problemas de identidade profissional” entre os pesquisadores do CPDOC, cuja especialização em apenas uma área, sobretudo apenas em história, era entendida como sinônimo de descrédito na comunidade acadêmica. Do mesmo modo, os historiadores de fora do Centro “viam com muita desconfiança aqueles cientistas sociais que queriam fazer história”, e a pluridisciplinaridade teria prejudicado o reconhecimento do CPDOC como “instituição dedicada a pesquisas históricas”⁵⁹. Para Abreu, isso tem estrita ligação com o maior desenvolvimento das pós-graduações de ciências sociais (em relação às de história) naquele momento, bem como o consequente domínio obtido por esses profissionais.

Também podemos compreender o protagonismo das Ciências Sociais no Rio de Janeiro através da análise da construção de memória acerca da diferença de engajamento político entre estas e a História. Como aponta Marieta de Moraes Ferreira, nossa disciplina é lembrada por seus protagonistas da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (UB) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como historicamente tradicionalista. Por mais que muitos de seus alunos diagnosticassem a *inércia* das instituições de ensino superior e, especialmente, da História, e desejassem uma disciplina comprometida com a resolução dos problemas sociais, econômicos e políticos brasileiros daquele presente, enfrentaram a resistência dos catedráticos politicamente conservadores que prezavam pelo ensino de uma história linear e objetiva, de pressupostos positivistas⁶⁰.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Cabe citar aqui duas historiadoras que serão muito relevantes na trajetória da Estudos Históricos e discordavam dessa postura docente. A primeira é Maria Yedda Linhares, que em 1955 – ano da separação dos cursos de História e Geografia da FNFfi – entrou na cadeira de História Moderna e Contemporânea, tendo como assistente, dentre outros, o historiador Francisco Falcon, que também teve papel de destaque no percurso da EH, como veremos mais à frente. A segunda é Eulália Lobo, à frente da cadeira de História da América a partir de 1958. Ambas foram entrevistadas pela revista no mesmo ano (1992) e compuseram o conselho consultivo dela no mesmo período (1988-2008); portanto, faziam parte de suas redes de sociabilidade. Cf. VAINFAS, Ronaldo; GOMES, Ângela de Castro. Entrevista com Eulália Maria Lahmeyer Lobo. **Estudos Históricos**: América. Rio de Janeiro, v. 5 n. 9, jan./jun. 1992, pp. 84-96; FERREIRA, Marieta de Moraes. Uma entrevista com Maria Yedda Linhares. **Estudos Históricos**: Teoria e História. Rio de Janeiro, v. 5 n. 10, jul./dez 1992, pp. 216-236.

Nas colocações de Abreu, transparece uma normatividade que reagia a profissão, do que era *ser historiador*, *ser lugar de produção* de saber histórico, *ser centro de pesquisa histórica* no Rio de Janeiro dos anos 1970 e 1980. Em um momento em que as pós-graduações predominavam como locais legítimos de fabricação de conhecimento histórico, a narrativa construída por Abreu em sua entrevista é a de um centro de pesquisa atuante e inovador, um instituto privado que enfocava a história das elites e configurava-se como exceção:

Trabalhávamos com os “vencedores” da história, enquanto para setores importantes da área acadêmica o fundamental era examinar a situação e o papel dos “vencidos”. Outras dificuldades próprias da história política, tão bem analisadas pelo professor René Rémond em seu livro “Pour une Histoire Politique”, foram discutidas no CPDOC até a exaustão, como por exemplo a análise do papel do indivíduo na história em oposição ao estudo do coletivo e das estruturas sociais.⁶¹

Alzira de Abreu⁶², Celina Peixoto⁶³ e Aspásia Camargo⁶⁴ fizeram seus doutorados na França, orientadas por professores de lá, tendo, então, contato direto com ideias que circulavam do outro lado do Atlântico. Para Abreu, estas ideias tornariam as produções das cpdoquianas diferentes das obras em circulação no nosso país. Haveria, portanto, um descompasso entre as propostas do CPDOC e as da historiografia brasileira:

Nós estávamos saindo da França em um momento em que a história das estruturas, das infraestruturas, já estava sendo questionada. Mas nem todo mundo aqui estava a par dessas transformações. Uma coisa que Alain Touraine já fazia era colocar o ator no centro das análises, e aqui isso não era muito conhecido, as pessoas criticavam. Ainda havia a ideia de que tínhamos que trabalhar com as estruturas, com o longo alcance. E eu fiquei trabalhando com a história do tempo presente, também muito criticada.⁶⁵

Identificamos, assim, que esse embate remonta aos primeiros passos do Centro - Camargo foi professora de Celina Peixoto na PUC-RJ e chegou ao CPDOC em fevereiro de 1974, portanto, nos primeiros meses de funcionamento.

⁶¹ ABREU, A., op. cit., p. 5.

⁶² Doutora em Sociologia pela Université Paris Descartes, Paris V. Orientada por François Bourricaud.

⁶³ Doutora em Ciências Políticas pelo Cycle de l'Enseignement Supérieur des Lettres et Sciences Humaines, Sorbonne, Université René Descartes e Fondation Nationale des Sciences Politiques. Orientada por Serge Hurtig.

⁶⁴ Doutora em Sociologia pela Université de Paris II. Orientada por Alain Touraine.

⁶⁵ D'ARAÚJO, op. cit., p, 252.

Ocupou a diretoria de pesquisa e foi peça-chave na concepção, montagem e consolidação do Centro como instituição de referência. Vendo as pilhas de documentos que chegavam ao CPDOC e sem saber como lidar com o material, propôs uma metodologia comparativa, entre a análise de conjuntura baseada nos arquivos do Centro e as informações provenientes de outras fontes e de bibliografias. Novamente, segundo nos conta, a recepção da comunidade de historiadores não foi positiva:

Quando optamos por estudar a conjuntura, a relação com os historiadores ficou estranha, porque não havia ninguém que achasse isso procedente. Entramos em contato com várias pessoas, falamos com Eulália Lobo, Maria Yedda Linhares não sei se estava disponível, mas falamos com uma série de historiadores e sentimos que ninguém se interessava pelo que queríamos fazer.⁶⁶

Adicionalmente, Camargo relembra que seu olhar epistemológico sobre essas fontes estava calcado em cautela e interdisciplinaridade, sendo ela uma pesquisadora ligada aos debates da sociologia histórica⁶⁷. Segundo Camargo, era preciso estabelecer uma mediação entre o discurso dos atores e as interpretações que os pesquisadores agora construiriam, mas sem perder de vista a relevância do que chama de *filtros* daquela realidade. Essa postura, para a socióloga, não era usual entre os pares:

Naquela época, havia um pressuposto: o ator é um mentiroso potencial, não devemos acreditar nele. Ora, acho que todo ator, em todos os níveis, mente mesmo, mas o problema não é mentir, o problema é o filtro, pois todo mundo vê as coisas filtradas. O problema é capturar os atores estratégicos, saber como é o filtro deles e como esse filtro pode interagir com a realidade que se vai investigar. O CPDOC partiu da ideia de que havia filtros de várias naturezas: havia o filtro dos atores protagonistas e vitoriosos e havia o filtro dos opositores. [...] O importante para nós era capturar essa lógica, e não simplesmente criticá-los. Isso significa que metodologicamente estávamos muito sós.⁶⁸

Mais do que ler as fontes, gostaríamos de deixar claro nosso entendimento de que essa retórica da solidão e do isolamento faz parte da mecânica das disputas internas ao campo intelectual carioca, altamente competitivo (sobretudo por investimentos). Portanto, a dinâmica do inferiorizado

⁶⁶ Ibidem, p. 242.

⁶⁷ Assim como Celina Peixoto e Alzira de Abreu.

⁶⁸ Ibidem, p. 243.

aqui verificada não é necessariamente um retrato fiel. O que queremos com nosso estudo é oferecer ao leitor o discurso que o CPDOC tem de si mesmo, a maneira como o Centro se posicionava no universo intelectual fluminense.

Em 1975, obteve-se o primeiro financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que possibilitou o que Peixoto chamou de “grande *boom* do CPDOC”⁶⁹. Buscando estabelecer novos procedimentos para compreender as visões das elites políticas e intelectuais, fez-se o Dicionário histórico-biográfico brasileiro⁷⁰, o Projeto Brasiliana⁷¹ e um programa de história oral que se estendeu pelo país - financiado também pela Fundação Ford graças ao apoio de Richard Morse^{vi}. Nas palavras de Peixoto,

A Fundação Ford bancou o CPDOC durante... O Programa de História Oral inteiro. Toda a implantação de história oral foi graças ao Richard Morse, que se encantou com o CPDOC. [...] Ele era o representante da Ford no Brasil naquele momento. E isso nos deu uma projeção internacional incrível⁷².

Este programa foi formado naquele mesmo ano de 1975 para suprir o que Camargo chamou de *lacunas* na documentação, literalmente *dando voz* às interpretações dos atores. Segundo Camargo, com a história oral,

O CPDOC criou uma metodologia pós-moderna, que é o *antiortodoxo*, o pragmático, o eclético. Isso foi muito alimentado pela relação intimista e até um pouco passional que estabelecemos com os documentos e com as pessoas que poderiam nos contar coisas. Desenvolvemos uma curiosidade

⁶⁹ Ibidem, p. 234.

⁷⁰ Originalmente, apresentava verbetes biográficos de membros da elite política brasileira, instituições e movimentos políticos, compreendendo o período entre 1930 e 1984. Foi atualizado em 2001. Projeto de Israel Beloch, coordenado por ele e Alzira Alves de Abreu. Lançado em 1984 pela editora FGV.

⁷¹ Levantamento e análise de bibliografia da produção intelectual brasileira da década de 1930. Foi relevante como base para a análise da documentação dos arquivos privados do Centro. Projetado por Aspásia Camargo e coordenado por Lucia Lippi Oliveira a partir de 1976. Editado em livro em 1979.

⁷² PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **Celina Vargas do Amaral Peixoto III** (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 31min). Transcrição, p. 19. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/celina_vargas/TranscricaoCelinaVargas.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021). Além disso, Morse também apoiaria a criação da linha de pesquisa sobre pensamento social brasileiro, igualmente incomum nos anos 1970, bem como duramente criticada. Em comemoração aos setenta anos do historiador, o CPDOC lançou o livro “Um Americano Intranquilo: Homenagem a Richard Morse” (BOMENY, Helena (Org.). **Um americano intranquilo**. Rio de Janeiro: FGV, 1992, 78p.). Em 2001, ano de falecimento de Morse, o dossiê da EH *Brasil-Estados Unidos* trouxe como Apresentação outra homenagem “em justo reconhecimento e amizade” (BOMENY, Helena. Semper Dr. Morse - em celebração. Richard Morse (1922-2001). **Estudos Históricos: Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 27, jan./jun. 2001, p. 4).

quase etnográfica, antropológica, para lidar com os que conheciam aquele passado que era desconhecido no Brasil nas suas sutilezas. O que sentíamos era que havia muitas coisas de que a visão ideológica de uma historiografia engajada não tinha dado conta.⁷³

Mais uma vez, um projeto do CPDOC abraçou profissionais de áreas e tradições diversas. Peixoto fala da falta de reconhecimento desse trabalho, destacando que a aversão ao Centro era mais forte no próprio Rio de Janeiro:

Enfrentamos a resistência do historiador tradicional, que nem nos levava em consideração porque achava que éramos um centro de crianças. Historiadores que poderiam estar mais próximos, como José Honório Rodrigues e Hélio Silva, que trabalhavam com documentos, não nos deram muita atenção⁷⁴. De outro lado, o pessoal da área de ciências sociais, que tinha uma formação teórica mais rigorosa, insinuava que estávamos fazendo uma brincadeira. Para eles, partir do fato para a interpretação era percorrer o caminho inverso dos teóricos das ciências sociais. Tivemos muitos problemas, não éramos reconhecidos e não éramos chamados para falar. Nossas publicações iniciais, modestas, eram cronologias, levantamentos bibliográficos. Nós éramos discriminados, sim, só falávamos na periferia da academia. Hoje [1999] isso não ocorre, o CPDOC tem reconhecimento nacional e internacional, mas naquele momento foi uma **situação delicada, especialmente no Rio**. Em São Paulo éramos mais bem recebidos, íamos muito a Campinas, à USP, mas **aqui no Rio havia realmente uma resistência**. Acho até que conseguimos ser reconhecidos primeiro no exterior e em algumas cidades menores, que começaram a nos chamar para seminários, principalmente na área de história oral.⁷⁵

Camargo concorda que essas inovações não foram levadas a sério, nem mesmo dentro da Fundação. A pesquisadora aponta que a submissão a outro instituto e a *jovialidade* daquelas perspectivas contaram como pontos negativos na construção da reputação do Centro e das próprias pesquisadoras:

[...] O CPDOC foi uma “**costela de Adão**” do **INDIPO**, de Temístocles Cavalcanti, que também era memória viva de muita coisa, porque tinha sido constituinte em 1933. Começamos a ser “as meninas do CPDOC”, aquelas que tinham disponibilidade

⁷³ D'ARAÚJO, op. cit., p. 245.

⁷⁴ Vale a pena destacar a participação de Rodrigues no Seminário sobre a Revolução de 1930, ocorrido em setembro de 1980, como se pode confirmar em: CAMARGO, Aspásia. [Correspondência]. Destinatário: Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro, 16 set. 1980. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=FGV_AVAP_GV&pagfis=874>. Acesso em: 26 mai. 21.

⁷⁵ D'ARAÚJO, op. cit., p. 238, grifo nosso.

para ouvir histórias, coisa que não era metodologicamente comum e talvez nem fosse metodologicamente correta.⁷⁶

Neste ponto, nos chama a atenção a analogia entre Eva e CPDOC. Camargo atribuiu a alcunha de *meninas do CPDOC* a uma diferença geracional, devido ao *envelhecimento* da Fundação, da idade avançada de seus dirigentes, que se preocupavam com os direcionamentos ideológicos assentados no Centro. Havia desconfiança para com aquelas *novas* maneiras de pensar e construir conhecimento histórico:

Celina e eu, que somos um pouco parecidas fisicamente — muita gente achava que éramos irmãs —, sofremos um pouco uma injustiça, porque ficamos sendo conhecidas, até pejorativamente, como ‘as meninas do CPDOC’. [...] Nós parecíamos muito jovens porque a Fundação estava envelhecendo, seu corpo dirigente era constituído de pessoas idosas, que viam o que estávamos fazendo com um pouco de medo. Deviam pensar: ‘O que as ‘meninas’ vão fazer com o nosso passado?’ Havia o medo de que a interpretação pudesse ser ideologicamente viciada.⁷⁷

Contudo, ela complementa:

[...] Celina e eu não éramos tão jovens assim: tínhamos 30 anos de idade quando essa aventura se iniciou. Quando ela começou a render bons frutos, e os trabalhos começaram a aparecer, nos anos 80, já estávamos entrando na faixa dos 38-40. Não éramos crianças.⁷⁸

Talvez aquela relação entre a costela - Eva, o feminino pecaminoso e submisso - e *as meninas* tenha passado inconscientemente pela boca da pesquisadora; entretanto, em outro momento da entrevista, Camargo reitera que havia uma tensão relacionada à predominância de mulheres no CPDOC:

Houve, além do mais, uma certa **tendência para o matriarcado**. Os homens no CPDOC não conseguem ter o **espaço que merecem**, são expelidos: Simon Schwartzman **não conseguiu ficar**, José Murilo de Carvalho veio, voltou e saiu novamente. Infelizmente Gerson Moura morreu, foi uma perda grande para nós. Ele tinha uma visão muito sintonizada com a ideia do CPDOC e não é de fácil substituição. Esses homens, quando vêm com uma **grande bagagem acadêmica**, precisam de um espaço maior de interação. O que aconteceu com o CPDOC no início, uma espécie de isolamento, hoje em dia não se justifica

⁷⁶ Ibidem, p. 244, grifo nosso.

⁷⁷ Ibidem, p. 247.

⁷⁸ Ibidem.

mais. O CPDOC deveria apostar mais no fortalecimento acadêmico, que ficou diluído pela visão documental.⁷⁹

Nestas reflexões se apoia nosso argumento de que *as meninas* teriam mais disponibilidade, não apenas por serem jovens, mas por serem mulheres; já os homens almejavam espaços maiores, com redes de sociabilidade consolidadas, condizentes com sua bagagem acadêmica. Em entrevista de 2012 ao projeto *Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida*, do próprio CPDOC, Celina Peixoto apresenta uma fala ambígua acerca da presença de mulheres no arquivo. É possível perceber uma associação entre a problemática de gênero e a recepção do trabalho do CPDOC, amenizada, contudo, pelo já citado *isolamento* acadêmico do Centro, além da suposta falta de experiência e de publicações *sagazes* das componentes:

Do ponto de vista, vamos dizer assim, dos pesquisadores acadêmicos ou dos centros de pesquisa, no início, obviamente que todos levantavam o nariz para o CPDOC e diziam assim: “É coisa de maluco. São todas doidas. São todas doidas e não vai dar certo”. Isso eu tenho certeza. Aí tinha umas brigas. Tive briga com o Wanderley, tive briga com todo mundo. Mas eu também peitava. Enfim, não tinha problema. E a gente, também, no início, publicava muito, vamos dizer assim, coisas muito ingênuas, óbvio. [...] Aos poucos é que o negócio foi tomando corpo e a gente foi... Então, o livro que a Aspásia coordenou sobre regionalismo; depois o da Ângela, do Estado Novo... Enfim, foi indo, a gente foi começando a ter um certo respeito da comunidade acadêmica. **Mas eu tenho certeza que nós não éramos respeitadas. Mulher, misturada com documento... Eu achei ótimo quando você [Celso Castro, entrevistador] entrou (riso). Sem nenhum preconceito contra as mulheres, mas acho que já chegava.**⁸⁰

Notamos que *mulher* e *documento* era uma combinação perigosa e descabida. Uma combinação a ser evitada, pois não constituinte da *identidade do historiador* tal qual formulada no século XIX, o século da história como ciência *masculina*. Como explica Bonnie Smith, a despeito de muitas delas trabalharem como *ghost writers* dos maridos, irmãos e pais, as mulheres eram consideradas como incapazes de escrever história por sua incontornável superficialidade. Termos como *sensual*, *da moda* e *quente* eram frequentemente utilizados para estigmatizar a história escrita por mulheres, como forma de diminuí-la, colocá-la como menos científica. São termos interessantes; como coloca Smith, eles têm

⁷⁹ Ibidem, p. 249-250, grifo nosso.

⁸⁰ PEIXOTO, C., op. cit., p. 25, grifo nosso.

"eficácia de gênero"⁸¹. A sensualidade aparecia como substituta da racionalidade no sexo feminino, assim como motivo de cautela em relação às mulheres. A intelectualidade como âmbito de domínio masculino era encucada desde a infância pela vivência escolar dos meninos pertencentes à elite. A suposta universalidade do conhecimento, a busca de *verdades objetivas*, privilegiava os trabalhos dos homens, o que mantinha as mulheres como *amadoras*, mas não as impedia de produzir história.

Portanto, o machismo nas humanidades, e nas instituições de produção de conhecimento em geral, certamente não era novidade. Como já foi investigado pela historiografia, tais constrangimentos remontam à primeira geração de historiadoras brasileiras, a exemplo de Alice Piffer Canabrava⁸² e Olga Pantaleão⁸³. Da mesma maneira, nas Ciências Sociais, temos os casos de Gilda de Mello e Souza, Paula Beiguelman, Gioconda Mussolini e Maria Isaura Pereira de Queiroz⁸⁴. Devido à desvalorização e, mesmo, ao cerceamento

⁸¹ SMITH, Bonnie G. **Gênero e História**: homens, mulheres e prática histórica. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 18.

⁸² Canabrava foi vítima de uma articulação que a prejudicou no concurso de 1946 para a cadeira de História da Civilização Americana, da qual era assistente. Cf. ERBERELI JÚNIOR, Otávio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 22, p. 97-115, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1113/650>>. Acesso em: 04 ago. 2021; COSTA, Aryana Lima. **De um curso d'água a outro**: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 255p.

⁸³ Pantaleão regeu interinamente a cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea, mas, graças à predileção dos colegas por Eduardo d'Oliveira França, retornou à função de assistente. Cf. *Ibidem*.

⁸⁴ Pela trajetória cruzada dessas mulheres, o objetivo de Dimitri Pinheiro foi relacionar o processo de institucionalização das ciências sociais com as disputas acadêmicas e assimetrias de gênero em favor dos homens. Ver PINHEIRO, Dimitri. Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969). **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 165-196, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645404>>. Acesso em: 21 ago. 2021.; Id. **Da política à ciência política, da ciência política à política**: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008; conferir também SPIRANDELLI, Claudinei. **Trajetórias intelectuais**: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2008; PONTES, Heloisa. A paixão pelas formas. Gilda de Mello e Souza. **Novos Estudos**, n. 74, p. 87-105, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/nmT8xQkZfVLMtXdkW3yxDYQ/?lang=pt>>. Acesso em: 09 ago. 2021; TRIGO, Maria H. B. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Orgs.). **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero. 1994; CIACCHI, A. Mestrança: Gioconda Mussolini e a Antropologia em São Paulo (1938-1969). **Tempos Históricos**, v. 19, p. 153-186, 1º semestre 2015. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11829/8831>>. Acesso em: 11 ago. 2021; Id. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. **Revista de Antropologia**, São Paulo,

histórico da participação das mulheres na academia, estamos condicionados a pensar as grandes instituições do saber como fruto do trabalho de homens, reiterando o lugar da mulher como *outro*⁸⁵. A afirmação de Camargo de que no CPDOC existia “uma certa tendência para o matriarcado” é impactante neste sentido, podendo, ao deslocar o protagonismo masculino, surpreender o leitor.

Essas são pistas para compreendermos as dificuldades enfrentadas no princípio do Centro, somadas à falta de funcionários com experiência e titulações acadêmicas. As ausências (de publicações e de funcionários experientes) se davam, em grande parcela, pelo pouco investimento financeiro da Fundação no CPDOC, como indica Camargo:

[...] Não havia dinheiro. Dentro da Fundação Getulio Vargas, o dr. Simões sempre foi um homem com uma visão muito lúcida a respeito da importância da documentação, mas a história não era uma prioridade, muito menos a história interdisciplinar, com uma metodologia nova.⁸⁶

Ainda sobre o que chamou de *fraquezas* na gestão, ela detalha como essas carências impactaram seu ritmo de trabalho e ânimo:

[...] tínhamos que negociar tudo, porque muitas coisas eram incompreendidas. A estrutura gerencial dos processos não visava à administração de resultados, embora tivéssemos essa preocupação. Acho que sofremos da falta de gerentes de alto nível até para captar recursos. Nós fazíamos tudo, preparávamos e executávamos os projetos, fazíamos as contas, era um processo muito exaustivo.⁸⁷

A despeito do cansaço e do indiscutível descrédito dos colegas de trabalho e dos dirigentes da FGV, a disponibilidade e a obsessão das *meninas* foram responsáveis por materializar a *essência* do Centro como desejava

USP, v. 50, n. 1, p. 181-223, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27260/29032>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

⁸⁵ GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana (orgs.). **L'invention du naturel**. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin. Paris: Editions des archives contemporaines, 2000; OLIVEIRA, Maria da G. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414/755>>. Acesso em: 27 ago. 2021; ROGERS, Rebecca; MOLINIER Pascale (orgs.). **Les femmes dans le monde académique**. Perspectives comparatives. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2016.

⁸⁶ D'ARAÚJO, op. cit., p. 244.

⁸⁷ Ibidem, p. 248.

Peixoto: pela história oral, em associação com os demais projetos, as reflexões sobre o Brasil se aprofundaram.

Assim, como sintetiza Luciana Heymann, antiga coordenadora do Setor de Documentação (1999-2002), o CPDOC colocava-se em “três frentes”. Em uma, havia a sistematização de fontes primárias e produção de metodologias específicas para organizá-las e tratá-las; em outra, a elaboração de “cronologias, verbetes e levantamentos bibliográficos”; por último, o investimento em pesquisas no que foi chamado por Elide Rugai de “tese do tempo”⁸⁸, que

Aliava o estudo da história política das décadas de 1920, 30 e 40 à reflexão acerca do pensamento social que informava os atores sociais do período, [em uma] preocupação de articular presente, passado e futuro, analisando não apenas como diversas temporalidades informavam o pensamento político brasileiro dos anos 30, mas como o presente dos anos 70 e 80 se articulava a tradições políticas autoritárias.⁸⁹

A emancipação em relação ao INDIPO só foi possível depois da mudança em sua diretoria. Afonso Arinos Franco^{vii}, que serviu como mediador entre o CPDOC e a Fundação, assumiu o INDIPO após a morte de Temístocles Cavalcanti, em 1980. Neste ano, o Centro realizou, no auditório do Ibm, o Seminário sobre a Revolução de 1930, evento que Oliveira considera um “divisor de águas no CPDOC”:

Ali firmamos nossa maturidade. Aprendemos a lidar com pessoas da história, da ciência política, da sociologia, quer dizer, a transitar para além dos grupos e dos estamentos, o que inúmeras vezes nos criou problemas, mas muitas outras nos ajudou tremendamente.⁹⁰

Da sala de jantar de dona Alzira Vargas ao Ibm, percorreu-se um tortuoso caminho. A verba da FINEP, que permitiu ao Centro tornar-se maior do que seu superior, garantiu a Peixoto a fama de expansionista; mas, mesmo com seu crescimento, o processo para obtenção da independência do CPDOC não foi tão rápido e simples, como relata uma das maiores responsáveis por esta conquista - Alzira de Abreu:

⁸⁸ BASTOS, Elide Rugai. O CPDOC e o pensamento social brasileiro. In: CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003, pp. 97-119.

⁸⁹ HEYMANN, Luciana. Pioneiras e construtoras: breve nota sobre a contribuição de Angela de Castro Gomes e Lucia Lippi Oliveira à trajetória do CPDOC. **Estudos Históricos: Direito, História e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai./ago. 2016, p. 545.

⁹⁰ D'ARAÚJO, op. cit., p. 263.

Quando voltei [da França], em 1985, encontrei a mesma situação. O CPDOC era um órgão do INDIPO, cujo diretor era o dr. Afonso Arinos, e além disso a situação era de muita pressão. Não havia dinheiro para nada, tínhamos que economizar telefone, papel. Íamos pedir ar-condicionado e não conseguíamos. Era tudo muito precário. Aí, comecei a conversar e a articular com o dr. Afonso Arinos, que era uma pessoa de uma sensibilidade enorme, uma figura maravilhosa. Comecei a lhe mostrar as dificuldades do CPDOC, o nosso trabalho, a importância do que fazíamos, que não era reconhecida. Uma vez ele me contou que a diretoria da Fundação dizia: **“Elas são todas trabalhadeiras, mas são comunistas”**. **Essa era um pouco a visão que eles tinham de nós**. Eu pedia ao dr. Afonso que interferisse, junto à Fundação, para melhorar nossa situação. Tudo passava por ele: era ele quem assinava férias, licenças etc. E ele dizia: “É um absurdo isso tudo vir parar aqui. Eu não tenho nada a ver com isso!” Começou então a conversar com o dr. Simões Lopes para tirar o CPDOC de dentro do INDIPO.⁹¹

Temos aqui dois elementos importantes que se misturam nas falas das entrevistadas: posicionamento político e financiamento institucional. Celina Peixoto atribui a *pecha* do comunismo à participação das mulheres do Centro em assembleias dos funcionários:

[Maria Celina D'Araújo] No início, o CPDOC também era visto como um centro povoado por mulheres jovens associadas à esquerda...

Celina Vargas — É que houve um momento na Fundação em que havia muitas assembleias, movimentos de funcionários por salários, e várias pesquisadoras nossas frequentavam as assembleias.⁹²

Em retrospectiva, Peixoto classifica a Fundação daquele momento como uma instituição conservadora, com um presidente também conservador, mas relata que isso não impediu as pesquisas nem sua tomada de posição em questões administrativas, devido à visão *democrática* de Simões Lopes. Ao ser indagada sobre a participação de ex-presos políticos nos trabalhos do CPDOC, a socióloga atribui uma relativa liberdade do Centro também à sua relação pessoal amistosa com Lopes:

Mas veja, a Fundação não fazia censura. Creio que nisso tudo também valia o relacionamento que eu tinha com o velho Simões. Lembro que uma vez o dr. Simões chamou todos os diretores e pediu para demitir os funcionários que estavam

⁹¹ Ibidem, p. 254, grifo nosso.

⁹² Ibidem, p. 233.

frequentando as assembleias. Ele me chamou e disse para demitir fulana e sicrana. Respondi que não o faria, que só demitiria por incompetência: “Por ideologia, não demito”. E fui embora. Acho que marquei um ponto com ele, que chamei sua atenção para uma coisa injusta. [...] Lembro que uma coisa que chamava a atenção na Fundação era a presença de pessoas com ideologias distintas, como Eduardo Suplicy, Tito Ryff, Paulo Nogueira Batista. Isso, aliás, era o cartão de visitas do dr. Simões: era o sistema de meritocracia do Dasp^{viii}. O dr. Simões dizia que numa fase da sua vida tinha selecionado Celso Furtado e Roberto Campos, ambos pelos critérios do Dasp, ou seja, por mérito, e não por ideologia. Essa cabeça, o velho Simões tinha.⁹³

Questionada sobre ter encontrado “problemas na Fundação por estar lidando com temas recentes da política brasileira”, Peixoto alude à sua conexão afetiva com Lopes mais uma vez, referindo-se a ele como um pai:

Tive momentos difíceis, mas obviamente minha relação com Simões Lopes dentro da Fundação Getulio Vargas foi um colchão para amenizar as arestas, as dificuldades e problemas. [...] Eu ficava quieta e, enquanto estava preservada, fazia o que tinha que fazer. Não tive problemas políticos dentro da Fundação.

Em 1980, eu já estava no Arquivo Nacional, quando fizemos um seminário internacional no CPDOC comemorando os 50 anos da Revolução de 30. Eu estava grávida do Pedro, já no final, porque ele nasceu no dia 12 de outubro, e o seminário começou no dia 3. **O dr. Simões criou um problema enorme, acho que por ciúme**, pelo fato de estarmos realizando o seminário no auditório do Ibam, e não no da Fundação. Além do mais, ele não conhecia as pessoas que iam falar e **estava com muita dificuldade em entender aquilo que estávamos fazendo**. Lembro-me de que ele disse que ia entrar Ibam adentro e interromper o seminário. Passei todos os dias do encontro sentada numa cadeira, com uma barriga imensa, esperando que o dr. Simões entrasse para tentar impedir que as pessoas falassem, o que obviamente não seria uma coisa normal para o presidente da Fundação. [...] Quem foi negociar com o dr. Simões para explicar a importância do seminário foram o dr. Afonso Arinos e Celso Lafer, porque chegou um momento em que ele não me recebia mais, **ficou com raiva de mim**. Mas **era uma coisa paternal**, de pai para filha, uma **relação que ajudava e dificultava**.⁹⁴

A figura *paternal*, a princípio, remete ao carinho e ao amparo que Peixoto sentia nas atitudes de seu supervisor. Mas, como é possível observar, esse cuidado poderia tornar-se uma *superproteção*. Em outra entrevista, mais recente, este aspecto fica ainda mais evidente:

⁹³ Ibidem, p. 233.

⁹⁴ Ibidem, p. 237, grifo nosso.

Celina Vargas – Eu estava grávida do Pedro. Eu quase pari, ali. O que é que eu posso te dizer? O CPDOC estava muito importante. Nós dávamos primeira página todo dia, de jornal. Todo dia. Durante o seminário da Revolução de 1930, nós demos primeira página nos jornais do Rio de Janeiro. Aquilo deixava a **Fundação enlouquecida**, enlouquecida. Não foi na Fundação...

Celso Castro – De felicidade ou de ciúmes?

Celina Vargas. – **Ciúmes**. Ciúmes. E eu tive que fazer no Ibam. Foi uma forma de afastar um pouco de dentro da Fundação para **ter um pouco mais liberdade** e convidar quem a gente quisesse, porque tinha gregos e troianos e a gente queria ter a liberdade de conversar com todo mundo, de ter um debate aberto sobre a Revolução de 1930. E fizemos. Depois saiu a publicação com os textos todos.⁹⁵

A *Fundação* de que Peixoto fala de modo vago em 2012 está, como sabemos, personificada em Simões Lopes em seu depoimento anterior. Ele seria, assim, um pai afetuoso, porém instável, desconfiado, ciumento e controlador. Nesses relatos, vemos um misto de emoções e alegorias. O paternal alude a uma ideia de tutela - de um homem mais velho sobre uma mulher mais nova, entrelaçando novamente as questões de gênero com as geracionais. Como explica Oliveira, “durante muito tempo o CPDOC foi visto como um espaço cedido pelo dr. Simões para a ‘Celina brincar’”⁹⁶. Exploraremos esta fala novamente no próximo subtítulo deste trabalho, contudo é pertinente que a destaquemos agora como uma mostra do machismo sofrido por estas pesquisadoras. A infantilização de Celina, perante uma figura que cederia a ela um espaço para o lúdico, como um pai faria a sua filha, é sintomática. Oliveira explicita, em poucas palavras, a recepção do CPDOC dentro da própria FGV, e a percepção, não apenas do trabalho, mas da própria presença de Celina Peixoto na Fundação: uma criança que precisava de tutela, que não era levada a sério, que não compreendia sua função sem a assistência do Dr. Simões Lopes.

De fato, a posição de Celina Peixoto na FGV era delicada. Quando da “renovação dos quadros dirigentes da Fundação que se iniciou em 1990”, seu *status* na instituição mudou, como ela mesma relata:

⁹⁵ PEIXOTO, C, op. cit., p. 34, grifo nosso.

⁹⁶ D'ARAÚJO, op. cit., p. 265.

Em 1992, o dr. Luiz Simões Lopes passou a ser presidente de honra da Fundação Getulio Vargas, o dr. Jorge Oscar de Mello Flôres passou a ser o presidente e o dr. Mario Henrique Simonsen, o vice-presidente. Minha visão é de que tudo estava preparado para que algum dia Mario Henrique sucedesse ao dr. Flôres, da mesma forma como o dr. Flôres tinha sido indicado pelo dr. Simões para a sua sucessão. Quero deixar muito claro que nunca pleiteei e não pleiteio a presidência da Fundação Getulio Vargas, pela simples razão de que esse cargo não é remunerado. Venho de uma família com três gerações de tradição política e, para felicidade minha, preciso de salário para me sustentar. Digo isso com satisfação. Evidentemente, no momento em que não contei mais com o apoio do presidente da Fundação, tive que pedir demissão⁹⁷.

Peixoto insinua a ocorrência de uma articulação dos dirigentes da Fundação para desencorajá-la a continuar exercendo funções na instituição. Apesar da gratidão que sentia, ela reconhece que a tutela de Luís Simões Lopes não era incondicional. Entendemos que as questões apresentadas são delicadas e sensíveis, e estão inseridas em narrativas em que prevalece o cunho pessoal. Remetem-se a experiências que se entrelaçam com as vidas das protagonistas, através de relatos permeados de emoção e sentimentos que não podem ser ignorados em nossa análise da trajetória do CPDOC e da EH. O incômodo *cuidado* de Lopes serviu a Peixoto como um dos recursos para que a pesquisadora se estabilizasse na Fundação, ao mesmo tempo em que essa *proteção* atuava como medida de controle sobre seu trabalho. Como ela mesma disse, “uma relação que ajudava e dificultava”.

Aspásia Camargo também fala sobre o aspecto político de seu trabalho. Assim como Alzira de Abreu, ela indica que existia uma incerteza, um certo mal-estar na FGV originado pelo potencial que o CPDOC tinha de veicular visões que

⁹⁷ Ibidem, p. 272. Uma fonte *interessantíssima* para nos informarmos sobre como Peixoto obteve sua renda dali em diante está na revista Istoé, na seção *Comportamento*. Destacamos alguns trechos impactantes: “Bonita e discreta como convém a uma princesa, [...] Nunca se acomodou nos privilégios da ilustre linhagem. Mas quem poderia imaginar que a inquietude chegaria a ponto de levar uma mulher tão invejada a abandonar os tapetes vermelhos para se embrenhar no mato e plantar hortaliças? [...] Tanta mudança, ao contrário do que se possa pensar, nada tem a ver com decadência. Celina Vargas é, agora, um (sic) empresária de sucesso e está ganhando dinheiro. [...] A nova empresária filosofa sobre a roça com entusiasmo: ‘Quando não conseguimos transformar o mundo, o jeito é mudar no nível local, viver melhor.’ A elegância continua irretocável e os quilinhos que ganhou estão mais do que compensados pelo sorriso, mais fácil e sedutor do que o da contida acadêmica. [...] Candidata a deputada pelo PFL em 1998, teve 23 mil votos e não se eleger. Nos anos seguintes, foi assessora da federação das indústrias, a Firjan, e diretora do Sebrae. [...] Levemente irônica, Celina brinca com as voltas que a vida dá: ‘Das metralhadoras às abobrinhas é um bom título de biografia, não é?’” (DOS palácios às hortas. *Istoé*, São Paulo, nº 1999, 27 fev. 2008. Seção *Comportamento*. Disponível em: <https://istoe.com.br/1194_DOS+PALACIOS+AS+HORTAS/>. Acesso em: 10 jul. 2021).

se contrapunham às da Fundação em geral; contudo, bem como Celina Peixoto, coloca panos quentes e diz considerar que a pressão institucional “foi uma educação coletiva positiva”:

Acho até que o fato de o CPDOC ter nascido na Fundação e de nós termos, de certa maneira, **a obrigação de ser isentos** para não nos indispormos com a casa foi muito bom, porque nos obrigou a ser mais cuidadosos, a ouvir com mais generosidade.⁹⁸

Dessa forma, quanto ao controle da FGV sobre a produção do CPDOC, temos visões que se opõem até certo ponto. Entretanto, ampliando o escopo para a direção do país, falando sobre censura governamental, entende-se que não houve coerção ao CPDOC depois de sua inauguração, como relata Peixoto:

Ao contrário, o governo Geisel foi o momento em que o dr. Pelúcio [então presidente da FINEP] abriu os recursos financeiros para a área de pós-graduação e para os centros de pesquisa, e nós nos beneficiamos muito.⁹⁹

Camargo também trata o tema com tranquilidade. Ela relata a efervescência e os impulsos incontidos nas falas e ações dos entrevistados do programa de história oral, incentivados (ou, ao menos, não refreados) pelos entrevistadores:

[...] na feitura das entrevistas, nos movíamos de 30 para a abertura política dos anos 70. Por exemplo, quando eu estava entrevistando [Osvaldo] Cordeiro de Farias, falando da Coluna Prestes, de vez em quando ele interrompia para ir ao telefone “conspirar” com Golbery [do Couto e Silva, chefe da Casa Civil de Ernesto Geisel] a abertura. Havia então uma interação de vários períodos da história que começavam a se articular. [...] Foi uma psicanálise coletiva também, no sentido de juntar o passado com o futuro ou de ver a encruzilhada que isso representava. O CPDOC, de fato, nascia de uma encruzilhada entre o passado, que não devia ser esquecido, e o futuro, que precisava mudar.¹⁰⁰

Sendo assim, percebemos que os discursos aqui esmiuçados colocam o CPDOC como um centro de pesquisa liderado por mulheres que prezaram, a princípio, por análises conjunturais pautadas em entrevistas e documentos pessoais. A partir dos arquivos doados e dos depoimentos, os pesquisadores

⁹⁸ D'ARAÚJO, op. cit., p. 247, grifo nosso.

⁹⁹ Ibidem, p. 237-238.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 245-246.

analisaram as perspectivas apresentadas pelas elites políticas e intelectuais da história recente brasileira - mais especificamente, buscaram compreender os dois períodos autoritários do século XX: um, momento presente, a partir do qual queriam encontrar novos caminhos; o outro, tomado como objeto para entender os processos que constituíram e constituíam a sociedade brasileira.

A narrativa da história do CPDOC foi construída nas entrevistas, textos memorialísticos e editoriais trabalhados como uma trajetória de enfrentamento intelectual tanto dentro como fora da FGV, lugares em que as disputas de poder, os posicionamentos ideológicos e as dissimetrias de gênero estiveram presentes, influenciando a percepção e o posicionamento das *matriarcas*; ao passo que, enquanto centro de pesquisa de uma instituição privada ligada à figura de Getúlio Vargas e fundado em plena ditadura civil-militar, sua atuação política foi mais conservadora e diplomática.

Retomando os relatos para findar a década de 1980, as pesquisadoras nos contam que a autonomia do CPDOC proporcionou reformulações no programa de história oral¹⁰¹ e mudanças na estrutura interna do Centro. Este conseguiu uma maior projeção acadêmica graças ao amadurecimento de seus pesquisadores, que se tornavam mestres e doutores. Entretanto, o desabrocho se deu em meio ao agravamento da crise financeira vivida pela Fundação e pela FINEP, como veremos a seguir.

1.2 Construindo pontes: a Estudos Históricos e seu projeto interdisciplinar

Em meados da década de 1980, a FGV passou por um momento de grande crise, que levou a reformas em sua estrutura organizacional e demissões em massa¹⁰². O CPDOC teve que defender sua existência, mesmo com os

¹⁰¹ “[...] nessa época percebi que se fazia, por exemplo, uma série de entrevistas no CPDOC, mas não se discutia o que era história oral, não se discutiam questões de método, não havia um trabalho de reflexão sobre memória. Eu havia discutido isso com Michael Pollak, na França, e o convidei para vir ao Brasil. Ele passou um mês aqui, e aí começou outra vertente dentro dos estudos de história oral”. (Ibidem, p. 255).

¹⁰² Nas palavras de Celina Peixoto, então superintendente-geral da FGV, “para implementar a redução de quadros fui obrigada a fazer 400 demissões no mesmo dia. Senti-me muito mal, mas tinha a percepção de que, se não o fizesse, a Fundação teria dois ou três anos de vida, segundo os cálculos que fazíamos [...]. Na Superintendência Geral eu tinha outras duas metas a cumprir: estudar um novo modelo institucional e qualificar e informatizar a Fundação. [...] Tudo isso foi feito com muita dificuldade, pois a Fundação Getúlio Vargas se dividia em feudos, e cada um se

baixos salários, a falta de verbas e de pessoal. Alzira de Abreu explica que sua principal *arma* foi demonstrar aos dirigentes a relevância e o retorno que o Centro dava à Fundação:

Uma vez, Fernando de Holanda, da EPGE [Escola Brasileira de Economia e Finanças], até me disse que o metro quadrado da Fundação Getulio Vargas era muito caro para guardar papel velho. Eu percebia a visão equivocada que eles tinham do CPDOC e comecei a mostrar que tínhamos produção intelectual, publicações, um Programa de História Oral. Falei do livro com a entrevista do Lucas Lopes¹⁰³, que teve uma repercussão grande, mostrei o Dicionário, que eles não conheciam.¹⁰⁴

O CPDOC ainda buscava ser “uma entidade acadêmica mais ampla e mais aberta”¹⁰⁵, e começou a circular os *Textos CPDOC*, publicações de divulgação das pesquisas da instituição. Ângela de Castro Gomes¹⁰⁶, Marieta de Moraes Ferreira¹⁰⁷ e Verena Alberti¹⁰⁸ apostavam na construção de pontes com outras organizações e na internacionalização do Centro através da história oral. Também com esse objetivo, em 1988, no aniversário de quinze anos do CPDOC, Lucia Lippi Oliveira realizou seu sonho de criar um periódico focado em estudos históricos e culturais: a revista *Estudos Históricos*, considerada como um símbolo de “amadurecimento institucional”¹⁰⁹.

Nesse cenário, o Centro mantinha relações com o Grupo de Trabalho (GT) *Pensamento Social Brasileiro*, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)¹¹⁰. O CPDOC, que possuía uma linha de pesquisa pautada neste tema, originada no Projeto Brasiliana, constituiu-se como base fluminense do GT entre 1983 e 1995¹¹¹. A base paulista era composta

protegia como podia das intervenções da Direção Geral” (Ibidem, p. 270-271). Alguns órgãos não tiveram recursos suficientes para se proteger e foram extintos; dentre esses, o INDIPO.

¹⁰³ LEOPOLDI, Maria Antonieta Paarahyba. **Memórias do desenvolvimento**: Lucas Lopes. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991. 346p.

¹⁰⁴ D'ARAÚJO, op. cit., p. 257.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 266.

¹⁰⁶ Coordenadora do setor de História Oral (1988-1992).

¹⁰⁷ Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Rio de Janeiro (1983-1998).

¹⁰⁸ Gestora do acervo de entrevistas do Programa de História Oral (1985-2006).

¹⁰⁹ FALCON, Francisco. Estudos Históricos - 15 anos! In: CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas/CPDOC, 2003, p. 179.

¹¹⁰ Dentro da ANPOCS, o CPDOC também tinha influência, desde o final da década de 1970, no GT *Elites Políticas*, coordenado por Aspásia Camargo.

¹¹¹ OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. Sociologia (vol. 2). São Paulo: Sumaré, 1999, p. 147-181. Dentre os coordenadores do grupo que faziam parte do CPDOC, podemos citar Lucia Lippi Oliveira, Angela de Castro Gomes, Helena Bomeny e Ricardo Benzaquen de Araujo. Este entrou no CPDOC em 1977, no Projeto Brasiliana. Neste contexto, desenvolveu pesquisa sobre

pelo projeto História das Ciências Sociais, coordenado por Sérgio Miceli, desenvolvido no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), que deu origem aos dois volumes de *História das Ciências Sociais*, publicados em 1989 e 1995, respectivamente. Para Oliveira, no núcleo do Rio de Janeiro,

[...] Migrou-se de uma análise das ideias políticas para o estudo de questões pertencentes ao universo da cultura, universo este já enfrentado por diferentes campos - [...] quase sempre gêneros de fronteira entre as disciplinas. Incorporou-se uma crítica à chamada “história das ideias” [...]. Passou-se a fazer uma “história da cultura” ou uma “história dos intelectuais” centrada nas elites culturais e em sua dinâmica de sociabilidade.¹¹²

Aspásia Camargo atribui o surgimento dessa linha de pesquisa à necessidade de controlar “a matriz ideológica” das discussões desenvolvidas no Centro, bem como ao desejo de “escapar da tirania da história factual” e “da tirania da história social”. O objetivo era elevar o *status* da história política na comunidade, demonstrando que o “factual também é estrutural, que o fato político tem que ser tratado com a mesma grandeza que o fato social”¹¹³.

Como já introduzimos durante a análise dos depoimentos das cpdoquianas, sucintamente, nos estudos históricos brasileiros dos anos 1970, predominavam duas tendências contra a hegemônica história *tradicional* de cunho *positivista*: a marxista, que enfocava as histórias dos *vencidos*, das classes populares, dos excluídos; e a dos Annales, que fazia crítica à história política, ao estudo da memória e da história recente, privilegiando fenômenos de longa duração, estruturas, comportamentos coletivos, técnicas de quantificação e fontes escritas, sobretudo as seriais¹¹⁴. Ademais, condenava-se o ensaio, tido como modalidade de escrita menos científica.

Entretanto, no fim daquela década e durante a seguinte,

integralismo nos anos 1920 e 1930, abordando o pensamento de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. Saiu do CPDOC e do GT da Anpocs em 1987, passando a lecionar no IUPERJ e tornando-se membro do conselho editorial da EH entre 1988 e 2008 (BASTOS, Elide Rugai [et al]. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006, pp. 409-424).

¹¹² OLIVEIRA, L., 1999, p. 159.

¹¹³ D'ARAÚJO, op. cit., 1999, p. 247.

¹¹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. CPDOC – 30 anos. In: CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003, p. 8.

A expansão e o amadurecimento dos programas de pós-graduação em história, com a implantação dos primeiros cursos de doutorado (fora da USP), trouxeram atitudes e perspectivas novas em relação à importância dos centros de documentação e pesquisa e da história oral, assim como a necessidade de uma “nova história política”¹¹⁵.

Este movimento de renovação da história política, bem como o de retorno do estudo da narrativa e do discurso, e das análises voltadas ao sociocultural, já era verificado em outros países, inclusive na França. Assim, impulsionado por mudanças historiográficas nacionais e internacionais, o CPDOC teve grande papel na revalorização da história política recente, das trajetórias individuais e das fontes orais, reabilitando a noção de biografia no Brasil. Os cpdoquianos privilegiaram a interdisciplinaridade, criticando a especialização das ciências sociais e da história, como vimos em seu primeiro editorial. Gilberto Velho explica em *CPDOC 30 anos* que, no Brasil, existiu

[...] um duplo movimento nas ciências humanas/sociais a partir dos anos 1960. De um lado há uma política de valorização disciplinar com a criação de cursos de pós-graduação que “especializariam” o profissional em antropologia social, ciência política, sociologia etc., reagindo a um ensaísmo generalizante, considerado impreciso e pouco “científico”. De outro lado há a criação de associações como a ANPOCS [1977], cujo objetivo principal é aproximar diferentes programas e especialistas em torno de preocupações e temáticas compartilháveis¹¹⁶.

A partir deste trecho, ficam mais explícitas as ligações entre CDPOC e ANPOCS, que seriam, então, sustentadas por uma perspectiva semelhante acerca dos modos de produção do conhecimento. Mas Oliveira destaca outra motivação para a participação do Centro na Associação – a falta de apoio dentro da FGV. Em suas palavras,

Durante muito tempo o CPDOC foi visto como um espaço cedido pelo dr. Simões para a “Celina brincar”. De alguma forma, isso nos obrigou, na minha interpretação, a ter uma conexão muito forte com a comunidade acadêmica, a participar da Anpocs, de grupos, de seminários externos. Era como se nossa fraqueza interna, no sentido de posição no campo, nos levasse a procurar uma conexão externa mais forte.¹¹⁷

¹¹⁵ FALCON, 2003, p. 180.

¹¹⁶ VELHO, Gilberto. O lugar da interdisciplinaridade. In: CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas/CPDOC, 2003, p. 16.

¹¹⁷ D'ARAÚJO, op. cit., 1999, p. 265.

Vemos que, para além dos debates intelectuais, a potência do trabalho do Centro era diminuída dentro da própria instituição, colocando o CPDOC como espaço menor, *cedido*, fruto da permissão e da complacência de Simões Lopes para com a neta de seu companheiro de luta. Por isso, fazia-se imprescindível estabelecer novas redes e abrir as janelas, arejando aqueles *papéis velhos* e menosprezados.

A EH divulgou alguns dos trabalhos produzidos no âmbito do GT¹¹⁸. Como já dissemos, a revista tem como um de seus principais pilares o estudo de temas diversos sob perspectiva histórica. Segundo Oliveira, tal compreensão, no GT,

foi fundamental para tornar possível a superação do que deve ou não deve ser considerado objeto de análise, para vencer a dicotomia rígida entre o pré-científico e o científico e para a aceitação do ensaio como gênero legítimo sem a pecha malévola do ensaísmo.¹¹⁹

Sabemos que periódicos acadêmicos são expressão da instituição à qual pertencem, mas também daquelas formadoras de seus colaboradores, e dos lugares pelos quais estes circulam. A EH foi expressão de vários lugares institucionais, inclusive da ANPOCS, como vimos. Com a influência, dentre outros fatores, de uma associação composta por profissionais de formação diversa, a revista se afirmou como periódico multidisciplinar desde sua concepção.

¹¹⁸ ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos: Comemorações**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, pp. 205-230; CAVALCANTI, Maria Laura; VILHENA, Luiz Rodolfo. Traçando fronteiras. Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Estudos Históricos: História e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990, pp. 75-92; GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos: Identidade Nacional**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, pp. 264-275; MASSI, Fernanda Peixoto. Brazilianismos, brasilianistas e discursos brasileiros. **Estudos Históricos: História e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990, pp. 29-44; MORAES, Antonio Carlos Robert de. Notas sobre identidade nacional e a institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos: História e natureza**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 166-176; MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. **Estudos Históricos: Identidade Nacional**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, pp. 220-288; PEIRANO, Mariza. Só para iniciados. **Estudos Históricos: História e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990, pp. 93-102; PONTES, Heloisa. Brasil com z. **Estudos Históricos: História e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990, pp. 45-65; RIBEIRO, Santuza Cambraia Naves. Modéstia à parte, meus senhores, eu sou da Vila: a cidade fragmentada de Noel Rosa. **Estudos Históricos: Cultura e história urbana**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, pp. 251-268; VENEU, Marcos. O flâneur e a vertigem: metrópole e subjetividade na obra de João do Rio. **Estudos Históricos: Cultura e povo**. Rio de Janeiro: v. 3, n. 6, 1990, pp. 229-243.

¹¹⁹ OLIVEIRA, L., 1999, p. 159.

Uma definição do que interdisciplinaridade significava no contexto de nossa fonte-objeto é encontrada na seguinte fala de Oliveira em *Fundação Getúlio Vargas – concretização de um ideal*:

Fomos importantes em termos da interdisciplinaridade, que criamos na prática: não ficamos discutindo se era possível ou não. Cada um trouxe para a casa o arsenal proveniente do curso que fazia. Os cursos eram diferentes, e cada um deu a sua contribuição.¹²⁰

No CPDOC e, conseqüentemente, na EH, multidisciplinaridade era igual à junção de diferentes influências teórico-metodológicas, instrumentos de análise de dados, dispositivos, conhecimentos, modos de pensar e trabalhar, na elaboração e execução de projetos de pesquisa, no tratamento dos arquivos e demais atividades do Centro. Este movimento é bastante significativo em anos em que a tendência na historiografia brasileira era afirmar a história como disciplina bem delimitada e especializada, posicionamento que ecoa nas críticas externas à proposta do Centro, como já analisamos. Os membros da EH e do CPDOC reforçaram essa especificidade ao longo de sua história. Verificamos tal postura especialmente nos textos memorialísticos e nos editoriais de comemoração de marcos importantes da revista e do Centro.

Na EH a seção de editoriais leva o nome de *Apresentação*; são, ao todo, dezesseis apresentações. O número de páginas de cada uma delas varia entre um e cinco, sendo mais frequente que tenham três ou quatro. Segundo Adriana Braga, os editoriais são textos que contêm teor subjetivo, pois têm a função de expressar a opinião do veículo (no nosso caso, um periódico acadêmico) sobre seu próprio conteúdo – ou seja, assuntos e elementos que se destaquem aos olhos do editor. Nem sempre é possível identificar o autor de um editorial, porque este formato não exige assinatura. Braga considera o editorial como “espaço de produção de sentido, na medida em que aponta o real pela explicitação do processo produtivo da revista e que opera instruções de leitura e posicionamento sobre o sentido proposto”¹²¹.

Na EH, as Apresentações, além de apresentarem os textos do

¹²⁰ D'ARAÚJO, op. cit., p. 267.

¹²¹ BRAGA, Adriana. Corporeidade Discursiva na Imprensa Feminina: um estudo de editoriais. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 9, n. 1, jan./jun. 2003, p. 113. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/64/24>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

fascículo, explicam seu processo de produção, abrangem reflexões, estabelecem diretrizes e posicionam o periódico em relação à comunidade acadêmica e a outras revistas. São instrumentos de poder, nos quais a opinião dos editores se institucionaliza e serve como ferramenta de significação.

Retomaremos primeiramente o do número 13 (1994), a edição de comemoração dos vinte anos do CPDOC, que traz as palestras proferidas no seminário *CPDOC 20 anos*. Depois, passaremos ao número 20 (dossiê *América Latina*, 1997); ao número 21 (dossiê *Arquivos Pessoais*, 1998); e ao número 37 (dossiê *Direitos e cidadania*, 2006).

Via de regra, os fascículos da EH, quando possuem editorial, contém somente um. Entretanto, o número 13 tem sete, incluindo um para a elaboração de uma breve história do Centro, que estudamos anteriormente¹²²; os demais são introduções às comunicações de Roger Chartier¹²³, Pierre Sorlin¹²⁴, Charles Dollar¹²⁵, Luciana Duranti¹²⁶, Hayden White¹²⁷ e René Rémond¹²⁸. A formação dos apresentados, bem como a dos apresentadores, é diversa: temos historiadores, antropólogos, sociólogos, paleontólogos, arquivistas e professores de diferentes áreas das ciências humanas. As temáticas dos artigos são todas relacionadas a assuntos caros ao CPDOC, como a História Política, a historiografia, a arquivologia, a interdisciplinaridade e a história recente. Por tratar-se de uma edição comemorativa, vemos as opções de temas e autores dos artigos como reiteração do mote da multidisciplinaridade. Adicionalmente, interpretamos que a intenção dos organizadores foi levar ao leitor um *resumo* e um *retrato* do trabalho realizado no CPDOC ao longo daquelas duas décadas.

¹²² ABREU, A., op. cit., p. 3-6.

¹²³ LOPES, José Sérgio Leite. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas de Roger Chartier. **Estudos Históricos**: CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 97-100.

¹²⁴ VIEIRA, João Luiz. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história de Pierre Sorlin. **Estudos Históricos**: CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 81-83.

¹²⁵ SILVA, Jaime Antunes da. Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas: o papel crucial da arquivologia de Charles Dollar. **Estudos Históricos**: CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 65-66.

¹²⁶ LEAL, João Eurípedes Franklin. Registros documentais contemporâneos como provas de ação de Luciana Duranti. **Estudos Históricos**: CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 49.

¹²⁷ BOMENY, Helena. Teoria literária e escrita da história de Hayden White. **Estudos Históricos**: CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 21-23.

¹²⁸ LINHARES, Maria Yedda Leite. Por que a história política? de René Rémond. **Estudos Históricos**: CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 7-9.

A apresentação *Estudos Históricos: 10 anos*¹²⁹ (nº 20, 1997) exhibe um panorama dos vinte primeiros fascículos da *EH*, reunidos sob diferentes temas. Resgatando o editorial de 1988, texto que anunciava a bandeira da interdisciplinaridade, os editores – Lucia Lippi Oliveira, Marieta de Moraes Ferreira e Mario Grynszpan – afirmam:

Nesta "certidão de nascimento" da revista, declarávamos: queremos uma revista que apresente diferentes maneiras de compreender o Brasil. Queremos publicar textos de profissionais de origem diversa que analisem o Brasil em perspectiva histórica. Os números temáticos até aqui lançados nos permitem conferir o sucesso do empreendimento. Ainda hoje guia-nos a certeza de que qualquer tema pode ser tratado em perspectiva histórica e, portanto, pode ser focado dentro da perspectiva de Estudos Históricos.¹³⁰

Sobre a relação entre História e Ciências Sociais, os editores consideram que, mesmo com a maioria de historiadores,

[...] a revista cumpriu sua promessa de ser um espaço de interlocução da história com outras disciplinas das ciências sociais. Entre seus colaboradores contam-se assim profissionais das áreas de antropologia, sociologia e ciência política, e mesmo de outros campos, como literatura, economia, geografia e direito.¹³¹

Portanto, o editorial do nº 20 destaca os compromissos firmados em 1988, e termina reforçando esses votos para os dez anos futuros. Como muito bem interpretado por Falcon,

Em 1988, nota-se nos editores uma certa preocupação acerca das relações entre a história e as ciências sociais: suas diferenças atuais devem ser negadas/superadas, a fim de que se viabilize o projeto de uma "revista de história", produzida no âmbito de uma instituição bastante influenciada, em diversos sentidos, pelas ciências sociais. Já em 1997, o discurso editorial comemora o êxito alcançado no sentido de identificar a revista com a perspectiva histórica e o fantasma da dicotomia entre a história e as ciências sociais parece ter sido exorcizado, afinal. Talvez em virtude de tal visão, um tanto otimista no nosso entendimento, a maior parte do texto da "Apresentação" é dedicada a um rápido balanço quantitativo-temático a respeito dos artigos e entrevistas publicadas nos 20 primeiros números da *Estudos Históricos*.¹³²

¹²⁹ GRYNSZPAN, op. cit., p. 159-162.

¹³⁰ Ibidem, p. 159.

¹³¹ Ibidem, p. 160.

¹³² FALCON, 2003, p. 182.

CPDOC: 25 anos é o tema da Apresentação do vigésimo primeiro fascículo. As editoras convidadas Ana Maria Camargo, Célia Costa, Luciana Heymann e Priscila Fraiz falam sobre a ligação entre o CPDOC e *arquivos pessoais*, assunto do dossiê comemorativo. Isso porque, como explicamos, a instituição surgiu justamente a partir da doação do arquivo pessoal de Getúlio Vargas, assumindo papel de precursora na produção de estudos e metodologias que priorizassem tanto esse tipo de arquivo quanto a história oral. O editorial ainda detalha a estrutura do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, ocorrido no final do ano anterior (1997) e organizado pelo CPDOC em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Tal evento forneceu material ao dossiê, construído em blocos temáticos a propósito de reunir em texto os resultados das discussões promovidas. Como explicam as editoras,

Nesse seminário, pioneiro na sua concepção, reuniram-se nomes de destaque tanto da área arquivística quanto do campo das ciências sociais, para refletir sobre o tema dos arquivos pessoais a partir de uma **perspectiva interdisciplinar**. Seu objetivo principal era lançar alguma luz sobre a especificidade desse tipo de conjunto documental dentro da área de arquivos e assim permitir o avanço das discussões teóricas e metodológicas que envolvem seu tratamento e usos.¹³³

O último editorial analisado introduz um número especial que é produto de pesquisas abarcadas em projeto e evento promovidos pelo CPDOC. Trata-se do Projeto Pronex Direitos e Cidadania, “financiado pelo CNPq e pela Faperj desde 2004”¹³⁴, que originou o I Seminário Pronex Direitos e Cidadania, realizado na FGV entre 4 e 6 de agosto do ano seguinte. Em descrição dos objetivos do projeto, Gomes afirma que

O tema da construção da cidadania, nesse sentido, está sendo compreendido como um longo e permanente processo de interação político-cultural, que envolve tanto as instituições formais do Estado como as entidades da sociedade civil, e inclui uma grande diversidade de atores sociais, mesmo não organizados. Com tal tema de fundo, ele se volta para um amplo recorte cronológico, utilizando fontes de caráter variado e trabalhando-as com metodologias diversas, a partir de uma **perspectiva interdisciplinar**. Sua natureza multifacetada guarda relação com a **formação diversificada de seus pesquisadores**, cujos olhares são conformados a partir das

¹³³ FRAIZ, op. cit., p. 4, grifo nosso.

¹³⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro. Apresentação. **Estudos Históricos: Direitos e cidadania**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 37, jan./jun. 2006, p. 3.

disciplinas da história, da sociologia, da antropologia e da ciência política.¹³⁵

No ano de 2016, em evento de homenagem a Ângela de Castro Gomes e Lucia Lippi Oliveira, em celebração à conquista dos títulos de professoras eméritas da Escola de Ciências Sociais, Luciana Heymann retoma a questão para argumentar que as duas pesquisadoras foram as que mais incorporaram a perspectiva interdisciplinar:

Olhada com desconfiança nos primeiros tempos, a articulação entre historiadores, sociólogos, cientistas políticos e antropólogos deu uma feição única à produção acadêmica e ao *ethos* institucional, marcando profundamente muitas trajetórias e projetos. Penso que Lucia e Angela foram das mais “contaminadas” por esse ambiente plural, haja vista a variedade de picadas de pesquisa que abriram, as estradas de reflexão que pavimentaram e as pontes que lançaram para fora do CPDOC e que nos conectaram de forma definitiva a outros grupos e debates [...].¹³⁶

No campo acadêmico, a interdisciplinaridade que motivou desconfianças em relação ao trabalho do CPDOC e da EH em algumas situações, em outras permitiu o estabelecimento de conexões. Heymann destaca o espírito inovador de Gomes e Oliveira, sobretudo na criação da revista. Ambas chegaram ao CPDOC no mesmo ano (1976), quando Gomes ainda estava no mestrado em Ciência Política, no IUPERJ¹³⁷. Com Gerson Moura, formaram a primeira editoria do periódico. Portanto, outro fator de grande relevância na composição da revista é, como espelho do CPDOC, a presença feminina na diretriz administrativa e intelectual. De 1988 até 2004, a EH contou com três editores por número, sendo, no mínimo, duas mulheres. Gomes e Oliveira se revezaram entre a editoria e o conselho editorial durante todo o período de publicação da revista¹³⁸. As outras editoras, dentro do recorte desta pesquisa, foram Bomeny¹³⁹ e Ferreira¹⁴⁰, que

¹³⁵ Ibidem, p. 3-4, grifo nosso.

¹³⁶ HEYMANN, op. cit., p. 545.

¹³⁷ Mesma instituição onde estudaram Lucia Lippi Oliveira e Celina Peixoto.

¹³⁸ Gomes foi editora da EH de 1988 a 1994, passando à função de conselheira editorial de 1995 a 2006, retornando como editora de 2007 a 2010, voltando ao conselho em 2014, onde permanece até o momento da redação desta dissertação. Oliveira foi editora de 1988 a 1992, integrante do conselho editorial de 1993 a 1998, passando novamente a editora (1999-2005), retornando ao conselho em 2005, onde se mantém até o presente.

¹³⁹ Editora (1990-1992); integrante do conselho editorial (1993-presente).

¹⁴⁰ Integrante do conselho editorial (1991-1993); conselheira e editora (1993); editora (1994-2006); membro do conselho editorial (2007-2008).

também permaneceram na EH por muitos anos, por vezes assumindo outras funções.

Em semelhança a Heymann, Paulo Fontes reafirma uma memória de enfrentamento das pesquisadoras, considerando as carreiras de Gomes e Oliveira como

Uma incrível trajetória, [...] de fortes mulheres intelectuais comandando uma instituição de excelência em plena ditadura militar e redemocratização, remando contra a maré dominante do sexismo e do descaso com a memória e a história nacional.¹⁴¹

É significativo que Fontes, então professor da Escola de Ciências Sociais e editor de Estudos Históricos, como responsável pelo discurso de homenagem a Gomes, falando “em [seu] nome, da Congregação do CPDOC e, acredito, em nome de todos [os] presentes”, tenha pontuado o constrangimento de gênero pelo qual as professoras eméritas e suas colegas passaram, mesmo que de maneira vaga e superficial.

Percebemos também uma mudança de tom entre as memórias construídas em 1999 e 2016, pois na primeira ocasião a repressão política não foi destacada como grande problema. Os relatos das envolvidas enfatizam suas estratégias, os modos como lidaram com as pressões e a censura, enquanto um terceiro as situa em um lugar de enfrentamento que talvez elas mesmas não se coloquem ou que vejam de forma diferente. A distância histórica e o conturbado ano de 2016 dizem muito da significação que Fontes dá à atuação das professoras eméritas.

Quanto ao CPDOC dos anos 1990, então propulsor do seu recém-criado periódico, há visões conflitantes. Com o processo brasileiro de abertura política, e consequente abertura econômica, as iniciativas privadas de financiamento de pesquisa mostraram-se uma solução mais viável à sobrevivência do Centro, que ampliou o trabalho de consultoria para grandes empresas e buscou novas parcerias. De 1990 a 1994, Abreu assumiu a direção do Centro, tendo Oliveira como coordenadora. E, nos quatro anos seguintes, Oliveira tornou-se diretora. Na opinião desta, a crise no CPDOC se acentuou; na opinião daquela, os pesquisadores ganharam mais dinheiro, e o Centro ganhou mais autonomia,

¹⁴¹ FONTES, Paulo. Sensei Angela de Castro Gomes: uma breve homenagem à Professora Emérita do CPDOC/FGV. **Estudos Históricos**: Direito, História e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai./ago. 2016, p. 569.

status e poder. O consenso é que o CPDOC mudou, ficou mais transparente em suas finanças e mais aberto ao diálogo acadêmico. Oliveira avalia o final da década:

Creio que essa crise só ocorreu porque o CPDOC foi bem-sucedido dentro do modelo antigo: um órgão de pesquisa, financiado por agências de fomento, não importa quais, trabalhando muito. Dentro desse modelo é muito mais difícil convencer as pessoas a pensar a transformação. Por isso, vejo minha gestão na casa como um momento de conflito. Para muitas pessoas eu transformei demais, para outras, transformei de menos. Levava pedras de vários lados. E isso me incomodava muito pelo seguinte: se eu não tivesse um **nome acadêmico**, poderiam dizer: “Essa senhora, que não conseguiu fazer nome acadêmico, está querendo transformar o CPDOC em uma agência de eventos”. Mas eu tinha a noção daquilo com que estava lidando.¹⁴²

De fato, Oliveira construiu um *nome acadêmico*. Além de coordenar o Projeto Brasiliana e de assumir funções de liderança no CPDOC, como já apontamos, a socióloga foi pesquisadora do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e do SESC nacional no início de sua carreira; fez seu mestrado no IUPERJ em 1973; deu aulas na Universidade Federal Fluminense (UFF) entre 1971 e 1976; doutorou-se na USP em 1986; fez pós-doutorado na Brown University em 1994 com bolsa CAPES; compôs a ANPOCS; foi convidada por Sérgio Miceli para publicar em *História das Ciências Sociais*, estabelecendo relações com o IDESP¹⁴³; e lançou diversos livros ao longo desse trajeto¹⁴⁴. Portanto, naquele momento, as soluções encontradas por Oliveira dividiram opiniões, mas foram legitimadas pelo nome que ela construiu no campo¹⁴⁵. Como Heymann explica em sua fala na cerimônia de homenagem em 2016,

¹⁴² D'ARAÚJO, op. cit., p. 265, grifo nosso.

¹⁴³ OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. **Lucia Maria Lippi Oliveira II** (depoimento, 2009/2010). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 20min). Transcrição. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/lucia_lippi/TranscricaoLuciaLippi.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

¹⁴⁴ Uma análise da obra de Lucia Lippi Oliveira está em: BUARQUE, Bernardo. Socióloga com olhar histórico ou historiadora com perspectiva sociológica? Uma leitura prospectiva da obra de Lucia Lippi. **Estudos Históricos: Direito, História e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai./ago. 2016, p. 551-564.

¹⁴⁵ Como formulado por Pierre Bourdieu, o que está em jogo no campo “é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado” (BOURDIEU, 1983, p. 122-123). “A autoridade

Lucia ainda era editora da revista [Estudos Históricos] quando assumiu a direção do CPDOC, entre 1996 e 1999. [...] Projetos de livros comemorativos de natureza histórica, de bancos de entrevistas de história oral e centros de memória para empresas ou entidades públicas começaram a ser elaborados já no final dos anos 80, e se multiplicaram nos 90. Foi um período de grandes desafios e dificuldades, mas que, sem dúvida, redundou em muitos aprendizados.¹⁴⁶

Oliveira conta em entrevista que, graças à Estudos Históricos, passou “a ser conhecida e reconhecida por pessoas de fora do campo das Ciências Sociais”¹⁴⁷. Ela considera que a EH promoveu uma divulgação nacional dos trabalhos publicados (dentre eles, os dos próprios pesquisadores do CPDOC), cuja recepção era medida quando dos encontros em eventos, seminários e bancas examinadoras Brasil afora. A EH representava para as cpdoquianas uma via de interlocução com outros núcleos de pesquisa, um movimento de interação que vinha também de suas trajetórias pessoais, de sua formação, e das instituições pelas quais passaram. Como reafirma Velho, o CPDOC promovia um

intenso intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, concretizado em seminários, congressos, reuniões e publicações dos mais variados tipos. Certamente, a revista Estudos Históricos expressa plenamente não só esse intercâmbio, mas o pluralismo disciplinar que é a marca da instituição.¹⁴⁸

A professora emérita ainda relata uma estratégia de circulação adotada nos primeiros números da EH, que nos alerta sobre as ações dos editores: os autores eram convidados a participar dos dossiês temáticos, o que indica as preferências da revista no que tange a tendências e correntes de pensamento¹⁴⁹. Inclusive, a própria organização da EH em dossiês temáticos foi uma opção expressa de Oliveira, “[o] que é difícilimo fazer, é chato, complica, mas eu sempre tive isso, porque, por exemplo, eu vou dar um curso hoje: ‘eu posso usar

científica é [...] uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies” (Ibidem, p. 130). “[...] Acumular capital é fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador [...]” (Ibidem, p. 132).

¹⁴⁶ HEYMANN, op. cit., p. 547.

¹⁴⁷ OLIVEIRA, L., 2009/2010, p. 61.

¹⁴⁸ VELHO, op. cit., p. 18.

¹⁴⁹ “[...] Nos primeiros números, a gente convidou muita gente para escrever. Óbvio que se explicava: ‘eu estou convidando você porque conheço seu trabalho etc., o seu artigo será submetido à parecerista’, mas a gente fazia o convite, não ficava esperando as pessoas entregarem. E isto dá uma dimensão, você passa a circular num outro sentido [...]”. OLIVEIRA, L., 2009/2010, p. 61.

o número tal da revista', como um livro publicado sobre ele"¹⁵⁰. A intenção era, portanto, tornar cada fascículo um compilado de referência sobre o tema eleito, o que fazia com que mobilizassem mais diretamente suas redes intelectuais.

Uma transformação que Oliveira e Abreu lamentam não ter acontecido, mas bem antes, no início dos anos 80 – “em uma época em que havia fundos de financiamento para tal”¹⁵¹ - é a criação de um curso de mestrado. Abreu aponta como causa o receio “de que isso pudesse criar problemas administrativos”¹⁵². Oliveira, que não tinha interesse em tornar-se professora, diz que o empecilho “era a ideia que a pós-graduação ia [...] atrapalhar a pesquisa”¹⁵³. Ambas consideram esta hesitação como um erro, que trouxe “consequências terríveis” na década seguinte, visto que “a atividade docente de alto nível teria diversificado o desafio intelectual em torno do CPDOC”¹⁵⁴. Em 1999, Abreu colocava como solução para a crise do Centro a formação de um curso de graduação, que renovaria a instituição¹⁵⁵.

O Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais seria inaugurado apenas em 2003, e a Escola Superior de Ciências Sociais teria a primeira turma de seu Curso de Graduação em Ciências Sociais (bacharelado) em 2006. Para além da renovação e diversificação do Centro, o que Marieta de Moraes Ferreira aponta como benefício é o retorno financeiro, visto que todos os cursos da Escola do CPDOC são pagos. Portanto, no início deste século, o Centro investiu no ensino, produzindo materiais didáticos, divulgando seu acervo em portal na Internet e criando o primeiro mestrado profissional do Brasil, que, segundo Ferreira, não foi visto com bons olhos em seu princípio¹⁵⁶.

Dessa forma, interpretamos, pelas narrativas desses sujeitos, que a Estudos Históricos nasceu de um momento de crise na FGV, e de redirecionamento da historiografia acadêmica e da política brasileira. Até aqui, pudemos compreender melhor as estratégias adotadas pela EH e as razões para sua consolidação como periódico de perfil interdisciplinar. Tal política foi diretamente influenciada pela postura do CPDOC, e foi defendida e reiterada na

¹⁵⁰ Ibidem, p. 62.

¹⁵¹ D'ARAÚJO, op. cit., p. 267.

¹⁵² Ibidem, p. 249.

¹⁵³ OLIVEIRA, L., 2009/2010, p. 61.

¹⁵⁴ D'ARAÚJO, op. cit., p. 249.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 258.

¹⁵⁶ FERREIRA, 2003, p. 12.

revista, culminando no surgimento do Programa de Pós-Graduação e no ancoramento da Escola de Ciências Sociais da FGV no CPDOC. Ponderamos que esses dois acontecimentos simbolizem o ápice do posicionamento adotado pelo CPDOC desde sua criação. Mesmo com os problemas originados no embate em que se colocaram com suas escolhas historiográficas, os pesquisadores do Centro entendiam que a primazia pela multidisciplinaridade foi responsável por caracterizá-lo e distingui-lo. Por isso, endossavam a conduta da instituição com suas palavras e seu trabalho.

No próximo capítulo, exploraremos com mais detalhes o perfil da EH, a partir do estudo dos textos publicados ao longo de vinte dossiês. Identificaremos as tendências elaboradas e difundidas pelo periódico do Centro, analisando sua colaboração para a produção da historiografia brasileira a partir do final dos anos 1980.

Capítulo II - Dossiês e suas temáticas: perfil da Estudos Históricos

No segundo capítulo, interpretamos os resultados do mapeamento das tendências produzidas e propagadas em vinte dossiês da Estudos Históricos, com auxílio de tabelas e estatísticas fabricadas a partir do editor de planilhas Excel. Adicionalmente, buscamos compreender como autores brasileiros e estrangeiros aparecem nas produções selecionadas pela revista, e com que finalidade. Por meio da investigação dos currículos na Plataforma Lattes e da análise das referências utilizadas nos artigos publicados, continuamos a estabelecer conexões entre autores, grupos de pesquisa e núcleos internacionais.

Segundo Ricardo Marques de Mello, *tendências historiográficas* devem ser entendidas como conjuntos resultantes da propensão ao emprego gradual e frequente de certas *opções historiográficas*. Estas, por sua vez, estão pautadas em elementos comuns a todos os artigos, de forma a viabilizar a interpretação das fontes mesmo em sua heterogeneidade. São eles: “área historiográfica, recorte temporal, delimitação espacial, orientação teórica, perspectiva predominante na interpretação e tipos de fontes”¹⁵⁷. Mello adota como instrumento metodológico de identificação e investigação das opções historiográficas uma *Ficha de Análise* por ele mesmo elaborada a partir das características dos artigos. O emprego da ficha é importante para garantir que sejam aplicados os mesmos critérios de exame para todos os textos.

Em semelhança a Mello, elaboramos nossa planilha de análise:

¹⁵⁷ MELLO, op. cit., p. 48.

Figura I – Planilha de análise da Estudos Históricos

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Dossiê	Título do texto	Seção	Autor(a)	Âmbito de Interesse	Orientações teórico-metodológicas	Perspectiva predominante de interpretação	Fontes
2	v. 1n. 1(1988): Caminhos da Historiografia	Por uma Revista de história	Apresentações	CPDOC	0	0	0	0
3		Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional	Artigos	Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (M)	HH, século XIX, Brasil	Michel de Certeau, Norbert Elias, Reinhart Koselleck	Representacional	SFO - correspondência, periódico, estatuto, petição, texto bibliográfico
4		Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu	Artigos	Ricardo Benzaquen de Araújo (M)	HH, séculos XIX e XX, Brasil	Walter Benjamin, Hayden White, Paul Ricoeur, Hans Jass	Discussão Bibliográfica	SFO - texto bibliográfico, correspondência
5		José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira	Artigos	Francisco Iglésias (M)	HH, século XX, Brasil	OTI	Discussão Bibliográfica	SFO - texto bibliográfico
6		Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo	Artigos	Francisco Falcon (M)	HH, séculos XIX e XX, Portugal	OTI	Discussão Bibliográfica	SFO - texto bibliográfico
7		Hermenêutica e ciências humanas	Artigos	Luiz Eduardo Soares (M)	TH, RTI, REI	Hans-Georg Gadamer	Discussão Bibliográfica	SFO - texto bibliográfico

Fonte: Elaboração da autora

Âmbito de interesse insere o artigo em determinada área historiográfica, recorte espacial e temporal. As classificações de áreas historiográficas foram feitas com base na *preponderância* de certo âmbito, mensurável mediante critérios de definição presentes nas fontes mesmas, bem como nas acepções fabricadas pelos pensadores e/ou pela comunidade acadêmica no momento de escrita dos artigos. Os recortes espaciais e temporais seguiram as determinações dos próprios textos, como indicado por Mello: “Se o recorte dizia respeito aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, preenchi o campo pertinente, precisamente, com os dados do artigo: São Paulo e Rio de Janeiro”¹⁵⁸. Posteriormente, tais dados foram coligidos em divisões maiores, como regiões e continentes. Quanto ao recorte temporal, adotou-se a periodização em séculos: “se em um texto, por exemplo, o recorte cronológico abrangia as duas últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX, classifiquei-o como ‘século XIX e XX’”¹⁵⁹.

Em *Orientações Teóricas*, Mello procurou distinguir “dispositivos analíticos, demonstrativos e explicativos que orientam de um modo especial a compreensão, construção, caracterização e explicação do objeto de análise da pesquisa”¹⁶⁰. Dessa forma, nos atentamos a notas de rodapé, referências bibliográficas, menções diretas e indiretas, bem como às apropriações diversas empreendidas pelos autores dos artigos da EH a fim de embasar seus estudos.

Perspectiva predominante na interpretação divide-se entre perspectiva factual e representacional, e trata de concepções de compreensão e apropriação de objetos no que diz respeito aos modos de reconhecer a realidade e o trabalho do historiador. Em semelhança com o que ocorre com as áreas historiográficas, um artigo é rotulado como portador de uma ou outra perspectiva por critério de preeminência, já que o factual e o representacional estão vinculados e se mesclam nos textos. Neste tópico, as especialidades de cunho metateórico representam uma categoria a parte, denominada *discussão bibliográfica*¹⁶¹.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 78.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 78-79, grifos do autor.

¹⁶¹ Ibidem, p. 87.

Por fim, *Fontes* permite a identificação do uso (ou desuso) de fontes oficiais nos estudos em questão, e *Observações* reúne aquilo que não se enquadra nos itens anteriores, como curiosidades e informações relevantes de caracteres diversos.

Mello quantificou a presença e frequência das opções historiográficas tanto em perspectiva diacrônica quanto em números totais, calculando e comparando, ao fim, as porcentagens. Entretanto, o autor não considera possível, nem oportuno, construir um padrão hermético dos artigos veiculados pela RBH, porque a elaboração de um modelo omitiria a diversidade, as nuances e a riqueza das fontes. Isso quer dizer que estabelecer tendências historiográficas homogêneas para cada um dos períodos trabalhados seria, na verdade, fabricar um retrato distorcido e despropositadamente dualista sobre a historiografia produzida a partir deste periódico. O autor indica que seria viável apurar tendências apenas em sua singularidade, pois cada uma delas teria um tempo único de mudança e propagação, não ocorrendo, portanto, simultaneamente; e relata, inclusive, que existem diversos casos de “coexistência de opções em decadência com outras em ascensão em um mesmo artigo”¹⁶². Por conseguinte, Mello interpreta as informações produzidas de forma a significar as transformações nas opções historiográficas *individualmente*.

Neste estudo, não ambicionamos analisar o alcance e a relevância de todas essas *tendências* da Estudos Históricas na historiografia brasileira. Este seria um outro trabalho, de escopo maior. Quando dizemos que a EH produziu historiografia, propagou tendências, e que nosso objetivo é mapeá-las e interpretá-las, estamos nos referindo a um estudo interno da revista. Por isso, pedimos ao leitor que não espere dos dados produzidos um direcionamento efetivo à historiografia brasileira, uma influência de impacto verificado; nem um quadro hermético, ou um modelo de qualquer natureza.

Reiteramos que nosso objetivo é mapear a produção historiográfica da Estudos Históricas entre os anos de 1988 (quando foi fundada) e 1997, em vinte dossiês. Este intuito implica a análise dos critérios utilizados pela EH para seleção dos trabalhos publicados. No caso dessa revista, a intensidade da troca intelectual entre pesquisadores foi um critério muito importante, já que a

¹⁶² Ibidem, p. 134.

maioria dos autores publicados na EH estava ligada aos membros do periódico por meio de vivências acadêmicas em comum. Há, entretanto, como predomina nos periódicos desse tipo, uma escolha do que seria divulgado em suas páginas de acordo com os interesses dos avaliadores e da instituição a que eles estavam vinculados, o CPDOC.

A fim de aprofundarmos a discussão sobre os critérios de seleção da revista, recorreremos ao seu primeiro editorial, uma espécie de manifesto. A Apresentação *Por uma Revista de História*, de 1988, compara história e ciências sociais buscando enfatizar os benefícios da presença das duas disciplinas nas análises veiculadas no periódico. Tomaremos como exemplo a relação entre história e sociologia para discutir esta questão.

No Brasil, a princípio, não houve rivalidade entre história e sociologia, diferentemente dos casos da França e da Alemanha. Isto porque as duas disciplinas se consolidaram desde o começo dentro do âmbito universitário (mais precisamente, na Universidade de São Paulo, a USP); mostravam-se, dessa forma, bem definidas, com condições semelhantes de suporte. Além disso,

as relações de importação de ideias, de práticas e de pessoal profissionalizado foram mediadas por espírito amistoso e não bélico, como a experiência franco-alemã. Ocorre que, na qualidade de antiga colônia da metrópole portuguesa e de país dependente e diminuído no cenário das potências que conduzem a política mundial, o Brasil não rivalizou com as orientações estrangeiras, pois não se colocava em disputa com elas.¹⁶³

É preciso fazer uma ressalva: a “existência prévia da área de História em instituições tradicionais”¹⁶⁴, como, por exemplo, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), criou uma resistência à ocupação da cadeira de história do Brasil por historiadores de fora. A questão foi resolvida com a nomeação de Afonso d’Escagnolle Taunay para o posto, bem como com o cerceamento às colocações dos intelectuais estrangeiros sobre a história nacional. Entretanto, nos momentos de disputa com os praticantes amadores, historiadores e sociólogos uniram-se para barrá-los, permitindo “experiências amistosas de

¹⁶³ RODRIGUES, Lidianne Soares. **História e Sociologia**: capítulos de um diálogo em longa duração. Curitiba: InterSaberes, 2020, p. 208.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 212.

trocas intelectuais, que propiciavam vínculos estreitos entre eles”¹⁶⁵.

De 1958 a 1964, o marxismo foi um tema importante de troca entre as duas disciplinas, “uma fertilização recíproca de temas, abordagens e métodos”¹⁶⁶. Formado por um grupo de estudos da USP, o chamado *Seminário Marx* propôs a leitura conjunta d’O Capital. Como consequência, este autor foi introduzido nas bibliografias dos cursos de História e de Ciências Sociais, permanecendo como pré-requisito, referência teórica adotada ou criticada durante muitos anos.

Posteriormente, o desenvolvimento da pós-graduação e a abertura gradual do governo militar veio acompanhado de uma forte oposição, dentro das universidades, ao marxismo tido como *economicista*. Aquela geração marxista disputou a hegemonia teórica com a geração seguinte de historiadores, “mais próximos de perspectivas antropológicas, foucaultianas e da terceira geração daquela escola [dos Annales]”¹⁶⁷. Os mais jovens interessavam-se por sujeitos históricos diferentes dos estudados pelos marxistas em geral, como as mulheres, os homossexuais e os negros.

Da mesma forma, os próprios historiadores da geração anterior acabaram por segmentar-se, e, na década de 1980, alguns adotaram perspectivas mais voltadas ao cultural, inspirados pelos marxistas ingleses (especialmente, por Edward Palmer Thompson). Portanto, os conflitos intelectuais no Brasil não se deram entre historiadores e sociólogos, mas sim, foram percebidos nas discussões da historiografia, a fim de encontrar formas de relacionamento com as ciências sociais.

A tentativa de teorização lógica das diferenças entre História e Sociologia – bem como sua contrapartida, a tentativa de construção da síntese de ambas [...] [veio] apenas em uma fase mais avançada, em que as disciplinas já se encontravam mais estabelecidas e começaram a disputar o monopólio da inteligibilidade de objetos compartilhados¹⁶⁸.

Se Lidiane Rodrigues considera como “raríssimos” os esforços de

¹⁶⁵ Ibidem, p. 213.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 216.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 226.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 213-214.

teorização acerca das delimitações destas disciplinas no Brasil¹⁶⁹, a EH pode ser considerada um projeto de integração. Como vimos na introdução desta dissertação, o primeiro editorial da revista informa o leitor sobre suas diretrizes, caucadas na perspectiva história. Vemos que a *EH* não se apresenta como uma revista exclusivamente de historiadores. O empenho na divulgação da multidisciplinaridade, expresso neste editorial, traz uma visão positiva da postura interdisciplinar que marca o próprio CPDOC.

Sendo assim, em princípio, os trabalhos submetidos à EH devem refletir sobre seus objetos historicamente, unindo todos os pesquisadores sob um mesmo critério de seleção. É perceptível, portanto, a dedicação desses sujeitos para com o avanço dos estudos e das interpretações sobre o Brasil. Eles buscavam compreender as visões que intelectuais apresentavam acerca do que era chamado de *realidade nacional*; uma preocupação em “entender o presente” a partir do passado e “construir um futuro”¹⁷⁰, sobretudo no que diz respeito ao social.

A seguir, começaremos a análise da produção historiográfica da Estudos Históricos. Primeiramente, abordaremos o estudo das capas da revista, a fim de interpretarmos as informações que elas carregam, em seus ditos e não-ditos.

2.1. A produção historiográfica da EH: mapeando artigos, autores e referências

2.1.1 As capas da Estudos Históricos

¹⁶⁹ Ibidem, p. 226.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 3.

Figura II – As capas da Estudos Históricas (1988-1997)



Fonte: Elaboração da autora

Acima estão expostas as imagens das capas da Estudos Históricos de seus primeiros dez anos. Elas foram retiradas do arquivo on-line da revista; portanto, não foram escaneadas por nós. Podemos notar que as capas, mesmo com mudanças de layout nos últimos quatro números analisados, seguem um padrão: são compostas por cores sólidas, sem ilustrações, fotos ou gravuras, por exemplo. Nelas constam o nome da revista, o tema e o número do dossiê; na maioria, também o ano do mesmo. Por um breve período (1993-1995), houve o cuidado adicional de explicitar o semestre no qual o fascículo era publicado. Observamos a presença inconstante do nome e/ou logo da editora, que pode ser causada por desatenção: notamos que os tamanhos das capas escaneadas são diferentes entre si, e imaginamos que a(s) pessoa(s) responsável(is) por esse trabalho possa(m) ter *cortado* alguma extremidade. No mais, ressaltamos o nome “Fundação Banco do Brasil”, acompanhado do logo/sigla da instituição. Apesar de não ter sido citada em nenhuma fonte analisada no capítulo anterior, acreditamos que esta Fundação patrocinava ou apoiava a revista de alguma outra forma.

Nos dois dossiês de 1994, ano do aniversário de 20 anos do CPDOC, optou-se pela adição de várias linhas retas, que se cruzam em diversas direções, formando uma espécie de teia. Algumas delas convergem para um único ponto, no canto superior esquerdo, criando um pequeno círculo. Acreditamos que a intenção dos idealizadores era justamente ressaltar este momento especial na história do Centro, chamando atenção para dois fascículos de relevância: no número 13, estão eternizadas as palavras dos célebres palestrantes estrangeiros do evento “CPDOC 20 anos”; o número 14, seguindo a temática do anterior, trata de comemorações, tema muito em voga na historiografia do final do século XX.

Abrindo as capas, a seguir, examinaremos o conteúdo da revista, elaborando estatísticas e interpretações.

2.1.2 Estatísticas e interpretações

Nosso trabalho com as fontes foi sistematizado em tabelas. A partir das informações, foram produzidas estatísticas que orbitam nos seguintes tópicos:

- Artigos por área de interesse;

- Autores por sexo e por nacionalidade;
- Instituições por nacionalidade e por repetição;
- Orientação teórico-metodológica;
- Quantidade de artigos por recorte espacial;
- Quantidade de artigos por recorte temporal.

Detalharemos cada um deles, interpretando os dados produzidos, analisando as tendências apresentadas.

2.1.2.1 Artigos por área de interesse

As categorias consideradas como “área de interesse”, bem como sua presença na Estudos Históricos, estão sintetizadas na tabela abaixo:

Artigos por área		%
História da Historiografia	32	24,8
História Intelectual	29	22,5
História Política	21	16,3
História Cultural	18	14
Teoria da História	13	10
História Social	12	9,3
História Ambiental	3	2,3
História da Educação	1	0,8
História Econômica	0	0
Total	129	100

Há a predominância de História da Historiografia, seguida de perto por História Intelectual. Esta, muito em vista pelos vários arquivos pessoais abrigados pelo CPDOC ao longo dos anos, além do fortalecimento da biografia verificado na historiografia do período. São duas áreas privilegiadas desde o primeiro número da revista e estão no cerne de sua própria criação, mesmo que a distribuição dos artigos em dossiês favoreça a concentração dos textos em determinados números, constituindo uma presença inconstante destas áreas durante os dez anos analisados.

No âmbito da historiografia brasileira, os maiores esforços de sistematização de uma história da história se deram na segunda metade do século XX, pelos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Moacir Campos, Alice Canabrava, José Roberto do Amaral Lapa, Américo Lacombe, José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias¹⁷¹. Os anos 1990, especialmente, foram um “período em que se assiste um lampejo de esforço no sentido da profissionalização dessa atividade [de crítica historiográfica] no meio acadêmico brasileiro”¹⁷²; ou seja, um momento em que a História da Historiografia não assumia ainda seu nome próprio, mas começava a se profissionalizar.

Entretanto, a publicação, na EH, de autores como Manoel Luiz Salgado Guimarães, Ricardo Benzaquen de Araújo, Francisco Falcon, José Murilo de Carvalho, Ângela Maria de Castro Gomes, Márcia Mansor D'Alessio, Maria de Lourdes Janotti, Maria Helena Capelato, Carlos Fico, Ronald Polito, Lúcia Maria Paschoal Guimarães e do próprio Iglésias, referências da História da Historiografia, indica que os dez primeiros anos de produção da revista foram importantes. Neles, abriu-se espaço para essas ideias, fomentando, assim, uma área que se consolidaria apenas em meados de 2010.

Quanto à História Intelectual, Helenice Rodrigues da Silva¹⁷³ entende que a área não obteve, até o início deste século, sistematização teórica suficiente para constituir um campo de estudo balizado, apesar de definições relevantes aparecerem já na década de 1980. Considerada, “de um lado, procedimento de análise, e de outro, disciplina em formação”, a História Intelectual trataria, sobretudo, da historicização do discurso dos intelectuais inscritos num espaço e num tempo específicos. Ela abrangeria tanto uma Sociologia/História/biografia¹⁷⁴ dos sujeitos estudados, quanto a análise de obras e ideias/correntes de pensamentos deles.

¹⁷¹ GUIMARÃES, Lúcia M. P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, L. M. B. P. das. [et al.]. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 22.

¹⁷² MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História**, Brasília, v. 10, nº 1-2, 2002, p. 182. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27839/23933>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

¹⁷³ SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em Questão. In: LOPES, Marco Antonio. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

¹⁷⁴ Não apenas narrando cronologicamente os eventos de uma vida, mas dando sentido a essa trajetória por meio dos procedimentos da História Intelectual (Ibidem, p. 21).

Devido, provavelmente, à forte presença de artigos de História da Historiografia e de História Intelectual baseados em fontes de arquivos pessoais, o tipo de fonte encontrado com maior frequência durante nosso estudo foi o não-oficial.

Artigos por tipo de fonte		%
Oficiais	32	24,8
Não-oficiais	97	75,2
Total	129	100

Também, possivelmente, pelos mesmos motivos, as categorias “representacional” e “discussão bibliográfica” destacaram-se muito em relação à “factual”.

Artigos por perspectiva predominante de interpretação		%
Factual	18	14
Representacional	61	47,2
Discussão Bibliográfica	50	38,8
Total	129	100

Em terceiro lugar, temos História Política, outro âmbito que sabemos ter prestígio dentro do Centro. Uma história política renovada, que partir dos anos 1970 direcionou um novo olhar ao poder: a inclusão dos pequenos poderes da vida cotidiana, das representações, do imaginário, do estudo do discurso (inspirado no pensamento de Michel Foucault), das massas anônimas, do indivíduo comum, bem como as disputas pela conceituação da palavra *poder* permitiram a ampliação do escopo da História Política. O poder passou a ser visto não somente nos grandes homens, nos governos e nas instituições, mas também nas relações familiares, nos sistemas educativos, nos comportamentos, nos símbolos, nos preconceitos, por meio de palavras e imagens,

com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou de resistências individuais no âmbito dos micro-poderes, e com tudo o mais que ao Poder se refere¹⁷⁵.

Segundo José D'Assunção Barros, a segunda década do século XX, com “a gradual passagem – na maior parte do mundo – de uma sociedade de desenvolvimentos espontâneos para uma ‘sociedade planificada’”¹⁷⁶, revaloriza o aspecto político dos contextos econômico, demográfico e cultural. Além disso, a velocidade dos novos meios de comunicação trouxe aos cidadãos uma intensa politização da vida, o que “se oferece como caminho para a expressão das antigas e novas formas de poder”¹⁷⁷. Na historiografia, os conceitos de “cultura política” e “teatro do poder” são importantes nessa renovação, que está alinhada às percepções da História Social e da História Cultural, às teorias de outras áreas, como a Psicologia, o Direito, “a Antropologia, a Sociologia, a Lingüística e a Semiótica”¹⁷⁸, além da Geografia, uma velha interlocutora da História Política. Este viés interdisciplinar combina-se com a pluralidade da política na contemporaneidade para caracterizar uma nova forma de escrita da história.

René Remond, autor de artigo publicado na EH¹⁷⁹ e inspiração para o CPDOC, formou em Paris X (em associação com institutos de pesquisa) um grupo concentrado sobretudo no estudo do “mundo dos partidos políticos, os sistemas eleitorais, a mídia, a opinião pública”¹⁸⁰, temas que aparecem com frequência na revista do Centro. Silvia Petersen interpreta como novos temas da

¹⁷⁵ BARROS, José D'Assunção. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista Escritas: Políticas - Práticas e Representações**, v.1, 2008, p. 5. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278/8103>>. Acesso em: 06 set. 2022.

¹⁷⁶ Ibidem, p.14.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 15.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 11.

¹⁷⁹ RÉMOND, René. Por que a história política? In: **Estudos Históricos**. CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, pp. 9-19.

¹⁸⁰ BARROS, op. cit., p. 18.

área no Brasil a “história política do período colonial, da monarquia e da república, a questão da democracia e da cidadania”, além dos

velhos temas que são submetidos às novas abordagens que as atuais reflexões teórico-metodológicas proporcionam. Este é o caso, por exemplo, dos temas da Proclamação da República, do escravismo e do ciclo dos descobrimentos e conquista europeia. Para a retomada destes temas muito contribuiu a celebração de efemérides [...].¹⁸¹

De fato, com exceção do escravismo, estes temas aparecem em artigos classificados como História Política. Daiane Machado considera que, nos Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)¹⁸², no período estudado,

a respeitabilidade da abordagem política foi restabelecida e, com um forte mergulho no material de imprensa, se proliferaram investigações sobre comportamento político, partidos, poder local, getulismo, ideias e conceitos de nacionalismo, democracia, cidadania. Nesta vertente, surgiam trabalhos sobre autoritarismo, Golpe Militar de 1964 e suas relações com a igreja católica, redemocratização¹⁸³.

Já na Revista Brasileira de História, “Historiografia” e “História das Representações Políticas” aparecem, entre 1981 e 1998, como 20% e 10% da produção do periódico, respectivamente¹⁸⁴.

Destacamos a denominação *História Ambiental* como categoria emergente. Apesar de repercutir desde a crise ecológica nos anos 1970, a década de 1990 foi um grande momento para a área da História Ambiental, sobretudo para os pesquisadores nacionais. Acompanhando os questionamentos originados do contexto epistemológico do fim da Guerra Fria, a vertente brasileira ganhou corpo e certa autonomia, deixando de ser uma

¹⁸¹ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. O Pensamento Histórico Brasileiro: relações com vertentes européias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes. **História em Revista**. Pelotas/ RS, v. 9, dez. 2003, p. 8. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11705/7492>>. Acesso em: 08 ago. 2022.

¹⁸² A SBPH foi fundada em 1981, por Cecília Westphalen e Maria Beatriz Nizza da Silva, em oposição ideológica à Associação dos Professores Universitários de História, a APUH (atualmente, ANPUH). Cf.: MACHADO, Daiane Vaiz. Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. In: VARELLA, Flávia; ANHEZINI, Karina (orgs.). **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**: 2016. Coleção Concurso SBTHH. Mariana: SBTHH, 2018, pp. 469-841.

¹⁸³ Ibidem, p. 731.

¹⁸⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. Introdução. In: Id. (org.). **Historiografia brasileira em debate: olhares, recortes e tendências**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2002, p.10.

perícia predominantemente geográfica, ou, ainda, um domínio privilegiado tangencialmente. Paulo Martinez adverte que

As perspectivas críticas da historiografia que não encontra nas questões do meio ambiente o seu núcleo de interesse, pesquisa e de reflexão, abordando-o lateral e indiretamente – *Annales*, História Social marxista inglesa, pensamento histórico-sociológico brasileiro –, dado a sua pujança metodológica possibilitam abordagens das questões ambientais. Não adquirem, porém, uma densidade epistemológica nova ou inovadora que requer esta abordagem no conhecimento do passado, pois se encontram umbilicalmente atadas a metas específicas de investigação, como a história econômica e cultural, a micro-análise, a história das sensibilidades ou a das ciências, entre outras.¹⁸⁵

A história ambiental busca, portanto, compreender como se dão as interações entre sociedade e natureza, e as consequências delas; é a inclusão do biofísico na historiografia como objeto predominante das análises, onde se explora o tripé “ecologia, relações econômicas e cognição humana”¹⁸⁶. Nesta perspectiva, o ser humano não é somente agente de destruição ambiental, mas promove construção e criação no que tange à cultura, em sua ligação com o mundo natural.

Levando isso em consideração, os principais temas da História Ambiental brasileira centram-se “nos problemas ambientais próprios do continente americano” – “os diferentes territórios no continente (coloniais, indígenas, agrícolas, culturais), a produção de matérias-primas e a reflexão sobre a própria História Ambiental” - em diálogo com tópicos mundialmente debatidos em perspectiva ecológica, como “a ocupação humana, a monocultura, urbanização ou rumos e padrões do desenvolvimento econômico”¹⁸⁷. Na EH, temos um artigo que versa sobre os direitos da natureza, um sobre a política imperial brasileira de domesticação de plantas, e um sobre imaginário acerca do garimpo no Brasil e sua função na exploração dos recursos naturais.

¹⁸⁵ MARTINEZ, Paulo H. História ambiental um olhar prospectivo. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011, p. 28. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/14086/8021>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

¹⁸⁶ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, 2010, p. 94. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshNkXN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

¹⁸⁷ MARTINEZ, op. cit., p. 27.

Contudo, notamos que a categoria História da Educação (inclusive aqui os artigos sobre ensino e didática) teve apenas um artigo contado, enquanto História Econômica não obteve nenhum.

No primeiro caso, há o agravante de que a área da História da Educação, por muito tempo, não foi “instituída como especialização temática da História, mas como *ciência da educação* ou como *ciência auxiliar da educação*”, o que certamente contribuiu para a falta de interesse dos historiadores por seus temas¹⁸⁸. Sua posição inicial de “disciplina escolar de caráter formativo, marcadamente moralizador”, fez com que a História da Educação estivesse limitada teoricamente durante a maior parte de sua existência. Ela permaneceu fortemente influenciada pelas “demandas postas a partir de outros campos de investigação sobre educação, que hegemonizaram a produção da pesquisa, a partir da instalação dos Programas de Pós-Graduação, na década de 70”. Reforçando esta falta de autonomia, as políticas editoriais desencorajaram a publicação de estudos afastados desses parâmetros hegemônicos que, segundo Marta Maria de Carvalho, constituem as “expectativas do público leitor visado”¹⁸⁹.

Entendemos que o conjunto de fatores acima mencionado tenha praticamente apagado a História da Educação das páginas da EH. Porém, mais especificamente, acreditamos que tal ausência também seja consequência de mentes e mãos dedicadas aos pares acadêmicos, como sabemos ser o perfil do próprio CPDOC: uma instituição que se voltou ao ensino apenas tardiamente, e que tinha como prioridade o trabalho com a história oral e os arquivos pessoais ali contidos.

O segundo caso é mais um indício do declínio da história quantitativa, assim como da História Econômica como área predominante no Brasil, tendência verificada desde o começo dos anos 1980. Em mesa-redonda da SBPH, ocorrida em 1985, os debatedores¹⁹⁰ concordaram em reconhecer a frequente decisão,

¹⁸⁸ CARVALHO, Marta M. C. de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M. C. de (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 329, grifos da autora.

¹⁸⁹ Ibidem p. 330.

¹⁹⁰ Mircea Buescu (PUC-RJ), Cecília Westphalen (UFPR), Manuel Nunes Dias (USP), sob a presidência de Myriam Ellis (USP).

por parte dos historiadores brasileiros, de tratar os “temas econômicos pelo ângulo do social, colocando a especificidade econômica em segundo plano”¹⁹¹.

Nossa obra de apoio para compreender as definições das categorias de análise coetâneas ao nosso recorte foi *Domínios da História*, organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Lançado em 1997, o livro traz um panorama das áreas de concentração da disciplina História, com sínteses escritas por autores referência em cada segmento.

Nele,

João Fragoso e Manolo Florentino (1997) fizeram um diagnóstico do estado da questão em história econômica. Colocando o problema da “derrocada” da história econômica como tendência mundial - ou seja, localizando-a em um contexto de crítica ao paradigma estruturalista, de dúvidas acerca de processos macro-históricos e abertura ao pluralismo e ao subjetivismo -, e sem “culpabilizar” a historiografia marxista, pode-se dizer que o texto dialoga com a mesa-redonda da SBPH¹⁹².

Saindo de abordagens que compreendiam a esfera do econômico como suficiente para explicar os processos históricos de maneira plena, abraçando os fenômenos sociais como objeto de análise, a história econômica passou por transformações a partir do

momento no qual a racionalidade dominante foi rompida pela eclosão de um conjunto de eventos cruciais: disseminação crescente das tecnologias de informação; expansão das dimensões simbólicas do consumo; manifestações contraculturais; mudança nas relações familiares e de gênero; naturalização das crises recorrentes do capitalismo globalizado; e, finalmente, um evento de alta significação, a destruição das torres gêmeas, em 2001, marco real e simbólico do nascer trágico do século XXI.¹⁹³

Nestes termos, como a economia e o capitalismo tornam-se parte de uma totalidade maior de produção de bens simbólicos num dado sistema cultural, a abordagem da história em termos puramente econômicos não esgota o objeto.¹⁹⁴

¹⁹¹ MACHADO, op. cit., p. 772.

¹⁹² Ibidem, p. 773.

¹⁹³ ARRUDA, José Jobson de Andrade. Por uma renovada História Econômica. In: SAES, Alexandre Macchione; SAES, Flávio Azevedo Marques de; RIBEIRO, Maria Alice Rosa (org.). **Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE**. São Paulo: Alameda, 2017, p. 86.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 109.

Isto posto, o historiador da economia passou a rejeitar a desconsideração das esferas do político e do cultural em seus estudos. Talvez a ausência de textos de história econômica na EH reflita essa inclinação ao predomínio da dimensão simbólica, bem como à conjunção cada vez mais evidente entre o político e o econômico, que se apresenta também na própria história política. Este cenário é igualmente resultado da fragmentação da historiografia verificada nas décadas finais do século XX, que, de certa maneira, contribuiu para a *diluição* da história econômica, tornando-a menos concentrada em si.

Jurandir Malerba, fazendo o que chama de *radiografia* da crítica historiográfica brasileira dos anos 1990, entende que os ensaios historiográficos temáticos dessa década se centraram sobretudo no movimento operário e na escravidão, temas de pouca expressão na EH. Contudo, os recortes espaciais e temporais, citados por Malerba em terceiro lugar, aparecem com frequência na revista do CPDOC. Ainda, as “tímidas tentativas” (segundo Malerba) de discussão teórica possuem expressão na EH, principalmente àquelas da História Política. Portanto, neste aspecto, a Estudos Históricos pode ser inserida na tendência geral da década, mesmo que não aborde os dois maiores temas do período.

Carlos Fico e Ronald Polito¹⁹⁵ consideram que, nos anos 80, privilegiou-se os temas de História Regional e de História Social. De fato, em nosso recorte, os períodos de 1988 a 1990, e de 1991 a 1997, apresentam o mesmo número de artigos de História Social: seis. Tal queda de frequência nos parece quase que repentina e, por isso, nos dá dimensão do desinteresse pela História Social entre nossos pares do final do século passado, bem como da importância crescente da História Cultural.

Quanto a este último ponto, a presença de Roger Chartier na EH é um indício da expansão da Nova História Cultural no Brasil após meados dos anos 1980, cenário que pode ser relacionado com a própria movimentação da historiografia francesa. Englobando a história das mentalidades, de chegada tardia ao nosso país, bem como estudos sobre imaginário, representações¹⁹⁶,

¹⁹⁵ FICO, C.; POLITO, R. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Varia Historia**. Belo Horizonte, n. 13, Junho/94, pp. 147-163.

¹⁹⁶ Conceito ao qual Chartier deu especial atenção em CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Oeiras: Difel, 1988.

sensibilidades, narrativa e ficção, a História Cultural passou a estreitar laços com a antropologia, trazendo dela um significado de *cultura* que incluía a erudita, a popular¹⁹⁷ e, sobretudo, o entrecruzamento das duas. Esta área também se ligou fortemente à literatura, à arte e à arquitetura, multiplicando temas e objetos, e promovendo o emprego de tipos de fontes diferentes dos habituais (debruçando-se, inclusive, sobre a história oral).

Sua “diversidade de abordagens e temas” foi um dos fatores pelos quais “a História Cultural se tornou um sucesso de vendas no mercado editorial”¹⁹⁸. Porém, no âmbito acadêmico, ela não se mostra menos prestigiada: Diogo Roiz e Jonas dos Santos afirmam que

nunca foi tão grande o número de programas abertos, ou que já estavam em funcionamento, centrando-se na História Cultural. O mesmo tem acontecido com as pesquisas, que nos últimos decênios, segundo algumas estimativas, estão concentradas na História Cultural, perfazendo cerca de 80% de tudo que tem sido produzido nas universidades brasileiras¹⁹⁹.

A ideia de que a cultura também molda a realidade social vem de encontro com os preceitos de grande parte dos autores marxistas e, de certa maneira, aos que formaram os historiadores brasileiros (especialmente os que faziam História Social) até então. Evidentemente, o cenário de crise da esquerda, agravada pela queda do Muro de Berlim (1989) e pelo fim da URSS (1991), contribuiu para que o fluxo marxista fosse relativamente represado na historiografia.

Esta divergência não se caracteriza como uma ruptura completa com os predecessores, pois tanto o marxismo inglês e quanto a segunda geração dos *Annales* fizeram contribuições importantes aos estudos culturais, mas demarca um ponto de partida das críticas dos historiadores adeptos desses novos ares.

2.1.2.2 Autores por sexo e por nacionalidade

Em primeiro lugar, gostaríamos de esclarecer que as estatísticas abaixo foram elaboradas com base nos nomes próprios dos sujeitos em questão, nomes que tipicamente, em uma ordem heteronormativa, são atribuídos ao sexo

¹⁹⁷ Utilizamos aqui o conceito de *popular* de maneira ilustrativa, sem nos atermos às discussões das Ciências Sociais sobre os múltiplos significados do termo.

¹⁹⁸ ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil**. Jundiá: Paco Editorial, 2012, p. 109.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 109.

feminino, ou ao sexo masculino. Assim sendo, 62,4% dos indivíduos tinham nomes masculinos, enquanto 37,6% possuíam nomes atribuídos, geralmente, a mulheres. Concluímos, portanto, que há uma grande predominância de homens como autores na Estudos Históricos:

Autores por sexo		%
Homens	73	62,4
Mulheres	44	37,6
Total	117	100

Esses dados mostram, mais uma vez, a falta de espaço para vozes femininas na academia, resultado de um campo acadêmico estruturado no masculino. Maria da Glória Oliveira já debateu este silenciamento no que tange à História Intelectual e à História da Historiografia, áreas onde as trajetórias e as produções acadêmicas femininas não recebem o mesmo tratamento das masculinas. A autora aponta que, na Revista História da Historiografia,

apenas 124 textos são assinados por mulheres, o que corresponde a 29% do total de 422 artigos e resenhas publicadas ao longo dos 10 anos de existência da revista (2008 a 2018). Quando consideramos os títulos e temas dos artigos, chama a atenção que, desse total de publicações, apenas cinco artigos contemplam estudos sobre a obra e a trajetória de autoras e/ou historiadoras [...].²⁰⁰

Flávia Varella aponta, para o mesmo período e periódico, 32% de autoras mulheres e apenas 5% de mulheres estudadas, e acrescenta que

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um dos periódicos mais importantes na área de História durante muito tempo, não houve nem uma publicação de pena feminina durante todo o século XIX. Essa situação muda, ainda que discretamente, com a reforma universitária nas primeiras décadas do século.²⁰¹

²⁰⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 11, n. 28, set-dez 2018, p. 110. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414/755>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

²⁰¹ VARELLA, Flávia. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). **História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 11, n. 28, set-dez 2018, p. 237. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1427/764>>. Acesso em: 31 out. 2022.

O predomínio de autores homens nos periódicos em questão evidencia a longa duração das disparidades de gênero. Neste contexto, é preciso destacar o desencorajamento que as mulheres sofrem, provocado tanto pelas múltiplas atribuições que recaem sobre elas (como as tarefas do cuidado), quanto pela autocensura elevada, efeito psicológico da histórica subjugação intelectual, ou, ainda, pela falta de incentivo dos cônjuges para retomada da carreira após a maternidade.

Há, especialmente neste quesito, condições de trabalho problemáticas, endossadas pelas próprias instituições empregadoras. Para se ter uma ideia, somente no ano de 2017 foi sancionada a lei 13.536/2017, que regulamenta o período de 120 dias de licença-maternidade para estudantes bolsistas²⁰². Além disso, apenas no ano de 2021 foi incluído um campo no Currículo Lattes para sinalizar este período, a fim de não prejudicar as mulheres que precisam da pausa, pois, em momentos de pleito de cargos ou bolsas, por exemplo, a produtividade constante é um critério importante²⁰³.

De encontro a estes fatores, há os critérios de seleção das instituições e revistas, que priorizam o capital social dos candidatos, favorecendo, indiretamente, os homens: estes geralmente possuem mais tempo e energia para dedicar-se à carreira, pois, muitas vezes, as demandas da paternidade e do lar são terceirizadas às mulheres que os cercam. Ademais, por precisarmos

²⁰² SANCIONADA lei que dá direito a afastamento por maternidade para bolsistas de pesquisa. **Senado Notícias**, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/18/sancionada-lei-que-de-afastamento-por-maternidade-para-bolsistas-de-pesquisa>>. Acesso em: 12 out. 2022. É importante destacar que a CAPES e o CNPq já possuíam normas de prorrogação por maternidade ou adoção. Porém, tratava-se de regras internas, sem lei regulamentadora, e que se aplicavam apenas para bolsas com vigência de 24 meses ou mais.

²⁰³ SOUZA, Jéssica. CNPq possibilita inclusão da licença-maternidade no currículo das pós-graduandas e cientistas. Portal UFPA, 2021. Disponível em: <<https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/2/12591-cnpq-possibilita-inclusao-da-licenca-maternidade-no-curriculo-das-pos-graduandas-e-cientistas#:~:text=SIGAA-CNPq%20possibilita%20inclus%C3%A3o%20da%20licen%C3%A7a%20maternidade%20no,das%20p%C3%B3s%20graduandas%20e%20cientistas&text=P%C3%B3s%20graduandas%20e%20cientistas%20da,ado%C3%A7%C3%A3o%20de%20filhas%20e%20filhos>>. Acesso em: 12 out. 2022. Para dados estatísticos sobre a relação entre parentalidade e produtividade acadêmica, conferir: PARENT IN SCIENCE. Parent In Science, 2022. Produções. Disponível em: <<https://www.parentinscience.com/documentos>>. Acesso em: 11 nov. 2022. Conferir também: MINUTOS DA HISTÓRIA: Ser historiador e historiadora no Brasil hoje. Convidada: Prof.^a Dr.^a Daiane Machado. Coordenador: Prof. Dr. Mauro Dillmann. Pelotas: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; Departamento de História ; UFPEL, 14 mar. 2022. Disponível em: <<https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy81YTdkZDdkYy9wb2RjYXNOL3Jzcw/episode/MmVmOGUwMDktYzEzOS00MjUyLTllY2ltNzZlMmE4NmQzNjZk>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

trabalhar mais para sermos aceitas e consideradas competentes o suficiente, nós, historiadoras, em muitos casos, somos impedidas de conquistar os mesmos espaços de prestígio que os historiadores homens, bem como de ocupar os mesmos cargos, e de alcançar posições equivalentes no campo acadêmico²⁰⁴.

Quanto à nacionalidade, na EH, dos 117 autores, quase 77% são brasileiros, seguidos por aproximadamente 7% de franceses:

Autores nacionalidade	por	%
Brasileira	90	76,9
Francesa	8	6,8
Estadunidense	7	6
Argentina	4	3,4
Alemã	1	0,9
Argentina/Boliviana	1	0,9
Austríaca	1	0,9
Chilena	1	0,9
Inglesa	1	0,9
Italiana	1	0,9
Mexicana	1	0,9
Uruguaia	1	0,9
Total	117	100

Em cruzamento de dados, percebemos que a grande maioria das autoras publicadas é brasileira, enquanto os homens, mesmo com maior número de pesquisadores do Brasil, são representados em diversidade quanto à nacionalidade. Vejamos:

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Total
Brasileira	50	40	90
Francesa	6	2	8

²⁰⁴ ANHEIM, Étienne. Genre, publication scientifique et travail éditorial. L'exemple de la revue Annales. Histoire, Sciences sociales. **Tracés**, Lyon, n. 32, p. 193-212, 2017.

Estadunidense	6	1	7
Argentina	4	0	4
Alemã	1	0	1
Argentina/Boliviana	1	0	1
Austríaca	1	0	1
Chilena	1	0	1
Inglesa	1	0	1
Italiana	0	1	1
Mexicana	1	0	1
Uruguaia	1	0	1
Total	73	44	117

Dos artigos da Estudos Históricos que possuem autores estrangeiros, em sete deles os pesquisadores são convidados; oito textos são traduções de publicações ou conferências anteriores; dois são de pesquisadores do CPDOC; e em quatorze artigos, não há informações que permitam essa identificação.

Dos sete convidados, temos apenas uma autora, Luciana Duranti. Nas oito traduções, consta somente Mary Louise Pratt. Monique Augras trabalhava no CPDOC e, sobre o artigo de Anne-Marie Thiesse, não podemos precisar. Isto significa que temos quatro mulheres estrangeiras publicadas pela EH no período de 1988 a 1997, em contraste com 23 homens. Trata-se de uma evidência das dissimetrias de gênero na circulação internacional, na participação em redes intelectuais transnacionais²⁰⁵.

2.1.2.3 Instituições por nacionalidade e por repetição

As instituições mais presentes nos currículos dos autores são as brasileiras: são 34, que, juntas, se repetem 171 vezes. Em primeiro lugar, está o próprio CPDOC. Temos também 17 instituições europeias, que compõem 23 repetições; 13 estadunidenses, que aparecem 18 vezes; 7 instituições *latinas*²⁰⁶,

²⁰⁵ SAPIRO, G. A noção de campo de uma perspectiva transnacional: A teoria da diferenciação social sob o prisma da história global. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26.1, 2019, p. 233-265. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159917/154426>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

²⁰⁶ Colocamos o termo *latinas* em itálico pois, por questões analíticas, estamos pensando o Brasil como uma localidade separada do restante da América Latina.

com 9 repetições; e 2 canadenses, com 5 repetições. Há 11 artigos cujos autores não apresentaram nenhum vínculo institucional em seus currículos no ano de publicação na Estudos Históricos.

Instituições por repetição

Nome	Repetições	Nacionalidade
CPDOC/FGV	29	Brasileira (Rio de Janeiro)
UFRJ	25	Brasileira (Rio de Janeiro)
UFF	22	Brasileira (Rio de Janeiro)
USP	16	Brasileira (São Paulo)
IUPERJ	11	Brasileira (Rio de Janeiro)
PUC-Rio	11	Brasileira (Rio de Janeiro)
Artigos com autores sem instituição	11	-
UERJ	8	Brasileira (Rio de Janeiro)
Unicamp	6	Brasileira (São Paulo)
Fundação Casa de Rui Barbosa	4	Brasileira (Rio de Janeiro)
FUNARTE	4	Brasileira (Rio de Janeiro)
University of California, Berkeley	4	Estadunidense
Centre national de la recherche scientifique	3	Francesa
École des hautes études en sciences sociales	3	Francesa
INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION	3	Canadense
Universidade Cândido Mendes	3	Brasileira (Rio de Janeiro)
Universidade Gama Filho	3	Brasileira (Rio de Janeiro)
Associação Brasileira de História Oral	2	Brasileira (Rio de Janeiro)
ANPUH (Sede)	2	Brasileira (São Paulo)
Cambridge University	2	Inglesa

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais	2	Sede em diversos países latino-americanos
Illinois Wesleyan University	2	Estadunidense
Universidad de Buenos Aires	2	Argentina
UFJF	2	Brasileira (Minas Gerais)
UFOP	2	Brasileira (Minas Gerais)
UFRGS	2	Brasileira (Rio Grande do Sul)
UnB	2	Brasileira (Distrito Federal)
UNESP	2	Brasileira (São Paulo)
Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle)	2	Francesa
University of British Columbia	2	Canadense
University of Wisconsin	2	Estadunidense

Como esperado, as instituições brasileiras que aparecem na lista são de estados das regiões Sul (Rio Grande do Sul), Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) e do Distrito Federal. Sendo o poder econômico e o acadêmico intimamente ligados, quem interpreta o Brasil são as áreas que atraem os maiores investimentos financeiros e, conseqüentemente, têm domínio na geopolítica do conhecimento. Podemos interpretar as ideias de Walter Mignolo e Aníbal Quijano²⁰⁷ em nível nacional, colocando Sul, Sudeste e Distrito Federal como localidades autoras de uma história que ressalta um protagonismo questionável. São narrativas supostamente neutras, mas fechadas em si, excludentes de outras possibilidades de interpretação, universalizantes de uma historiografia *brasileira* que, na verdade, é local. Em uma hierarquização desleal, esses três polos unificam as visões sobre o país e, assim, tentam determinar aquilo que é *história* e será reconhecido como tal (usualmente, o que vem de encontro às suas próprias elaborações), e aquilo que não será considerado.

²⁰⁷ MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa, v. 48, pp.187-224, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>>. Acesso em: 13 nov. 2022; QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

2.1.2.4 Orientação teórico-metodológica

Como primeiro passo, buscamos diferenciar os artigos que possuem orientação teórico-metodológica daqueles que não possuem. Identificamos esta presença em notas de rodapé, em referências entre parênteses ao longo do texto, no uso de conceitos ou, de maneira mais explícita, nas palavras do próprio autor, que declara se apropriar dessa ou daquela tese. Assim, verificamos que há pouca diferença numérica entre as duas situações:

Presença ou ausência de orientação teórico-metodológica	Quantidade	%
Artigos que possuem orientação teórico-metodológica	67	52
Artigos que não possuem orientação teórico-metodológica	62	48
Total de artigos	129	100

Em comparação com a Revista Brasileira de História no mesmo período, estudada por Mello²⁰⁸, percebemos maior utilização de aportes teórico-metodológicos na Estudos Históricos.

Dentre os artigos que possuem orientação teórico-metodológica, podemos notar uma grande repetição de autores estrangeiros e, mesmo em números gerais, são pouquíssimos os brasileiros utilizados como aporte. Vejamos:

Repetições de orientações teórico-metodológicas (duas ou mais)	
Pierre Bourdieu	10
Michel de Certeau	6
Walter Benjamin	5

²⁰⁸ MELLO, op. cit.

Carlo Ginzburg	4
Erick Hobsbawm	4
Max Weber	4
Norbert Elias	4
Clifford Geertz	3
Gilberto Velho	3
Mikhail Bakhtin	3
Peter Burke	3
Pierre Nora	3
Alfred W. Crosby	2
Claude Lévi-Strauss	2
Lionel Trilling	2
Louis Dumont	2
Luiz Costa Lima	2
Marcel Mauss	2
Marshall Sahlins	2
Maurice Halbwachs	2
Michel Maffesoli	2
Michael Pollak	2
Norberto Bobbio	2
Paul Veyne	2
Reinhart Koselleck	2
Robert Darnton	2
Roger Chartier	2
Steve Smith	2
Tzvetan Todorov	2

São, em sua maioria, historiadores homens, brancos e do Norte Global. Porém, há também número expressivo de sociólogos, antropólogos e filósofos, além de alguns críticos literários. Lúcia Lippi Oliveira destaca que Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Clifford Geertz, Marshall Sahlins, Lionel Trilling, Robert Darnton, Carlo Ginzburg e Roger Chartier também eram nomes muito frequentes nos trabalhos que transitaram pela ANPOCS, o que indica que tais influências

teóricas circulavam, da mesma maneira, em outros espaços do campo intelectual fluminense²⁰⁹.

Não encontramos estudos sobre as apropriações²¹⁰ da obra de Pierre Bourdieu na historiografia brasileira, mas Afrânio Catani, Denice Catani e Gilson Pereira interpretam que, a partir de meados da década de 1980, apareceram usos mais sistematizados da obra de Bourdieu em periódicos do campo educacional. Estas apropriações eram caracterizadas pelo emprego

de citações e eventualmente de conceitos do autor, [...] para reforçar argumentos ou resultados obtidos e desenvolvidos num quadro terminológico que não necessariamente é o do autor.²¹¹

Da mesma forma, nesse período, aumentaram as *apropriações incidentais* a Bourdieu nos artigos analisados, como “ser arrolado nas referências bibliográficas e não aparecer mencionado no corpo do texto; vir referido apenas de passagem junto com outros autores [...]; surgir em notas não substantivas”²¹². Um dos fatores aos quais Catani, Catani e Pereira atribuem este crescimento é o esforço do mercado editorial para responder às demandas da universidade, o que tornou os textos de Bourdieu mais acessíveis.

É preciso levar em consideração que, sobretudo nos anos 1980, Bourdieu encontrou alguma resistência entre os pesquisadores do campo educacional, devido ao pensamento desmobilizador (no tocante à política) que atribuíam ao intelectual francês; recepção negativa que não se manifestou de maneira tão generalizada dentre os sociólogos e os antropólogos do período, por exemplo. Já a partir de meados dos anos de 1990 houve uma apropriação mais aprofundada das ideias do autor, quando os educadores brasileiros passaram a utilizar-se regularmente “do modo de trabalho” do sociólogo, mostrando maior “preocupação central com o *modus operandi* da teoria”²¹³. Nesta década, “são

²⁰⁹ OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. Sociologia (vol. 2). São Paulo: Sumaré, 1999, p. 147-181.

²¹⁰ CHARTIER, op. cit.

²¹¹ CATANI, Afrânio; CATANI, Denice; PEREIRA, Gilson. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 17, mai/jun/jul/ago 2001, p. 65. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rbedu/a/qQmH5t7HNQR6Mp9dm3YkfwQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

²¹² Ibidem, p. 65.

²¹³ Idem.

publicadas sínteses do pensamento de Bourdieu, algumas das quais situando a obra do autor no espaço da produção sociológica”²¹⁴.

Analisando os dados referentes às orientações teórico-metodológicas na Estudos Históricos entre os anos de 1988 e 1997, notamos que as apropriações de Bourdieu ocorrem mais frequentemente a partir de 1994. Dos dez artigos que mobilizam o autor como aporte teórico-metodológico na revista, seis configuram apropriação conceitual e quatro apropriação aprofundada. Não possuímos dados sobre as apropriações incidentais, pois estas não foram contabilizadas em nossas tabelas, visto que não são consideradas como indícios de emprego da obra de Bourdieu como orientação teórico-metodológica.

Os nomes de Gilberto Velho e Luiz Costa Lima se destacam na lista como autores brasileiros. Os únicos. De fato, esta é uma tendência notada já em 2003 por Silvia Petersen. Em artigo²¹⁵, ela ressalta o quão escassa era a produção teórica original no campo historiográfico brasileiro. Teria somente este motivo a diminuta participação de nossos autores nesta contagem? É provável que não. Extrapolando as barreiras nacionais, notamos que também não há mais pensadores latino-americanos na lista. Voltamos a 2003 e, sem surpresa, lemos o debate de Petersen acerca do desconhecimento dos historiadores brasileiros da historiografia latino-americana, salvo o caso daqueles que estudam a temática. Como salienta Gisèle Sapiro,

Quanto mais um campo nacional ocupa uma posição dominada no espaço internacional, mais os seus dominantes tenderão a ocupar posições voltadas para o internacional [...], e em consequência, serão capazes de impor os modelos importados de fora nos seus países (em razão do prestígio vinculado ao internacional).²¹⁶

Walter Mignolo fala em uma diáspora de cérebros, que, neste caso,

acontece quando o cientista social permanece num país com condições de investigação limitadas e reproduz ou imita os padrões, métodos e, sobretudo, as questões levantadas pelas ciências sociais com diferentes experiências históricas e sociais. Esta é outra versão do nó cego em que a erudição e as ciências

²¹⁴ Ibidem, p. 71.

²¹⁵ PETERSEN, op. cit.

²¹⁶ SAPIRO, op. cit., p. 246.

do Atlânticos norte colocaram a produção de conhecimento e que reproduz a colonialidade do poder²¹⁷.

Assim, entendemos que tamanha dominância de pensadores do Norte nas estatísticas da EH pode ser explicada pelo que se chama de “extroversão”, “imperialismo intelectual”, “mentalidade cativa”, “metrocentrismo”. Conceitos que expressam ideias diferentes, mas que giram em torno da nossa dependência (muitas vezes, consciente) das epistemologias importadas da Europa e dos Estados Unidos. Voltar nossos olhares intelectuais para cima é um hábito que se perpetua atualmente, e que poderia ser superado com a valorização das teses do Sul²¹⁸.

Inclusive, é imprescindível que citemos autoras e autores negros como Lélia Gonzales, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Joel Rufino dos Santos e Maria Beatriz Nascimento, que estavam produzindo teorias, métodos e epistemologias para a história no Brasil na segunda metade do século passado, mas foram excluídos da lista dos clássicos por romperem com os paradigmas eurocêntricos hegemônicos da disciplina.

Como escreve Maria Pinn²¹⁹, Maria Beatriz Nascimento foi responsável por desenvolver escritos sobre o quilombo, com o objetivo de promover uma reescrita da história do Brasil, para que esta narrasse as histórias das populações africanas e afro-diaspóricas fora do arquétipo do escravo, bem como fora da ideia de harmonia racial. Estes estereótipos negam a subjetividade e a autonomia desses povos, colocando-os como *não-sujeitos* da história do nosso país. Por isso, as novas interpretações da história brasileira deveriam vir pautadas, sobretudo, no conceito de raça, utilizando a memória que o corpo negro carrega e os procedimentos da história oral. Por sua militância política, a historiadora foi excluída da academia e não aparece dentre os cânones da disciplina.

2.1.2.5 Quantidade de artigos por recorte espacial

²¹⁷ MIGNOLO, op. cit., p. 204.

²¹⁸ PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018088>>. Acesso em 22 jan. 2023.

²¹⁹ PINN, M. L. G. Maria Beatriz Nascimento: caminhos para (re)escrever a História. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 133–150, 2022. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/120453>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Verificamos que, quanto ao *espaço*, artigos categorizados em “Brasil” e recorte “Inexistente” são esmagadora maioria na EH no período analisado. Em muitos casos, estudos regionais, com fontes e/ou fenômenos centrados em polos hegemônicos (como Rio de Janeiro ou São Paulo), são interpretados como “Brasil”, o que é uma característica da historiografia do período, como indica Silvia Petersen²²⁰. De maneiras diferentes, “Brasil” e “Inexistente” evocam uma noção de generalismo.

Se na opção “orientação teórico-metodológica” vê-se a predominância de autores europeus, nos recortes espaciais, contudo, a expressividade de “América” (em suas diversas variações e combinações) e de localidades americanas (afora as brasileiras) é palpável. Vejamos os destaques em vermelho.

Quantidade de artigos por recorte espacial		%
Inexistente	39	30,2
Brasil	39	30,2
Rio de Janeiro (cidade)	12	9,3
América	5	4
América Latina	3	2,3
Europa	3	2,3
América Espanhola/América Hispânica	2	1,6
França	2	1,6
Minas Gerais	2	1,6
América e Espanha	1	0,8
América e Europa	1	0,8
América Latina e Leste Europeu	1	0,8
Argentina e Brasil	1	0,8
Argentina e México	1	0,8
Argentina, Brasil e Peru	1	0,8
Brasil e Estados Unidos	1	0,8
Brasil e México	1	0,8
Buenos Aires	1	0,8

²²⁰ PETERSEN, op. cit.

Chile	1	0,8
Estados Unidos	1	0,8
Mundo Ibérico e Ibero-América	1	0,8
Nordeste ²²¹	1	0,8
Paraná e Santa Catarina	1	0,8
Paris, São Petersburgo, Viena, Rio de Janeiro (cidade) e Buenos Aires	1	0,8
Pernambuco	1	0,8
Portugal	1	0,8
Rio de Janeiro (estado)	1	0,8
São José do Rio Pardo e Rio de Janeiro (cidade)	1	0,8
São Paulo (cidade)	1	0,8
São Paulo (estado)	1	0,8
Total	129	100

Esta parece ser uma situação contraditória: vários estudos de temática vinculada à América, mas poucos autores latino-americanos como embasamento. Todavia, trata-se do que já vimos anteriormente. Consideramos neste trabalho os autores que mais se repetem, e este não é o caso dos pensadores latinos, porque eles são citados apenas nos estudos especificamente recortados. Por isso, mesmo em números globais, eles são minoria - os artigos que discutem *Brasil* e localidades brasileiras se utilizam de estrangeiros em suas fundamentações teóricas e metodológicas. Levando esses fatores em conta, os resultados passam a fazer sentido.

2.1.2.6 Quantidade de artigos por recorte temporal

²²¹ "A região Nordeste, conforme utilizamos aqui, segue o recorte proposto pelo PETI [Projeto Estudos sobre Terras Indígenas] (1993): do norte da Bahia ao Piauí" (ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: Estudos Históricos. **História e Região**. Rio de Janeiro: FGV, v.8, n.15, jan./jun., 1995, p. 88).

Podemos notar que os artigos com recorte temporal datado do século 20 perfazem quase metade dos 129 textos analisados, seguidos, à distância, por artigos sem recorte.

Quantidade de artigos por recorte temporal		%
Século 20	60	46,5
Inexistente	29	22,4
Séculos 19 e 20	15	11,6
Século 19	9	6,9
Séculos 18, 19 e 20	4	3,1
Séculos 16 e 17	2	1,5
Séculos 14, 15, 16 e 17	1	0,8
Séculos 15 e 16	1	0,8
Séculos 15, 16 e 20	1	0,8
Séculos 15, 16, 17, 18 e 19	1	0,8
Século 16	1	0,8
Séculos 16, 17 e 18	1	0,8
Séculos 16, 17, 18 e 19	1	0,8
Séculos 16, 17, 18, 19 e 20	1	0,8
Século 18	1	0,8
Séculos 18 e 19	1	0,8
Total	129	100

Daqueles sessenta artigos, trinta e oito têm recorte que cobre o presente de quem os escreveu. Mas isso não quer dizer que todos pertençam ao que consideramos neste trabalho como História do Tempo Presente, como veremos no terceiro capítulo.

O predomínio do período recente também é verificado na Revista Brasileira de História, em cujos mapeamentos a categoria “Brasil Republicano” compôs 17% da produção entre 1981 e 1998. Entretanto, é uma vantagem numérica muito menos expressiva do que percebemos na EH. Segundo Eni de Mesquita Samara, a preferência por temas do século XX pode ser explicada, dentre outros fatores, pelas

dificuldades de pesquisa em documentos [de outros períodos], basicamente manuscritos, dispersos e com problemas de conservação. Soma-se a isso a questão do mercado editorial, que desestimulou muitos pesquisadores dada a preferência pelos temas republicanos.²²²

Para Daiane Machado,

A preponderância do recorte do objeto em períodos mais próximos dos historiadores e o domínio quase absoluto de temas nacionais em contraposição aos recortes temporais mais longos acentuam o desinteresse por abordagens estruturais e por grandes recuos no tempo para captar os alicerces dos fenômenos sociais, aquilo que se repetia, permanecia.²²³

Esta colocação reforça o que pontuamos desde o início deste trabalho: a inflexão na historiografia ocidental do final do século XX, que priorizava a análise das discontinuidades e dos temas que se relacionavam àquela atualidade, endossou o que se chamou de história do tempo presente; e no Brasil, essa história ganhou corpo com a abertura do regime militar. Estranhamente, apesar de alimentado por um movimento calcado na ênfase às rupturas, as interpretações dos autores publicados na EH, muitas vezes, baseiam-se na identificação de continuidades entre os governos autoritários brasileiros da primeira e da segunda década do século passado, como estudaremos a seguir.

²²² SAMARA, op. cit., p.16.

²²³ MACHADO, op. cit., p. 740.

Capítulo III – Tempo presente nos fascículos da Estudos Históricos

Neste capítulo, nosso objetivo é entender se a Estudos Históricos pode ser considerada uma representante da história do seu próprio tempo presente, isto é, se os autores publicados na EH se ocupavam tematicamente, e/ou em seus recortes temporais, de reflexões pautadas em fatos recentes. Se parece impossível conceituar *presente*²²⁴, um dos mais importantes fatores para compreender o que seria um tempo presente é a relação que o sujeito estabelece com o acontecimento em questão:

O filósofo Hermann Lübbe entende o “presente” como “aquele conjunto de experiências que não se tornaram ainda uma alteridade para nós”. Somente quando se produz um “estranhamento em relação a dados bens de cultura de que dispusemos um dia, ou ainda a vivências pessoais ou coletivas, é que tais coisas se tornam ‘passado’” (LÜBBE, 2003, p. 402 apud PEREIRA; MATA, 2012, ebook, posição 193)²²⁵.

Sendo assim, a história do tempo presente é mediada

por um sujeito posicionado num ponto específico do fluxo temporal: aquele compartilhado com os sujeitos que investiga. Essa situação demanda dele um constante diálogo e reflexão com o próprio presente. É desse local que ele observa, analisa, participa e é nesse local que toma posição²²⁶.

Neste cenário, o conceito de geração não é suficiente, pois

as limitações clássicas de uma geração se tornaram restritivas demais na fase em que a sociedade ocidental sofre um processo de aceleração temporal com transformações tecnológicas muito rápidas, repercutindo no modo e na extensão do tempo de vida dos seres humanos.²²⁷

Por isso, Marieta de Moraes Ferreira, inspirada em Peschanski, Pollack e Rousso (1991, p. 14 apud FERREIRA, 2012, ebook, posição 2119-2128), explica que “o tempo presente deveria abarcar ‘os limites da duração de uma vida

²²⁴ “A imprecisão crônica do termo ‘presente’ sugere que ele não se situa, talvez nem mesmo possa se situar, no âmbito do conceituável” (PEREIRA, Matheus; MATA, Sérgio da. Introdução: Transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, Flávia (org.) [et. al.]. **Tempo presente & usos do passado**. Ebook. Rio de Janeiro: FGV, 2012, posição 153).

²²⁵ Ibidem, posição 193.

²²⁶ RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane (orgs.). **História pública e história do tempo presente**. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 8.

²²⁷ GLEZER, Raquel. Passado e presente: autores de fortuna variada. In: VARELLA, Flávia (org.) [et. al.]. op. cit., posição 3285.

humana, constituindo-se em um campo marcado pela presença de testemunhos vivos, traço mais visível de uma história em devir”²²⁸. Como pontua Regina Guimarães Neto a partir de Reinhart Koselleck, isto significa que esse tempo se constitui de acordo com cada presente, atualizando-se sempre:

São significados novos que se integram aos já estabelecidos, num movimento de concreção, adensamento ou materialização, conforme assinala Koselleck, tornando o conceito sempre novo. E a pergunta que, para ele, insistentemente aparece formulada é: “por qué ahora esta historia del tiempo presente y no aquélla o ya no aquélla”? (KOSELLECK, 2001, p. 115 apud GUIMARÃES NETO, 2014, ebook, posição 660)²²⁹.

Sabendo que a proximidade, em história do tempo presente, não se resume ao tempo cronológico, optamos por priorizar este critério de periodização que retrocede uma vida humana. Rousso entende que, apesar da existência das testemunhas não representar por si uma garantia de fabricação de história do tempo presente²³⁰, a presença física, viva, dos atores históricos pressiona o historiador do tempo presente de uma maneira completamente diferente do que a pressão sentida por aqueles que lidam com os rastros, com o *post-mortem*²³¹.

Na década de 1980, a média de vida do brasileiro era de aproximadamente 63 anos²³², o que em 1988, data da fundação da revista, nos remonta ao ano de 1925 como marco temporal do tempo presente para os cpdoquianos. Essa opção foi baseada em diversos fatores. Em primeiro lugar, no conteúdo apresentado pelas próprias fontes, onde os recortes desse espaço de tempo são bastante expressivos. Considerando a história política brasileira e os temas dos artigos, entendemos que o passado recente que permanecia de

²²⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia (org.) [et. al.], op. cit., posição 2119-2128.

²²⁹ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Marieta (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, posição 660.

²³⁰ “Entram em jogo aqui a capacidade própria dos indivíduos de se lembrarem e de se esquecerem, sua vontade de se exprimirem ou não sobre o passado, sua reatividade diante de eventuais questões dos historiadores com o intuito de interrogá-los, as diferentes experiências por que passaram segundo os lugares, o gênero, os acasos da existência, seu temperamento e sua posição social. [...] Consequentemente, a presença de testemunhas vivas não se confunde com a possibilidade para o historiador de interrogá-las e de fabricar assim fontes orais para a história, como se disse com muita frequência” (ROUSSO, op. cit., p. 256).

²³¹ Ibidem, p. 255-262.

²³² ESTATÍSTICAS sociais. Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos. **Agência de Notícias IBGE**, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>>. Acesso em 16 de mar. de 2023.

fato conectado com o presente da EH naquele recorte era sobretudo o passado que se remetia à Era Vargas. O golpe de 1930 foi eleito uma espécie de evento fundante para os publicados pela EH.

Em segundo lugar, destacamos a dificuldade de estabelecer um critério de filtragem dos artigos *a priori* pensando num tempo presente de quarenta anos atrás, situação em que a saída pelo viés da presença dos atores foi a ideal, já que determinar o que seria tempo presente naquele período antes do exame mais detido das fontes se constituía num paradoxo.

Em terceiro lugar, percebemos que os textos que se propõem a pensar a história do tempo presente escritos por autores brasileiros enfatizam o critério da duração de uma vida, o que poderia nos indicar que ele seria mais apropriado à nossa realidade. Como veremos, a área de HTP, no Brasil, nasceu intensamente ligada à história oral.

Pensando metodologicamente a partir desses esclarecimentos, dentre categorias que empregamos no segundo capítulo, as opções historiográficas mais relevantes para alcançarmos os resultados esperados são o Âmbito de Interesse (Área Historiográfica, Recorte Espacial e Recorte Temporal) e as Orientações Teóricas. Não consideramos nesta etapa os artigos classificados dentro do âmbito das *especialidades de cunho metateórico* por considerarmos que, sendo metateóricos, estão automaticamente impossibilitados de fazerem parte de uma história do tempo presente.

Se os historiadores hesitam em conceituar *presente*, ou talvez não sintam necessidade de fazê-lo com precisão, já que ele também é definido por balizas móveis, isso não impediu que se constituísse uma forte área de estudos de História do Tempo Presente. Em 1978, na França, foi fundado o Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP),

que dava continuidade aos trabalhos do Comitê de História da Segunda Guerra Mundial e tinha como objetivo desenvolver os estudos sobre a história recente da França e dos países estrangeiros.²³³

Os primeiros anos de trabalho no IHTP se mostraram bastante difíceis, pois havia uma resistência da comunidade historiadora a estudos que englobassem recortes tão recentes, com o pretexto de garantir o distanciamento

²³³ FERREIRA, 2012, posição 2081-2089.

dos “amadores” e dos profissionais de outros âmbitos (por exemplo, os jornalistas), bem como prezar por uma suposta objetividade. Isso porque considerava-se que, sem o recuo temporal, o olhar do pesquisador estaria inevitavelmente sugestionado, e a pesquisa, impossibilitada. Neste cenário, o IHTP precisava legitimar-se como instituto produtor de ciência, o que, graças aos esforços teóricos de seus pesquisadores, tem criado debates profícuos.

Mas não podemos nos esquecer de que o tempo presente se constitui de acordo com cada localidade. Temístocles Cezar, pensando na historiografia brasileira, considera que o tempo presente

tem uma trajetória marcada pela descontinuidade e, em especial no século XIX, por uma certa invisibilidade, o que não o impede de se constituir em um dos discursos fundadores de historicidade. Ele participa, desse modo, de um regime de historiografia que atravessa diferentes e confluentes regimes de historicidade sem se mostrar de todo, como uma estrutura dissimulada, porém indutora e constitutiva da ideia de tempo na história do Brasil.²³⁴

Sim, o enfoque no presente certamente não era novidade da EH. Glezer lembra que José Honório Rodrigues defendeu, já nos anos 1960, que “a produção de obra historiográfica [esteja] vinculada ao presente do historiador”²³⁵, “que o historiador esteja sempre ligado aos problemas e temas de seu momento histórico, e que seja defensor de posições políticas radicais”²³⁶. Laura Caixeta, em sua leitura de Ângela de Castro Gomes, considera que

o estabelecimento do regime ditatorial e da repressão política no Brasil na década de 1960 resultou na experimentação imediata dos acontecimentos históricos e no sentimento de que o político se fazia presente em ambientes inusitados do cotidiano dos brasileiros. Nesse cenário, instaurou-se uma demanda por explicações sobre o que estava acontecendo e viria a acontecer na sociedade brasileira. Essa crise conjuntural e essas demandas por explicações “dramatizaram e concretizaram uma ‘nova’ posição pública do historiador, o que o aproximou mais de outros cientistas do social e de outros intelectuais produtores de interpretações”²³⁷.

²³⁴ CEZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos**: História, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 30.

²³⁵ GLEZER, op. cit., posição 3376.

²³⁶ Ibidem, posição 3395.

²³⁷ GOMES, 1996, p. 68 apud CAIXETA, 2021, p. 67.

A institucionalização da história do tempo presente na historiografia brasileira se deu por meio da história oral, diferentemente do que ocorreu na França. Esta área foi introduzida no Brasil em 1975, por meio dos cursos de professores estadunidenses e mexicanos patrocinados pela Fundação Ford e ministrados na FGV²³⁸. Apesar disso, sua utilização se intensificou apenas na primeira metade da década de 1980, quando a abertura democrática trouxe novos programas de pesquisa com ênfase na preservação da memória, bem como mais trabalhos acadêmicos que empregavam métodos dessa área, como, por exemplo, as entrevistas.

Marieta de Moraes Ferreira aponta algumas hipóteses para explicar essa demora de dez anos no fortalecimento da história oral no Brasil. Uma delas é a de que o regime civil-militar brasileiro coibia a feitura de entrevistas pela repressão: os possíveis entrevistados (e mesmo os entrevistadores) tinham receio das represálias violentas que poderiam sofrer. Por outro lado, o paradigma estruturalista, dominante na historiografia até então, não via com bons olhos o estudo de trajetórias individuais. Portanto, história oral permaneceu restrita a alguns grupos de centros de pesquisas e de universidades, que

procuraram formar acervos de depoimentos orais de diferentes grupos da sociedade brasileira, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a vida política do país e apontar os entraves que impediam o acesso da grande maioria da população aos benefícios da cidadania.

Na década seguinte, além das lentas mudanças no cenário político, o retorno das biografias e o interesse pelas trajetórias de empresas contribuíram para a valorização da história oral e, conseqüentemente, da história recente. Contudo, esta apreciação ainda não era suficiente para transpor a resistência da academia à história oral de maneira a consolidar a área.

Até o começo dos anos 1990, portanto, tinha-se o seguinte quadro no Brasil: a história oral não merecia figurar nos

238 FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018, p. 80-108. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>>. Acesso em: 18 fev. 2023. Esta informação consta no artigo de Marieta de Moraes Ferreira, que, como sabemos a essa altura, fez parte do CPDOC, e naturalmente tende a valorizar a experiência de sua instituição. Entretanto, mesmo sabendo desse fator, não temos como confrontar esses dados com outras fontes por não termos encontrado bibliografia que trate do tema.

currículos dos cursos universitários, implicava pouca reflexão e não constava das programações de seminários e simpósios.²³⁹

Somente ao longo da década de 1990 é que foram sendo incorporados cursos e seminários de história oral em maior número nas universidades. Concomitantemente, intensificou-se o diálogo com pesquisadores e programas de pesquisa estrangeiros, favorecendo trocas intelectuais, enriquecendo os trabalhos da área. Um dos marcos importantes nesse sentido foi a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em 1994²⁴⁰, da qual Marieta de Moraes Ferreira foi presidente entre 1994 e 1996. Seria esse esforço de legitimação da história oral que abriria caminhos em nosso país para reflexões teóricas e metodológicas sobre seu fazer e, por conseguinte, sobre a história do tempo presente.

Mais um marco importante do processo de institucionalização de uma HTP no Brasil foram as palestras de Michael Pollak, proferidas em 1987 no Rio de Janeiro, que resultaram nos célebres artigos “Memória, esquecimento, silêncio”²⁴¹ e “Memória e identidade social”²⁴², ambos publicados pela EH em 1987 e 1992, respectivamente. Trataremos do primeiro deles mais à frente, neste capítulo. Segundo Ferreira, esses textos de Pollak “tiveram um impacto enorme na maneira como os trabalhos de história oral passaram a ser produzidos”²⁴³. Outra contribuição relevante vinculada ao IHTP foi a coletânea *Écrire l’histoire du temps présent*, bastante difundida na historiografia brasileira do período.

No final dos anos 1990, uma iniciativa governamental de suma importância para o florescimento dos estudos de história do tempo presente no Brasil foi o começo das investigações das mortes e desaparecimentos suspeitos ocorridos no período do governo autoritário civil-militar, alimentando as pesquisas de historiadores e cientistas sociais com novas informações.

²³⁹ Ibidem, p. 89.

²⁴⁰ A primeira reunião da ABHO foi realizada no CPDOC, naquele mesmo ano. Ferreira destaca a predominância de historiadores entre os apresentadores de trabalho, diferentemente do que ocorria na década anterior, quando os cientistas sociais eram maioria numérica dentre os pesquisadores que se utilizavam da história oral. Ela ainda pontua que esses historiadores eram, em grande parte, doutores e pertencentes a alguma instituição acadêmica.

²⁴¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Memória. Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.3, jan./jun., 1989, p. 3-15.

²⁴² Id. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Teoria e História. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 201-215.

²⁴³ FERREIRA, 2018, p. 92.

Em um segundo momento, é importante ressaltar as contribuições da instauração da Comissão da Verdade²⁴⁴ e da Lei de Acesso à Informação²⁴⁵, já no século XXI, como impulso para a história do tempo presente brasileira. Além desse “dever de memória” para com as vítimas da ditadura, há também igual sensação de dever para com as memórias de grupos marginalizados, como os negros e os indígenas. A partir dessa análise, Ferreira afirma que somente a partir da década de 2010 se pôde verificar uma consolidação da história oral e da HTP no Brasil²⁴⁶.

Assim, podemos dizer que, se a história oral no início dos anos 1990 foi o elemento de estímulo para a afirmação da história do tempo presente no Brasil, no século XXI foi por meio da história política e dos desafios trazidos pelos debates acerca da memória dos grupos excluídos que de fato ocorreu um crescimento exponencial dos trabalhos nesse campo.

Retomando o início desse processo, Igor Ramos, analisando as condições de produção intelectual no Brasil dos anos 1980, aponta

[...] a emergência por volta de 1980 de uma “atmosfera utópica” em oposição à “atmosfera sombria” do período mais duro do regime civil-militar. [...] Na década de 1980 começa a predominar a noção de que os intelectuais são apenas mais um agente da sociedade, sua função é compreender os significados das ações e formas de pensar dos outros agentes, resgatá-las, divulgá-las e não julgá-las a partir de um critério universal. O essencial é que na transição para os anos 80 se atrelou as mudanças que ocorriam e as possibilidades de melhoria da sociedade brasileira, a uma necessidade de se estabelecer outras práticas historiográficas, distintas daquelas predominantes na década de 1960/70.²⁴⁷

Seria assim com os pesquisadores da EH? Como vimos no primeiro capítulo, os cpdoquianos eram coetâneos dos “revolucionários” de 1930, alguns

²⁴⁴ Sobre esse tema, cf. BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco, 2017.

²⁴⁵ “A Lei de Acesso à Informação abre novas possibilidades para a emergência de temas ainda não explorados, funcionando como um estímulo para o reconhecimento e a legitimidade da história do tempo presente, assim como permitindo o esclarecimento dos muitos pontos obscuros que a dificuldade de acesso às fontes criava” (FERREIRA, 2018, p. 97).

²⁴⁶ “No caso brasileiro, esse debate se expandiu e se aprofundou tardiamente, uma vez que as tentativas feitas pelas entidades de direitos humanos sempre encontraram resistência para avançar na revisão da lei de anistia e no julgamento dos crimes políticos contra os direitos humanos” (Idem).

²⁴⁷ RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014, p. 493.

dos quais foram entrevistados pelo programa de história oral. Esse contato fazia com que refletissem sobre seu próprio presente, não necessariamente de maneira engajada no sentido partidário, como um tipo de “uso do passado”, como parte de uma “atmosfera utópica”. A Era Vargas ainda era um presente por não se constituir exatamente uma alteridade, já que os cpdoquianos enxergavam muitas semelhanças entre seu momento atual e o momento daquele governo.

Entretanto, o que poderíamos dizer da revista, com sua pluralidade de autores? Como veremos, muitos deles tinham uma preocupação, em comparação aos cpdoquianos, bem mais explícita com as questões políticas de seu presente, com o futuro da recém-conquistada democracia, com os melhores caminhos a se adotar a partir de então. Esta postura poderia ser considerada como “engajada” no que tange à política e à sociedade brasileira? Buscaremos responder a essa pergunta ao final deste capítulo.

Também não afirmamos que os publicados na EH não fizessem parte do CPDOC. O que queremos aqui com os termos “cpdoquianos” e “autores da EH” é fazer uma distinção entre a faceta do pesquisador, que desempenha suas funções diariamente numa instituição conservadora, e precisa resguardar-se a fim de manter seu sustento; e do autor de artigo, que conquista liberdade para expressar-se através da escrita.

3.1. Um tempo presente brasileiro: temas dos artigos e formação dos autores da EH

Os fascículos da Estudos Históricos possuem diversos artigos com recorte temporal recente ou que fazem referência ao presente de sua época. Entretanto, nem todos esses textos se enquadram como História do Tempo Presente. Examinaremos cada um deles, interpretando as características que nos fizeram classificá-los (ou não) como história do tempo presente na EH. Para isto, agrupamos os artigos em oito blocos, com base em temas preponderantes que se relacionem aos da HTP.

Começaremos com o grupo que denominamos **Democracia e Direitos**. O primeiro artigo considerado como história do tempo presente na revista é encontrado no dossiê número dois, *Identidade Nacional*, publicado no segundo

semestre de 1988. O texto tem autoria da socióloga e cientista política Elisa Reis e intitula-se *O Estado Nacional como Ideologia: O caso brasileiro*. Nele, Reis investiga o impacto de ideologias na construção de modelos de Estados nacionais e de cidadania, tendo como base o Brasil. Discorrendo acerca da relação entre Nação e Estado, o texto trata de como esses dois conceitos se misturam nas análises referentes aos Estados-Nação; a autora argumenta que, apesar das diferenças entre os Estados-Nação, tais conceitos podem servir como chave para estudos sobre as “ordens políticas modernas, bem como suas representações ideológicas”²⁴⁸.

Reis enxerga uma continuidade, especialmente entre os governos ditatoriais de Vargas (1937-1945) e dos militares (1964-1985), no que tange ao padrão autoritário adotado pelos regimes. Aproximando-se da conclusão do artigo, a autora indaga: “em que direção apontam as mudanças em curso nos padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade? Estaríamos, por fim, escapando ao círculo autoritário?”. São perguntas que denotam sua preocupação para com os caminhos a serem tomados em seu presente de redemocratização e de elaboração de uma nova constituição²⁴⁹.

Reis pensa a democratização brasileira como um processo singular e profundamente entrelaçado à conquista de uma consciência social dos direitos humanos. Apesar da elaboração da nova constituição, as mudanças não se restringiriam a este âmbito. Essas sugestões demonstram, novamente, a preocupação da autora com a construção de uma democracia de fato.

O significado de república, do jurista e cientista político Celso Lafer, debate a especificidade conceitual do termo *república* como *forma de governo* no Brasil, desde seu princípio até aquele presente. O autor enxerga continuidade no comportamento dos governantes perante as constituições, pois, em cada período, eles se colocaram em posição de sugerir essas leis. Acerca da comemoração do centenário da Proclamação da República, Lafer reflete:

[...] Não há dúvida que existe um hiato entre os princípios republicanos e a realidade nacional. Não é esta a Nova República com que sonhamos, podemos todos hoje dizer, repetindo o que disseram, logo em 1890, próceres republicanos.

²⁴⁸ REIS, Elisa. *O Estado Nacional como Ideologia: O caso brasileiro*. In: **Estudos Históricos**. Identidade Nacional. Rio de Janeiro: FGV, v.1, n.2, jul./dez., 1988, p. 189.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 199.

É por essa razão que cabe aos adeptos da tradição republicana enfrentar, nas palavras de Jaurès, a dúvida do povo, pela perseverança no devotamento, tendo, como dizia Tocqueville, a preocupação salutar com o futuro, que faz vigiar e combater.²⁵⁰

Lafer convoca, assim, os republicanos à defesa da democracia e da liberdade, pensando não apenas no presente, mas no que haveria de vir. A construção de uma democracia republicana no Brasil deveria equilibrar “as liberdades clássicas” e “os direitos de crédito” com base nos direitos humanos, pilar daquela *nova* sociedade.

Direcionando-se a outro espaço geográfico, o cientista político francês Guy Hermet caracteriza a instabilidade das identidades políticas e da cidadania na Europa, assim como das relações entre elas, por meio da análise de dois processos desenrolados neste território nos anos 1980 e 1990:

do lado ocidental, pelo desmoronamento aparente das relações clássicas de compromisso nacional, acompanhado de uma espécie de elogio da heterogeneidade e, do lado oriental, pelo ressurgimento, por vezes violento, das paixões propriamente nacionalistas que os comentaristas tendem a retratar de um modo demasiado caricatural.²⁵¹

Dessa forma, a soberania dos Estados estaria ameaçada pela globalização e, mais precisamente, pelo comportamento pós-moderno (nas palavras do autor), que taxa o patriotismo e o nacionalismo de “ultrapassados”, que valoriza a ação individual e o ceticismo. Para Hermet, a democracia se viu enfraquecida com a perda da soberania popular, abalada pelo questionamento da autoridade nacional iniciada no pós-Segunda Guerra. Portanto, o nacionalismo seria parte importante da constituição da democracia, porque forma uma coletividade política que dá sustentação a ela.

O autor tece diversas críticas ao multiculturalismo, que dissociaria as instâncias componentes da nação e fecharia as minorias “sobre si mesmas”²⁵². Ele sinaliza que uma integração europeia seria possível, desde que os estigmas arcaístas direcionados ao Leste nacionalista fossem diluídos pelos interesses e

²⁵⁰ LAFER, Celso. O significado de república. In: **Estudos Históricos**. República. Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.4, jul./dez., 1989, p. 222.

²⁵¹ HERMET, Guy. Nacionalismo e Cidadania na Europa atual. In: **Estudos Históricos**. Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.18, jul./dez., 1996, p. 323.

²⁵² Ibidem, p. 327.

valores que todas as nações da Europa têm em comum, criando um novo sentimento de pertencimento.

O sociólogo e cientista político Gláucio Ary Dillon Soares emprega o conceito de “presidencialismo imperial” para investigar as medidas de estabilidade política e econômica adotadas no Brasil, no Peru e na Argentina no último quarto do século XX. O autor empreende um estudo comparativo dos três países, tendo como hipótese que os longos períodos de grande instabilidade na política e na economia tornariam as populações desses locais mais propensas a aceitar um governo autoritário temporariamente, desde que este conquistasse o controle da situação.

Há condições facilitadoras, entre as quais a instabilidade política, o desgaste do Legislativo e do Judiciário e a hiperinflação, que predispuseram a população a ver a relativa concentração de poder nas mãos do Executivo, bem como as aspirações de reeleição dos presidentes, como um preço pequeno a pagar pela estabilidade política, econômica e financeira. Nos três casos [Brasil, Argentina e Peru], a concentração do poder nas mãos da Presidência da República foi facilitada por um descrédito profundo dos políticos, da política, dos partidos e do Legislativo. Foi também relevante o descrédito do Judiciário, particularmente na Argentina.²⁵³

Entretanto, essas “condições facilitadoras” não sustentam os governos autoritários para sempre, nem garantem a popularidade de seus implementadores. Os programas de estabilização geram consequências como, por exemplo, altas taxas de desemprego, que descontentam a população. Somado a isto, há a concorrência representada pelos demais candidatos, sobretudo aqueles que também conseguiram incorporar as medidas de estabilidade em seus projetos de governo. Nesta situação, a população cobra maiores feitos de seus governantes. Por fim, Soares aponta a desigualdade social, a corrupção e o comportamento antidemocrático como fatores de rejeição aos governos de Executivo forte.

A cientista política e então recém-doutora Maria Celina Soares D'Araujo inicia *Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais* declarando sua preocupação com a consolidação da democracia em nosso país pelo viés da

²⁵³ SOARES, Gláucio Ary Dillon. Programas de estabilização e presidencialismo imperial: Argentina, Brasil e Peru. In: **Estudos Históricos**. América Latina. Rio de Janeiro: FGV, v.10, n.20, jul./dez., 1997, p. 347.

questão trabalhista. A autora busca “analisar o trabalhismo no Brasil em sua expressão partidária e em suas relações com a estrutura sindical e com o Estado”²⁵⁴, demonstrando “como tem sido lento e ambíguo o processo de incorporação dos trabalhadores ao sistema político nacional”²⁵⁵.

Por meio da contraposição dos perfis de PTB e PT e de uma cronologia política da segunda metade do século XX, D’Araujo consegue captar as relações de continuidade e de ruptura entre as ideologias provenientes dos dois regimes ditatoriais (o de Vargas e o civil-militar). A autora conclui seu texto retomando sua preocupação para com a construção da “boa democracia” no país, traçando caminhos para alcançá-la não apenas através da atuação política do trabalhador, pois “se isto é condição necessária para a construção da democracia, não é condição suficiente”. D’Araujo defende que “o compromisso democrático deve envolver todos os setores nacionais na busca de pactos” de efetiva integração dos cidadãos às esferas política, social e econômica a fim de superar os problemas encontrados naquele começo de década.²⁵⁶

No dossiê 3, as (então) sociólogas Célia Maria Costa e Priscila Fraiz apresentam um panorama do *Acesso à Informação nos Arquivos Brasileiros*, em comparação ao que se encontrava no que dizem ser “os principais países da Europa e da América”²⁵⁷. Estudando a legislação vigente, as autoras discorrem sobre o acesso a arquivos públicos e privados na França, na então Alemanha Federal, na Holanda, nos Estados Unidos, no Uruguai, na Argentina, no Chile e no México. A primeira parte do artigo é bastante descritiva, focada em elencar as normas referentes ao assunto, mas posteriormente nos chama a atenção o tom de denúncia acerca da situação brasileira, onde o direito à informação não tinha garantia até a Constituição de 1988. As autoras situam o Brasil como um país *atrasado* neste aspecto, ideia que se torna o mote do trabalho.

Prevalecia “o temor de democratizar a informação, como se pode observar pela rejeição da emenda que previa o acesso a qualquer documento oficial 30 anos após sua produção”²⁵⁸. Costa e Fraiz enfatizam a importância do

²⁵⁴ D’ARAUJO, Maria Celina. Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. In: **Estudos Históricos**. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.6, jul./dez.,1990, p. 197.

²⁵⁵ Ibidem, p. 196.

²⁵⁶ Ibidem, p. 205-206.

²⁵⁷ COSTA, Célia Maria Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. In: Estudos Históricos. **Memória**. Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.3, jan./jun., 1989, p. 63.

²⁵⁸ Ibidem, p. 68.

acesso à documentação que tange aos crimes políticos, e defendem que sejam redigidas leis complementares, pois

A ausência de prazos para o recolhimento da documentação de caráter permanente aos depósitos de arquivos públicos, a eliminação aleatória de documentos e seu manuseio indiscriminado são obstáculos à manutenção da integridade da informação e sua disponibilidade de acesso.²⁵⁹

Estes problemas estariam “afetando não apenas os profissionais da área arquivística, se não todos aqueles que defendem preservação e divulgação do patrimônio documental do país”²⁶⁰. Por isso, as autoras terminam seu texto com um apelo:

Para que se alcance uma legislação que dê conta de toda essa problemática, é necessário o concurso de todos. A história de um país é também escrita através de seus documentos. O acesso a estes evidencia a vocação democrática de uma sociedade que permite aos cidadãos o direito elementar da informação. É isto o que esperamos que aconteça em breve em nosso país.²⁶¹

Elisa Reis retorna em *Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão*. A autora analisa o diálogo entre a população e o ministro Hélio Brandão, autoridade máxima do Programa Nacional de Desburocratização em seus primeiros cinco anos de existência, de 1979 a 1983. O objetivo de Reis é, a partir das cartas enviadas ao Programa e das palestras e discursos proferidos por Brandão, “refletir sobre a opressão burocrática”²⁶², compreendendo percepções de *cidadania*, *direitos*, *burocracia*, *autoridade*, dentre outras noções políticas, representações, valores e crenças contidas nesses textos.

Segundo a autora, o referido Programa foi criado em 1979 para facilitar a vida dos cidadãos necessitados dos serviços públicos. Visava promover “reformas legais e o avanço dos padrões democráticos da cidadania”²⁶³, aperfeiçoando “os mecanismos de distribuição dos bens e serviços públicos”²⁶⁴. Estas medidas configuravam “parte da estratégia delineada para liberalizar de

²⁵⁹ Ibidem, p. 70.

²⁶⁰ Ibidem, p. 74.

²⁶¹ Idem.

²⁶² REIS, Elisa. *Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão*. **Estudos Históricos**. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.6, jul./dez., 1990, p. 161.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Idem.

dentro para fora o regime autoritário”²⁶⁵. O que mais nos fisgou a atenção neste artigo interessantíssimo é a discussão de Reis sobre a noção de direitos e de cidadania manifestada pelos remetentes, dependentes de favores e “concessões da boa autoridade”²⁶⁶:

O recurso à patronagem é colocado acima de quaisquer tentativas de se garantir direitos por meio de estratégias sociais de solidariedade. Consequentemente, nenhuma percepção crítica da centralização do poder emerge da correspondência.²⁶⁷

A burocracia, nas palavras de Brandão, é “a própria negação da democracia”, pois baseia-se em igualdade, e não em equidade. Ela é um obstáculo ao usufruto pleno dos direitos. Contudo, o Programa estava inserido no ritmo lento, gradual, seletivo e supostamente consensual²⁶⁸ da abertura política, evitando assim a “oposição da própria burocracia e/ou de interesses sociais particulares”²⁶⁹. Reis enfatiza, portanto, que a narrativa escolhida pelo ministro transparece a “ideia contraditória de um governo autoritário que procura implementar a democracia de cima para baixo”²⁷⁰. Assim, “a autoridade é a única a assegurar a responsabilidade administrativa, uma vez que nenhum papel é reservado a canais institucionalizados do controle por parte da cidadania”²⁷¹. O artigo termina com um apelo da autora:

[...] A sociedade brasileira precisa urgentemente de procedimentos formais que tornem viável a busca de um modo mais democrático de vida. Não negligenciemos, uma vez mais, os efeitos mutuamente reforçados de opressão que têm o poder e sua organização.²⁷²

Em 1996, Maria Celina D’Araujo publica novamente na revista, dessa vez estudando o tema do acesso à Justiça por meio de processos finalizados entre 1988 e 1996 no Juizado Especial de Pequenas Causas do Rio de Janeiro (JEPC). Selecionando cinco sedes, a autora quer medir a acessibilidade e a agilidade desse órgão, a fim de entender se ele atende ou não aos objetivos que

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Ibidem, p. 170.

²⁶⁷ Ibidem, p. 171.

²⁶⁸ Utilizamos a expressão *supostamente consensual* para enfatizar o aspecto pontuado por Reis do “mito da sociedade como uma hierarquia harmoniosa” (Ibidem, p. 176), onde a moderação da burocracia pela autoridade garantiria o equilíbrio de interesses entre as camadas sociais.

²⁶⁹ Ibidem, p. 175.

²⁷⁰ Ibidem, p. 176.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Ibidem, p. 178.

se propõe: trazer maior eficiência à Justiça brasileira, bastante congestionada e morosa, da maneira mais simples, informal e econômica possível.

D'Araujo conclui que as “intenções nitidamente democratizantes”²⁷³ do Pequenas Causas não foram concretizadas plenamente, já que a classe média, com maior acesso à educação, utilizou mais frequentemente este recurso do que os mais pobres. Além disso, apesar da iniciativa ter sido proposta pelo Ministério da Desburocratização, com o tempo de atuação, a burocracia acabou por atrapalhar a eficiência e a rapidez do Juizado, que “acabou reproduzindo padrões de desempenho convencionais, similares aos de outras instâncias do judiciário”²⁷⁴. Por fim, verifica-se que a maior parte dos processos engloba os direitos do consumidor, o que caracteriza uma forma específica de busca por direitos de cidadania.

A antropóloga Lygia Sigaud debate as motivações dos trabalhadores canavieiros em reclamar seus direitos trabalhistas, examinando as relações entre eles, seus patrões e seus sindicatos em duas localidades da zona da mata de Pernambuco. No contexto da crise na agroindústria açucareira do início dos anos 1990, Flor de Maria e Aurora comportavam-se de maneiras opostas: numa, os trabalhadores orgulhavam-se de procurar a Justiça para cobrar seus direitos e, adquiriam, por isso, certo prestígio frente aos colegas; noutra, esse tipo de atitude era sinônimo de vergonha. Nas duas, a autora enxerga o poder da coerção: seja dos sindicatos, que incentivavam as denúncias e buscavam acumular capital econômico e simbólico; seja dos patrões, que, por sua proximidade afetiva com os trabalhadores, criavam uma espécie de dever de gratidão.

Esses deveres morais demonstram, segundo Sigaud, o desencantamento do Direito como explicação final de toda e qualquer medida visando o acesso à Justiça. Não é por estar disponível que a Justiça é acionada, mas sim pelas trocas e pelos interesses que regem tais relações sociais. De qualquer maneira, a possibilidade de seus conflitos serem judicializados levou os patrões dessas localidades a se adequarem às normas, o que motiva a autora a finalizar o artigo

²⁷³ D'ARAUJO, Maria Celina. Juizados Especiais de Pequenas Causas: notas sobre a experiência no Rio de Janeiro. In: **Estudos Históricos**. Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.18, jul./dez., 1996, p. 302.

²⁷⁴ Idem.

em tom de denúncia, visto a flexibilização das leis trabalhistas vigente naquele Brasil.

Luiz Werneck Vianna discorre sobre as relações entre direito e justiça, enfocando os papéis dos três poderes em sua contemporaneidade democrática. O sociólogo enfatiza a existência da legislação simbólica, que não tem fins normativo-jurídicos, mas serve como incentivo à implementação de medidas sociais. Portanto, essa legislação projeta-se ao futuro, diferentemente da legislação de teor jurídico, que se baseia em experiências passadas para fazer cumprir as medidas necessárias.

Um dos efeitos desse fenômeno é a desneutralização do judiciário, já que as normas simbólicas, por estarem voltadas ao futuro, são vagas e imprecisas; isso daria ao juiz um espaço de criatividade na interpretação dessas leis. Outro efeito é o “enfraquecimento do Legislativo quanto à iniciativa das leis, cada vez mais dependente da ação do Executivo”²⁷⁵. O Estado seria o responsável pela execução da legislação simbólica, o que faz da política da contemporaneidade uma instância estritamente ligada ao direito. Ao judiciário caberia a supervisão, a fim de que os objetivos postos nessas leis sejam alcançados, bem como que os direitos sociais estejam assegurados. A isto denomina-se “judicialização da política”, que é o “processo por meio do qual se indica a capacidade do Poder judiciário de garantir os direitos fundamentais”²⁷⁶.

O sociólogo Sérgio Adorno fala da exclusão dos negros de seus direitos, mesmo após o fim da ditadura civil-militar e da elaboração da nova constituição. Dentre todas as variáveis, por conta do preconceito, da estigmatização e da desigualdade social, negros eram (e continuam sendo) os principais afetados. Cor e discriminação socio-econômica estão intimamente ligados. Neste contexto, Adorno investiga a proporção entre criminalidade e punição, comparando a população negra e a branca no ano de 1990. O autor quer entender a impunidade concedida aos brancos, em contraposição à vigilância e ao tratamento severo dispensado aos negros, especialmente aos mais jovens e aos mais pobres deles.

²⁷⁵ VIANNA, Luiz Werneck. Poder judiciário, “positivação” do direito natural e política. In: **Estudos Históricos**. Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.18, jul./dez., 1996, p. 267.

²⁷⁶ Ibidem, p. 269.

Outra questão enfatizada pelo autor é a suposta tendência dos não-brancos ao cometimento de crimes, especialmente os violentos, assunto amplamente debatido nos Estados Unidos desde a década de 20 do século passado. Em um levantamento bibliográfico sobre o tema, que se debruçou principalmente sobre estudos mais próximos àquele presente, Adorno deixa claro “não haver bases científicas para sustentar a maior inclinação dos negros para a violência e para o crime comparativamente aos brancos”²⁷⁷. Da mesma forma, os dados levantados confirmam que a quantidade de réus brancos e negros é muito semelhante: 97,7% de brancos contra 95,5% de negros.

Yvonne Maggie analisa discursos sobre relações raciais a partir das comemorações do centenário da abolição da escravatura. A antropóloga entende que o Centenário apresentou três conjuntos de termos para diferenciação: aqueles referentes ao “negro”, caracterizados por uma interpretação de viés cultural; aqueles referentes ao “preto”, que remontam às análises de viés social; e aqueles referentes à nuance “escuro-claro”, que diluem a polarização entre pretos e brancos por indicarem um padrão valorativo de cor.

“Negro” sempre vem acompanhado, nas fontes de Maggie, pela ideia de “origem”, assim como a de “identidade”. Nesses eventos, coloca-se a escravidão como causa da desigualdade entre negros e não-negros, em similitude ao que defende a Escola Paulista de Sociologia. Remete-se sobretudo a uma “cultura negra” calcada nas origens africanas, fabricando-se uma identidade inserida no contexto de um Brasil de três raças, onde o “negro” é símbolo de nacionalidade.

Tal ênfase diminui a relevância do social na construção da inequidade entre negros e não-negros, como que esquecendo-se, ao mesmo tempo, da questão da mestiçagem. Sendo assim, a autora lamenta a relutância em tratar-se de tais temas mantenha “as demandas por igualdade e cidadania nos limites estreitos de alguns eventos acadêmicos e muitos manifestos de um pequeno grupo de participantes do movimento negro”²⁷⁸.

Até aqui, podemos perceber a incidência dos temas de **democracia e direitos**, expressos de diversas maneiras: nos modos de construção de uma

²⁷⁷ ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. In: **Estudos Históricos**. Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.18, jul./dez., 1996, p. 288.

²⁷⁸ MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. In: **Estudos Históricos**: Comemorações. Rio de Janeiro: FGV, v.7, n.14, jul./dez., 1994, p. 157.

cidadania e de uma democracia efetivas (Reis, 1988; Lafer, 1989; Hermet, 1996); em debates sobre a possibilidade de acesso aos direitos por parte da população trabalhadora, pobre e/ou negra (D'Araujo, 1990 e 1996; Sigaud, 1996; Adorno, 1996; Reis, 1990; Maggie, 1994). Falou-se sobre o comportamento dos Três Poderes, especialmente das condições de ascensão de um Executivo forte em nosso país (Vianna, 1996; Soares, 1997). Ainda estiveram presentes nos artigos reflexões acerca dos direitos ao acesso e ao armazenamento de documentos, recursos fundamentais nas nações democráticas (Costa e Fraiz, 1989). Vários desses artigos reforçam uma visão de continuidade na história política brasileira, bem como uma preocupação com o presente e com o futuro próximo. Seus autores querem contribuir com a criação de mecanismos garantidores e mantenedores de uma boa democracia. Por isso, também questionam o espaço dos direitos humanos nas reivindicações populares. Este bloco, o mais expressivo da EH, é quase totalmente composto por pensadores das Ciências Sociais, o que demonstra a grande incidência de antropólogos, sociólogos e cientistas políticos no periódico. Por outro lado, percebemos a tímida presença dos historiadores. O que justificaria isso? Ao final deste capítulo, aprofundaremos a discussão sobre o modelo do historiador ideal no último quarto do século XX, o que fornecerá pistas para responder essa pergunta. Descobriremos aí um tipo de posicionamento (não unânime, mas bastante difundido) que defende que o historiador não deveria engajar-se tão diretamente com seu presente.

Em seguida, temos o segundo bloco, que agrupamos sob a denominação **Discurso e Propaganda**.

A Literatura como Espelho da Nação, artigo de Mônica Velloso (então historiadora e filósofa), discorre sobre as ideias veiculadas no suplemento literário *Autores e Livros* do jornal *A Manhã*, para compreender como os intelectuais que escreveram para o periódico entendiam o papel da literatura na construção da nacionalidade. Velloso analisa que “se consolidou entre nós uma tradição documental da literatura”²⁷⁹, cujo discurso se confundia com o histórico, estando voltado à objetividade e à revelação de um “retrato” dos fatos e da sociedade. Seu intento é, a partir de *Autores e Livros*, contribuir para a

²⁷⁹VELLOSO, Mônica. *A Literatura como Espelho da Nação*. In: **Estudos Históricos**. Identidade Nacional. Rio de Janeiro: FGV, v.1, n.2, jul./dez., 1988, p. 240.

interpretação dos motivos da perpetuação dessa tendência; é um estudo do compromisso dos escritores brasileiros para com esta e para com o tema da identidade nacional.

Aline Lopes de Lacerda explora a trajetória de elaboração da “Obra Getuliana”, um livro com 600 fotos que seria lançado em celebração dos 10 anos de governo de Getúlio Vargas, que permaneceu, entretanto, inacabado. A historiadora reflete sobre o uso da fotografia com fins de propaganda, prática sabidamente corriqueira durante a Era Vargas, explorando especialmente a função desse veículo na Obra Getuliana “para a construção de uma ideia da nação e do regime”²⁸⁰.

Até então, essa forma de uso da fotografia não era comum. Apesar de outras autoridades terem encomendado álbuns em momentos diferentes, eles serviam mais como documentos restritos ao alto escalão do que como propaganda governamental ou meio de legitimação. Mais ainda, Lacerda salienta que, mesmo dentre a publicidade fotográfica habitual do regime, a Obra Getuliana destaca-se pela qualidade técnica e pela diagramação, esforço que “ampliava e diversificava as possibilidades de utilização do discurso fotográfico como propaganda ideológica”²⁸¹.

Tomando como fonte correspondências, além de processos administrativos, o historiador (e então recém-mestre) Jorge Luiz Ferreira trata d’*A Cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas*. O recorte do artigo localiza-se entre 1930 e 1940, o que o insere em nossa definição de HTP para a EH. Ferreira busca compreender o discurso das “pessoas comuns” (como ele mesmo as denomina) sobre o Governo Vargas e sobre o passado recente da *República Velha*²⁸², o que enxergamos como ênfase para nosso argumento da presença da temática do Tempo Presente no texto. O autor almeja analisar como a produção cultural, as políticas públicas e a doutrina oficial desse período, utilizadas como forma de legitimação do governo, repercutiram entre os

²⁸⁰ LACERDA, Aline Lopes de. A “obra getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. In: **Estudos Históricos**. Comemorações. Rio de Janeiro: FGV, v.7, n.14, jul./dez., 1994, p. 241.

²⁸¹ Ibidem, p. 246.

²⁸² Pelo emprego do termo *República Velha*, queremos deixar transparecer a opinião negativa dos trabalhadores acerca dos administradores do período anterior à Era Vargas.

trabalhadores, bem como suas interpretações e as maneiras como eles as reproduziram²⁸³.

No dossiê oito (1991), temos o artigo *Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas*, da museóloga e antropóloga Livia Barbosa. A autora discorre sobre a visão negativa perante os garimpeiros e seu trabalho propagada na mídia do período, que contrastava com o ideário até então consolidado do minerador artesanal como herói nacional. Barbosa trabalha, portanto, com um recorte do presente.

A autora identifica que, naquele momento, garimpo e garimpeiro eram considerados “agentes de poluição mercurial, destruição de sociedades indígenas e várias outras formas de enfrentamento”²⁸⁴. Tal mudança relaciona-se à construção de uma nova identidade nacional e pode ser observada, segundo Barbosa, a partir da década de 1970, quando o garimpeiro deixa de ser mais uma personagem histórica para tornar-se também vilão frequentemente presente nos noticiários e jornais impressos do Brasil.

Os garimpeiros foram trazidos à luz por conjuntos discursivos, que viram neles a negação do Brasil novo que se quer construir; do país moderno e eficiente que se almeja, pois são primitivos, desorganizados e poluidores; do país justo e igualitário, pois são produtos de estruturas econômicas perversas²⁸⁵.

O discurso que contrapõe o garimpo e a comunidade de cidadãos serve à disputa que cerca o direito à e a legitimidade da exploração de minérios no país. Ademais, ele torna “possível mapear a penetração, a importância e o significado da questão ambiental no seio da sociedade brasileira”²⁸⁶. A esse respeito, a autora enfatiza que a consciência ecológica era uma tendência inédita e forte nos últimos anos, “legitimando novos interlocutores, reforçando o poder de alguns já existentes e excluindo outros”²⁸⁷. Neste caso, o conflito ocorre sobretudo “entre grupos ambientalistas, órgãos governamentais responsáveis

²⁸³ FERREIRA, Jorge. A Cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas. In: **Estudos Históricos**. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.6, jul./dez., 1990, p. 180-195.

²⁸⁴ BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. In: **Estudos Históricos**. História e Natureza. Rio de Janeiro: FGV, v.4, n.8, jul./dez., 1991, p. 229.

²⁸⁵ Ibidem, p. 230.

²⁸⁶ Ibidem, p. 231.

²⁸⁷ Idem.

pelo meio ambiente e a comunidade garimpeira”²⁸⁸, tornando o ecologismo uma bandeira política nacional.

Luís Lopes Diniz Filho e Vagner de Carvalho Bessa analisam os discursos regionalistas no Brasil ao longo do século XX. Os geógrafos passam por Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Getúlio Vargas, Francisco Campos e Celso Furtado, englobando uma pluralidade de intelectuais, fossem eles “defensores do fortalecimento do poder central [...] ou da autonomia estadual”²⁸⁹. A preocupação destes pensadores com a integração territorial e econômica brasileira transparece durante todo o texto, em debates sobre a influência das configurações econômicas e políticas do Brasil na interação entre regiões. Diniz Filho e Bessa finalizam o artigo com interpretações acerca do conservadorismo do governo vigente, fazendo críticas ao número reduzido de representantes dos estados tidos como “periféricos” no âmbito legislativo.

Nosso segundo bloco, **Discurso e Propaganda**, é bem mais plural no que tange às formações dos autores. O que nos chama a atenção nesse conjunto de textos é a presença da temática da nação/nacionalidade, que se faz unânime entre os artigos. Todos os veículos (obras literárias, fotografias e álbuns, cartas, notícias de jornal, fontes bibliográficas) contêm discursos passíveis de análise sob o viés da construção e/ou afirmação de um tipo de nação ou nacionalidade que se coloca como ideal. Portanto, além da democracia e do acesso a direitos, os discursos cristalizadores de uma nação brasileira se impõem como preocupação dos pensadores da HTP na EH. É interessante notar como a HTP se volta para temas (“construção da nação”, “intelectuais”) que, em alguns casos, se confundem com a História Intelectual. Como discutimos no início desse capítulo, a ascensão das biografias, da história oral e dos estudos de trajetórias individuais foram muito importantes para a consolidação de uma história do tempo presente brasileira.

Partimos agora para a explanação do nosso terceiro agrupamento, **Memória e Trajetória**.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ DINIZ FILHO, Luiz Lopes; BESSA, Vagner de Carvalho. Território e política: as mutações no discurso regionalista. In: **Estudos Históricos**. História e Região. Rio de Janeiro: FGV, v.8, n.15, jan./jun., 1995, p. 28.

No dossiê 10, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro apresenta sua trajetória intelectual, discorrendo sobre a produção da antropologia social brasileira e, mais especificamente, da etnologia americanista na segunda metade do século XX. *O campo na selva, visto da praia*²⁹⁰ é fruto de uma comunicação do autor no XVI Encontro da ANPOCS (1990), organizado por Sérgio Miceli e Ângela de Castro Gomes. Viveiros de Castro constrói um panorama das instituições nacionais produtoras do saber etnológico a partir do final dos anos 1960, mencionando pensadores que considera relevantes para a área e para sua própria formação. Ele identifica as redes intelectuais que envolviam e ligavam esses indivíduos, bem como sintetiza os aspectos principais de suas teses, localizando-as em sua linha narrativa epistemológica. Fazendo um balanço da etnologia em seu presente, o autor aborda brevemente o impacto da história sobre a área naqueles últimos anos, entendendo que vinha deste encontro uma renovação.

O historiador Benito Bisso Schmidt, observando o crescimento editorial das biografias no Brasil, especialmente daquelas escritas por jornalistas, questiona-se sobre as semelhanças e as diferenças das obras biográficas fabricadas por eles, e das construídas por nós, historiadores. Após se debruçar sobre algumas tendências que contribuíram para a renovação do olhar dos historiadores para as biografias, bem como para sua popularidade entre os jornalistas, Schmidt coloca a influência da literatura como ponto comum entre as duas áreas. Entretanto, nas narrativas dos historiadores, a precisão formal é maior do que se verifica nas narrativas dos jornalistas, que têm mais conteúdo ficcional. Schmidt entende que biógrafos da comunicação pecam no tratamento com as fontes e na falta de rigor técnico, sem o qual não há clareza, na narrativa, entre fato e licença poética.

Novamente na EH, Maria Celina D'Araujo enxerga o diário pessoal de Getúlio Vargas, escrito entre 1930 e 1942, como “uma espécie de fio da meada para entendermos como Vargas lidava com a política”²⁹¹. A autora quer

²⁹⁰ CASTRO, Eduardo Viveiros de. *O campo na selva, visto da praia*. In: **Estudos Históricos**. Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.10, jul./dez., 1992, pp. 170-199.

²⁹¹ D'ARAUJO, Maria Celina. *O fio da meada no diário de Vargas*. In: **Estudos Históricos**. Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.17, jan./jun., 1996, p. 186.

compreender as justificativas de Vargas para escrevê-lo, isto é, os pretextos que o próprio ex-presidente empregou para fazê-lo, implícita e explicitamente.

Após discorrer longamente sobre o que é o diário, seu surgimento, seus usos individuais e sua serventia como fonte historiográfica, D'Araujo apresenta sua análise da fonte, desbravando o conteúdo do diário. Ela conclui que, a princípio, Vargas almejava marcar a experiência como administrador, deixar um registro para praticar a autoanálise a fim de revisitar memórias e interpretar seu comportamento nelas, buscando aprimorar-se. O diário conteria, para ele, diversas oportunidades de tomar lições.

Entretanto, em 1936, o ex-presidente muda suas motivações, dialogando com os leitores e projetando as interpretações futuras de seus escritos. Seu diário continua sendo um registro pessoal, não-oficial, de sua rotina. Porém, não se trata mais de um relato para si, de caráter pedagógico; torna-se um registro do seu processo de tomada de decisão, uma espécie de “prestação de contas”²⁹² para os que virão a lê-lo.

Maria Luiza Ritzel Remédios também apresenta sua pesquisa sobre o diário de Getúlio Vargas. A doutora em Teoria da Literatura o classifica como literatura confessional, devido à consciência de Vargas de sua autocrítica enquanto escreve. Remédios ressalta as decisões e a percepção do ex-presidente acerca das convulsões de seu tempo, perpassando acontecimentos como a Revolução de 1930 e a Segunda Guerra Mundial. O curto artigo é finalizado com a interpretação de Remédios, que entende que “a escrita [do diário] reflete a sinceridade da vivência desse eu que se confessa”²⁹³.

Em *Memória e Família*²⁹⁴, a antropóloga Myriam de Barros faz uso de entrevistas e álbuns de fotografia de família para realizar um estudo acerca da memória individual e coletiva, das noções de lembrança, de identidade e de pertencimento em representações da vida familiar. Com recorte nos anos 1980, predominam no artigo, portanto, a história oral e o tempo presente.

O artigo do sociólogo e historiador austríaco Michael Pollak *Memória, esquecimento, silêncio*, discorre sobre aqueles últimos quinze anos da Europa

²⁹² Ibidem, p. 200.

²⁹³ REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. A preservação da vida na escrita: o diário de Getúlio Vargas. In: **Estudos Históricos**. Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.17, jan./jun., 1996, p. 213.

²⁹⁴ BARROS, Myriam de. *Memória e Família*. In: **Estudos Históricos**. Memória. Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.3, jan./jun., 1989, pp. 29-42.

(1974-1989) a fim de abordar as pulsantes disputas de memória que contribuíram para a predileção dos pesquisadores pela crise em detrimento da estabilidade. O autor cita como exemplo as narrativas históricas elaboradas durante dois momentos do processo de destalinização: o primeiro trata da ocasião em que Nikita Krushev trouxe a público, pela primeira vez, os crimes cometidos por Stalin; o segundo refere-se à *glasnost* e à *perestroika*, medidas adotadas na URSS poucos anos antes da publicação do artigo. Pollak argumenta que esta abertura originou um “movimento intelectual” crítico ao stalinismo, o que teve papel relevante para avivar

Traumatismos profundamente ancorados que ganharam forma num movimento popular que se organiza em torno do projeto de construção de um **monumento à memória das vítimas** do stalinismo²⁹⁵.

Pollak menciona a importância da história oral para o conhecimento dessas “memórias subterrâneas”, que integram e unificam as “culturas minoritárias e dominadas”²⁹⁶.

O texto também trata das memórias da Segunda Guerra Mundial e das vítimas do holocausto, abordando a função e os efeitos dos testemunhos, a necessidade de justificação, de autenticidade e os sentimentos ambivalentes que eles evocam, mas, da mesma forma, o papel das comemorações e das identidades construídas. Estes são temas recorrentes nos trabalhos pertencentes ao âmbito da História do Tempo Presente. Ademais, ao falar sobre *memória enquadrada*, o autor empresta o conceito de Henry Rousso, o que é igualmente significativo para a classificação deste artigo como História do Tempo Presente. É fundamental destacar que o Pollak pertencia ao *Institut d'histoire du temps présent* quando escreveu o texto em questão. Portanto, este reúne recorte temporal recente, temáticas da História do Tempo Presente, vinculação à instituição de referência na área e aporte teórico-metodológico notoriamente relacionado a ela.

Após esse percurso, é notável que **memória e trajetória** envolve múltiplos sentidos destes conceitos. Desde a trajetória de Viveiros de Castro, narrada por ele mesmo a partir também de sua memória; passando por uma

²⁹⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Memória. Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.3, jan./jun., 1989, p. 5, grifo nosso.

²⁹⁶ Pollak, 1989, p. 4.

reflexão comparativa acerca das biografias historiográficas e jornalísticas, trajetórias de indivíduos célebres (ou nem tanto); adentrando por duas vezes a intimidade de Getúlio Vargas, veiculada em seus diários, fontes totalmente relacionadas ao tema deste bloco; valorizando o papel da história oral e os álbuns de família para a construção das memórias individual e coletiva. Finalizamos com o artigo de Pollak, de teor teórico, que arremata as interpretações apresentadas. É importante destacar que esse texto de Pollak teve enorme repercussão, tornando-se uma referência recorrente. Para se ter uma ideia, até o presente momento, ele contabiliza 8.204 citações no Google Acadêmico.

Ao próximo bloco demos o nome de **Comemorações**. Mas antes de iniciá-lo, queremos destacar *As festas que a república manda guardar*, da socióloga e cientista política Lucia Lippi Oliveira, que discorre sobre as diferenças entre Império e República no Brasil, mais especificamente se referindo às mudanças nas tradições e símbolos nacionais em sua função legitimadora das formas de governo. A autora parte explicitamente de questões do seu presente, marcado pelo centenário da República, comemoração que influenciou também a escolha do tema do dossiê. Na introdução, Oliveira debate o que chama de *crise vivida* no país naquele momento:

A crise brasileira de hoje envolve, entre outros problemas, o ceticismo em relação ao país (Brasil, país do futuro) e aos políticos e o questionamento da crença de que o "novo" é melhor, crença que tem feito parte do sentido moderno de história, no qual nos inserimos. O rompimento desta relação positiva com o futuro, configurada na noção de progresso, nos leva igualmente a rever a relação com o passado. [...] Como organizar a comemoração de um acontecimento que provoca hoje tantos sentimentos ambivalentes e tantas dúvidas? Não nos parece ser por acaso que a comemoração do Centenário da República tem se pautado pela realização de seminários, simpósios e mesas redondas relativamente fechadas, acadêmicas. Hoje se valoriza a pesquisa histórica, o debate historiográfico, em detrimento de uma comemoração mais festiva da memória nacional. Este é um indício importante do Brasil atual.²⁹⁷

Sendo assim, em observância a essas tendências, a autora analisa os sujeitos e as maneiras como a memória republicana foi construída quando da

²⁹⁷ OLIVEIRA, Lucia. As festas que a república manda guardar. In: **Estudos Históricos**. Identidade Nacional. Rio de Janeiro: FGV, v.1, n.2, jul./dez.,1988, p. 1989, p. 172.

transição do Império à República, almejando interpretar “o fracasso de tal empreitada”²⁹⁸.

Apesar de Oliveira apoiar-se teoricamente em Michael Pollak, este não é um texto enquadrado em nosso trabalho como História do Tempo Presente. Preferimos alocá-lo na opção *História Política*. Contudo, as reflexões da autora são interessantíssimas para nosso conhecimento acerca dos critérios dos editores para a escolha dos temas dos dossiês, bem como para compreendermos melhor os sentidos e os significados dados àquele ano de comemoração nacional. O tema do dossiê, sim, relaciona-se diretamente à comemoração do centenário da república, não o tema do artigo em questão.

Interligamos à fala da “crise brasileira de hoje” a observação de que

Cada momento presente e cada crise ou mudança na sociedade permitem que se construa uma nova tradição, definindo que eventos e pessoas devem ser lembrados e quais devem passar ao esquecimento.²⁹⁹

Entendemos que a socióloga deseja, assim, a construção de novas tradições para o presente democrático; ou que, ao menos, constata a tendência, no centenário, à revisão das tradições existentes acerca do quinze de novembro.

Como dissemos, o texto de Oliveira versa sobre comemorações, mas não se enquadra como artigo de História do Tempo Presente. Portanto, o bloco Comemorações se inicia a partir do artigo da antropóloga Regina Abreu, que estuda a evocação de dois escritores em seus aniversários de morte: Euclides da Cunha e Clarice Lispector. De maneira diferentes, dois movimentos ocorridos em 1992 rememoraram as trajetórias destas personagens: para ele, um evento comemorativo na cidade de São José do Rio Pardo; para ela, uma exposição no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro. A autora se pergunta qual a motivação para essas comemorações de passagem da morte, e o que elas teriam de particular. Por meio da comparação entre os dois eventos, Abreu almeja contribuir com os estudos acerca da memória social, analisando

o lugar dessa modalidade de comemoração nas sociedades modernas, sua função e significado enquanto “lugar de memória” num mundo marcado pela fragmentação, pela tendência à desagregação dos laços de continuidade, [bem como as] concepções diferenciais de pessoa que são

²⁹⁸ Ibidem, p. 173.

²⁹⁹ Ibidem, p. 175.

ritualmente dramatizadas nos eventos enfocados, tomando como referência as distinções propostas por Trilling entre as categorias sinceridade e autenticidade.³⁰⁰

Ao final do artigo, a autora ressalta o quanto a memória social é fruto das demandas do presente. Ancorada em Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi, ela pensa a lembrança como “a recriação do passado no presente”³⁰¹, como reconstrução do passado a partir dos interesses e das concepções atuais.

Em 1992, a historiadora Rachel Soihet publicou *O drama da conquista na festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural*. Soihet quer escrever história a partir da perspectiva dos subalternos, enxergando a festa como resistência, um evento onde se unem “aspectos expressivos do universo cultural dominante” e da “cultura popular” em um momento de “lazer desses grupos, nela [na festa] ocorrendo uma influência recíproca entre ambos os segmentos”³⁰².

Assim, o estudo da festa seria uma oportunidade de analisar “atitudes, valores e comportamentos dos diversos grupos sociais”³⁰³, seus símbolos, suas representações. Enfocando a América Latina, a autora destaca “a dramatização da conquista”, existente desde o século XVI, como uma das festas (e resistências) preferidas em “áreas de predominância indígena”. Soihet toma estas peças teatrais como fontes, pois entende que elas “[deixam] entrever, de forma significativa, a visão do indígena sobre o acontecimento. Esta representação, por si só, constitui um testemunho do fracasso” da tentativa espanhola de destruição da cultura desses povos³⁰⁴, pois demonstra seu poder de apropriação e subversão das imposições estrangeiras, já que, “na intimidade do seu cotidiano, mantinham seus valores, suas práticas, crenças”³⁰⁵.

Dessa forma, mesmo com as modificações nos textos das peças por influência espanhola; mesmo com a atualização dos significados dos elementos dos dramas indígenas, “em função das mudanças no contexto mais amplo”³⁰⁶, o

³⁰⁰ ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. In: **Estudos Históricos**: Comemorações. Rio de Janeiro: FGV, v.7, n.14, jul./dez., 1994, p. 206.

³⁰¹ Ibidem, p. 227.

³⁰² SOIHET, Rachel. O drama da conquista na festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural. In: **Estudos Históricos**. América. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.9, jan./jun., 1992, p. 46.

³⁰³ Ibidem, p. 47.

³⁰⁴ Ibidem, p. 49.

³⁰⁵ Ibidem, p. 56.

³⁰⁶ Idem.

artigo de Soihet trata da história do tempo presente, pois as peças estudadas continuam sendo encenadas e se perpetuam como parte fundamental da concepção de mundo desses povos.

Comemorações, um curto, porém expressivo bloco, nos mostra a função das festas na memória social e na resistência dos povos à dominação. O artigo de Abreu poderia ter sido englobado na categoria *Memória e trajetória* e o artigo de Soihet poderia compor nosso próximo grupo, *Patrimônios Culturais*. Entretanto, consideramos mais produtivo manter uma categoria exclusiva, a fim de enriquecer nosso estudo com mais essa temática, sem anular os matizes que nossas fontes apresentam.

No primeiro texto do grupo **Patrimônios culturais**, o funk é o foco do antropólogo Hermano Vianna. Analisando esse movimento musical na cidade do Rio de Janeiro, Vianna provoca o leitor ao questionar o sentido do “popular” no que diz respeito ao funk. O autor também debate se sua difusão pode ser considerada uma dominação alienadora da indústria cultural, que agiria impondo um ritmo importado, ou se seria uma manifestação carioca culturalmente “autêntica”.

Criticando os “pressupostos ingênuos” contidos no conceito de “cultura popular”, o autor argumenta que o funk carioca não pode ser considerado produto imposto pelos meios de comunicação em massa, pois estes simplesmente não se interessam pelo funk e não contribuem expressivamente para sua difusão. Além disso, os funks estadunidense e carioca seriam bastante diferentes devido à forma de apropriação brasileira, o que não condiz com uma realidade de influência imperialista absoluta. Para Vianna, a tendência da indústria cultural em 1990 seria de segmentação forçada pelos processos sociais do período, a fim de atender aos diferentes grupos e gostos, sem homogeneizações e generalizações.

Somado a isso, haveria o desenvolvimento de e o maior acesso a tecnologias e ferramentas que facilitariam a comunicação entre grupos espalhados por todo o globo, recursos que fugiriam ao controle da indústria cultural; dessa forma, tanto o argumento de sua onipotência, quanto o da importância da “autenticidade” e da “pureza” nas manifestações culturais, perderiam força. Vianna conclui, assim, que “o desejo por funk parece algo

interno à comunidade carioca que o consome, sem depender da ajuda ou do incentivo de instituições externas”³⁰⁷.

Em *Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais*, temos a análise do antropólogo José Reginaldo Gonçalves dos conceitos do título (*autenticidade, memória, ideologias nacionais*), bem como da ideia de *aura*, enfocando dois patrimônios culturais: as cidades históricas de Colonial Williamsburg (Estados Unidos) e Ouro Preto (Brasil). A *aura* se relaciona com originalidade, singularidade, permanência e “relação genuína com o passado”³⁰⁸; apoiado em Walter Benjamin, o antropólogo argumenta que, em relação aos patrimônios culturais,

[...] os ‘bens culturais’ que compõem esses patrimônios, em função mesmo de sua reprodutibilidade técnica, tendem a perder sua ‘aura’ e a desenvolver [...] uma forma ‘não-aurática’ de autenticidade³⁰⁹.

Estudando os casos das duas cidades, chegando ao seu presente, o autor aponta que “a crença nacionalista na ‘realidade’ da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu patrimônio”³¹⁰. Assim, pensando esses lugares como construções ficcionais, “somos levados a problematizar categorias como as de nação, que, supostamente, são expressas pelos chamados patrimônios culturais”³¹¹. Este texto é considerado aqui como história do tempo presente tanto por seu recorte temporal quanto pela temática estritamente relacionada à memória e ao patrimônio, dois temas caros à área.

O conjunto **Patrimônios Culturais** é representativo de uma temática já conhecida dos estudos de HTP pelo Ocidente afora³¹². A peculiaridade é o tempero brasileiro do funk, trazido por Vianna, bem como a comparação de Gonçalves, enfocando a rica Ouro Preto.

³⁰⁷ VIANNA, Hermanno. Funk e cultura popular carioca. In: **Estudos Históricos**. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.6, jul./dez., 1990, p. 247.

³⁰⁸ GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: **Estudos Históricos**. Identidade Nacional. Rio de Janeiro: FGV, v.1, n.2, jul./dez., 1988, p. 265.

³⁰⁹ Ibidem, p. 266.

³¹⁰ Ibidem, p. 268.

³¹¹ Ibidem, p. 273.

³¹² Basta lembrarmos as contribuições de Pierre Nora com seus “lugares de memória”. Cf: GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiæ**, Rio Grande, v. 3, n., pp. 27-46, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/handle/1/6852>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Abrindo o grupo **Modernidade no “Terceiro Mundo”**, no dossiê nº 9 (América), o filósofo e cientista político argentino-boliviano Hugo Mansilla fala sobre a construção das identidades nacionais no dito “Terceiro Mundo”. Analisando a crise identitária da América Latina, Mansilla reflete sobre a reação das “periferias mundiais” à influência dos países centrais, cujo desenvolvimento serviria de inspiração e medida (questionável) do desenvolvimento dos países terceiro-mundistas, “pressupondo-se que [os países centrais] estabelecem os critérios segundo os quais se deve julgar a qualidade e a direção de toda evolução histórica”³¹³.

Crises de identidade como as tratadas no artigo só começaram a ocorrer a partir do choque civilizacional promovido pela “expansão colonial das nações da Europa ocidental à época do Renascimento”³¹⁴. Mansilla entende o trabalho dos intelectuais dos países periféricos como uma tentativa de trazer estabilidade através da construção de uma identidade nacional unificada, que delimita as peculiaridades daquela população. Essa identidade é construída com

o intento de salvaguardar um núcleo da identidade original e, ao mesmo tempo, apropriar-se dos parâmetros evolutivos e normativos do Ocidente europeu e por eles reger-se, [tomando] o desenvolvimento metropolitano como o desenvolvimento universal, regular e habitual, que deveria ocorrer - com distintas fases temporais de início e duração - em todos os países do planeta.³¹⁵

Assim, o autor argumenta que a

civilização industrial é, ao mesmo tempo, objeto de culto e aversão, de adesão e repulsa; é tomada como modelo de conquistas normativas e temida como fonte de agressões. [...] [há a] necessidade imperiosa de adotar o estrangeiro, o que vem de fora, nos mais variados campos, da tecnologia aos sistemas organizacionais e institucionais, em razão de sua superioridade e eficácia indiscutíveis.³¹⁶

Para alcançar esse equilíbrio entre *o que vem de fora* e *o que está dentro*, os intelectuais periféricos construiriam “uma nova visão do próprio passado”,

³¹³ MANSILLA, Hugo. O dilema da identidade nacional e do desenvolvimento autóctone em uma era de normas e metas universalistas. In: **Estudos Históricos**. América. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.9, jan./jun., 1992, p. 62.

³¹⁴ Ibidem, p. 61.

³¹⁵ Ibidem, p. 62.

³¹⁶ Idem

esforços que hoje são denominados de "reconquista da identidade", "restabelecimento da própria essência histórica", "restauração da verdadeira nacionalidade" ou "restituição da comunidade genuína". O que é problemático nesta preocupação é sua propensão a transformar-se em apologia do passado, instrumentalização de anseios coletivos em prol de fins políticos (e até partidários) e visão deliberadamente distorcida da influência ocidental-metropolitana.³¹⁷

No dossiê 12, Elisa Reis publica novamente, para tratar dos desafios teóricos que os então chamados Segundo e Terceiro mundos estavam enfrentando com a dissolução da URSS, com a consequente inserção no capitalismo de mercado, bem como a adoção da democracia, em busca da "modernização" econômica. Reis trabalha com os "paralelos e contrastes entre as transições em curso no Leste europeu e no hemisfério sul, mais precisamente na América Latina" a fim de obter "uma perspectiva útil para o desenvolvimento de uma macroteoria sociológica da mudança". Considerando as "comparações históricas como relevantes tanto para o comportamento societário em geral quanto para a teorização sociológica em particular", Reis almeja compreender as aproximações e, sobretudo, os distanciamentos entre o Segundo e o Terceiro mundos para "ajudar-nos na construção de uma perspectiva teórica que venha a substituir vantajosamente a perspectiva desenvolvimentista anterior".³¹⁸

O historiador e filósofo chileno Eduardo Devés-Valdés analisa a oposição "modernização-identidade" no contexto intelectual da América Latina, mais especificamente no Chile do século XX. Segundo Valdés,

Os pensadores latino-americanos, na maioria das vezes, procuraram obter as melhores combinações possíveis entre esses dois elementos. Alguns deram ênfase à modernização, outros à identidade. Quase todos tentaram harmonizar, o que não significa que tivessem em mente uma mistura em partes iguais nem que tenham conseguido perceber o problema de maneira adequada e eficiente em cada situação particular.³¹⁹

³¹⁷ Ibidem, p. 63.

³¹⁸ REIS, Elisa. As transações do leste e do sul: o desafio teórico. In: **Estudos Históricos**. Globalização. Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.12, jul./dez., 1993, p. 164.

³¹⁹ DEVEZ-VALDÉS, Eduardo. Modernização e identidade: as ideias na América Latina a partir de um caso limite - Chile 1950-1973. In: **Estudos Históricos**. América. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.9, jan./jun., 1992, p. 75.

No que tange à intelectualidade, a quarta onda modernizante da América Latina foi consolidada no Chile em 1973, com a ditadura de Augusto Pinochet. Devés-Valdés quer

delinear, no período 1950-73 - por contraste com os períodos anterior (1920-50) e posterior (1973-) -, os tópicos mais recorrentes, as grandes correntes ideológicas, os elementos de mentalidade e sensibilidade do grupo falante-pensante, ou seja, da intelectualidade ou da elite, do grupo ilustrado chileno. [...] O período estudado caracteriza-se por uma série de transformações nas ideias, que culminaram, por afirmação ou negação, no golpe de Estado de 1973.³²⁰

Os três artigos do conjunto **Modernidade no “Terceiro Mundo”** tratam de preocupações que são próprias da América Latina, em seus dilemas de desenvolvimento, em seus conflitos identitários. Por essas características, representam uma parcela especial das fontes utilizadas neste trabalho, a partir da qual podemos compreender melhor nossas temáticas do tempo presente.

Intitulamos o próximo agrupamento **Política externa**. A historiadora e internacionalista³²¹ Alexandra de Mello e Silva trabalha a subjetividade da política externa brasileira. A autora coloca seu estudo como divergente da maioria por não enfatizar as variáveis geopolíticas ou econômicas dos processos de tomada de decisão, mas sim a percepção dos atores, que “está ligada a um conjunto de crenças, valores e imagens”³²². Esta seria conhecida nas relações internacionais como a abordagem dos “belief systems”. O foco de Mello e Silva são as percepções “sobre a inserção continental e internacional do Brasil”³²³. Nesse estudo, atentar-se para uma *tradição* e uma *continuidade* cognitiva dos agentes é fundamental, já que estes dois conceitos são chaves de interpretação da diplomacia nacional ao longo dos cinquenta anos pesquisados. Passando pelo barão do Rio Branco, por Joaquim Nabuco, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, San Thiago Dantas e Araújo Castro, a autora indica hegemonia da

³²⁰ Ibidem, p. 76.

³²¹ Um artigo muito interessante sobre o intercâmbio entre História e Relações Internacionais pode ser conferido em: MENDES, P. Os eternos movimentos (in)disciplinares entre a História e as Relações Internacionais: a importância do pensamento histórico. **História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 15, n. 38, p. 167–200, 2022. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1822>. Acesso em: 24 mar. 2023.

³²² MELLO E SILVA, Alexandra. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. In: **Estudos Históricos**. História e Região. Rio de Janeiro: FGV, v.8, n.15, jan./jun., 1995, p. 95.

³²³ Ibidem, p. 96.

tradição realista, bem como “a crença em uma especificidade [brasileira] frente aos demais países latino-americanos”³²⁴, que interliga-se a um conflito identitário e estratégico entre alianças com os EUA e as alianças com os países vizinhos.

O historiador Gerson Moura, em artigo póstumo (1993), debate a questão da neutralidade brasileira na Segunda Guerra Mundial entre 1939 e 1942, ano no qual, motivado pela entrada dos Estados Unidos no conflito, nosso país finalmente se posicionou contra o bloco do Eixo. *Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42* quer compreender “a natureza e as limitações”³²⁵ dessa condição. Moura ressalta o quanto não apenas os assuntos militares, mas os embates acerca da melhor concepção de política econômica para o Brasil, sugestionaram a política interna e, sobretudo, externa brasileira em um período em que EUA e Alemanha competiam “pela influência econômica e política nas Américas”³²⁶.

A fim de “aproveitar as melhores oportunidades criadas” por esta situação,

No conjunto, a política externa brasileira nos anos 30 pode ser descrita como uma política de equidistância pragmática entre as duas potências tanto em questões comerciais, como políticas e militares. Esta política conduziu à declaração da neutralidade em julho de 1939 e, o que é mais importante, aumentou o poder de barganha do Brasil nos anos seguintes.³²⁷

O ataque a Pearl Harbor e uma série de acontecimentos que o autor descreve e analisa culminaram com o fechamento de um acordo político-militar secreto entre EUA e Brasil, bem como posteriormente com a declaração de guerra deste contra a Alemanha e a Itália. Moura pontua que a neutralidade de países dependentes (como o Brasil da Segunda Guerra) é bastante limitada, com o agravante das múltiplas influências de potências (como os EUA e a Alemanha).

“Nesse contexto, a neutralidade constitui uma quase impossibilidade nas guerras globais contemporâneas, sobrevivendo em certas situações como função dos interesses dos próprios beligerantes”. Isto porque, além da “convicção das lideranças militares brasileiras de que o país não se encontrava preparado para enfrentar as consequências de uma guerra moderna”; assim

³²⁴ Ibidem, p. 115.

³²⁵ MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. In: **Estudos Históricos**. Globalização. Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.12, jul./dez., 1993, p. 178.

³²⁶ Ibidem, p. 179.

³²⁷ Idem.

como da “divisão política entre o Estado e a sociedade em relação à melhor aliança externa para o país”, os próprios Estados Unidos a princípio adotaram a posição neutra e tinham interesse na neutralidade latina³²⁸. Cenário que se transformou após o ataque japonês à base norte-americana. Segundo Moura, o mérito do Governo Vargas foi ter utilizado “habilmente sua neutralidade como trunfo para a obtenção de benefícios econômicos e políticos”³²⁹ para o Brasil.

Paulo Wrobel (economista, cientista político e internacionalista) discorre sobre mudanças na política externa brasileira ocorridas no início da década de 1960. Neste período, a busca brasileira por uma política externa independente ficou evidente em diversas ocasiões, dentre as quais Wrobel destaca: a) a ênfase no desarmamento na América Latina; b) a formação da Aliança para o Progresso, um programa de desenvolvimento para a América Latina, comandado pelos Estados Unidos; c) o apoio à descolonização da África e da Ásia; d) a reunião em que foi debatida a opção pelo isolamento de Cuba perante o sistema americano, medida que o Brasil foi contra, atenuando a tradicional aliança com Washington. São momentos os quais a Revolução Cubana influenciou fortemente, com o peso da presença do bloco soviético na América. Em tal contexto, o Brasil passou a construir uma postura mais independente, desautomatizando suas decisões diplomáticas a favor do alinhamento ocidental geral. Se não houve sucesso prático, já que nenhuma proposta do Brasil se concretizou como esperado, temos como consequências desse processo a publicização dos assuntos ligados à política externa e o redirecionamento das relações exteriores brasileiras por meio da dedicação à novas questões.

Williams da Silva Gonçalves (historiador, filósofo e doutorando em Sociologia) e Shiguenoli Miyamoto (cientista político) concentram-se na análise da política externa brasileira durante o período da ditadura civil-militar. Com uma nova diretriz de ação, advinda dos ideais correntes na Escola Superior de Guerra, nossa política externa entre 1964 e 1974 ficou marcada pelo maniqueísmo, pelo anticomunismo e pelo desejo de projetar o país como potência mundial. Essa postura diferia da política externa independente, adotada desde o governo de Jânio Quadros. A princípio, objetivava-se que o Brasil fosse visto como zona relevante e passível de dominação comunista, o que obrigaria

³²⁸ Ibidem, p. 187.

³²⁹ Ibidem, p. 188.

os Estados Unidos a investir esforços e recursos para inseri-lo “na estratégia de defesa do Ocidente”³³⁰. As expectativas brasileiras eventualmente foram frustradas pelo diálogo cada vez mais brando entre as duas superpotências.

Segundo os autores, a partir do governo Geisel, com o recente crescimento econômico brasileiro e “o deslocamento do eixo do sistema internacional de Leste-Oeste para Norte-Sul”³³¹, os Estados Unidos passaram a temer que o Brasil se tornasse um expoente na América. Nesse momento, a política externa brasileira modificou-se. Vivendo o dilema de perseverar ou não em sua frente desenvolvimentista, o regime civil-militar refletia sobre as consequências destas escolhas, sendo uma delas disputar poderes com as grandes potências, a qual o Brasil abraçou.

Todavia, a decisão de aceitar o desafio não foi irrefletida. Ela se adequava à nova tendência do sistema internacional, marcada pelo movimento dirigido por outros grandes Estados do Terceiro Mundo de democratizar as relações internacionais, de modo a romper uma ordem que beneficiava apenas os interesses das grandes potências e excluía os interesses das potências médias e emergentes e do conjunto do Terceiro Mundo.³³²

Entretanto, Gonçalves e Miyamoto entendem que a crise econômica mundial dos anos 1970 abalou o regime totalitário, fator que contribuiu para a abertura política iniciada em 1975. Os autores enfatizam, assim, a relação entre crise externa e interna na conjuntura em questão, entrelaçando as decisões políticas e econômicas à movimentação da sociedade com opiniões represadas pelo cerceamento da participação pública nas decisões governamentais.

Letícia Pinheiro, cientista social e internacionalista, analisa o período Geisel enfocando o reatamento das relações entre Brasil e China a partir de 1974. Com a suavização do embate entre EUA e URSS, o Brasil buscava novas relações diplomáticas e comerciais com o chamado *pragmatismo responsável*. Esta linha pregava o não-comprometimento com nenhuma ideologia, valorizando o que se enxergava como potencial de adaptação brasileiro às transformações do sistema internacional. Segundo Pinheiro, ao mesmo tempo em que *pragmatismo* vinha sinalizando o tom neoliberal da proposta, *responsável*

³³⁰ GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos: Globalização**. Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.12, jul./dez., 1993, p. 214.

³³¹ Ibidem, p. 222.

³³² Ibidem, p. 243.

relembra que o controle também era importante; postura que muito se assemelhava ao “processo lento e gradual” de abertura política pelo qual o país passava.

E, no que tange ao controle, a autora enfatiza a perda de autonomia e de poder de instâncias decisórias como o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI). Isso porque

A combinação das características pessoais do novo presidente e a suposta necessidade de se implantar um método mais centralizado de formulação de decisões como forma de evitar potenciais obstáculos ao novo projeto do governo, levou a uma significativa redução da arena decisória.³³³

Assim, principalmente no caso do CSN, esses órgãos serviam sobretudo como “o veículo de legitimação de grande parte das decisões previamente tomadas”³³⁴.

O Realismo de cada um: interdependência e relações políticas entre os Estados no mundo pós-guerra fria (1993) inicia-se com uma síntese da obra *Power and Independence*, de Joseph Nye e Robert Keohane. Marcos Galvão, diplomata e então chefe de gabinete do ministro do Meio Ambiente, entende que, dentre as correntes opostas dos “tradicionalistas” e dos “modernistas”, estes “acertaram muito mais do que Keohane e Nye jamais poderiam supor”³³⁵. Não obstante, o autor objetiva demonstrar como muitas teses do livro ainda são úteis àquele presente de interdependência entre Estados. Colocado como cerne do artigo, o texto de Keohane e Nye aparece dialogando com outros pensadores acerca dessa relação de dependência mútua, inclusive com as próprias análises de Galvão sobre o futuro das nações³³⁶. Para o autor, com as mudanças nos mundos político e econômico após o fim da Guerra Fria, torna-se interessante que a perspectiva tradicional não seja descartada, mas sim repensada, sobretudo a partir da ideia de interdependência.

³³³ PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. In: **Estudos Históricos**: Globalização. Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.12, jul./dez., 1993, p. 260.

³³⁴ Ibidem, p. 261.

³³⁵ GALVÃO, Marcos. O Realismo de cada um: interdependência e relações políticas entre os Estados no mundo pós-guerra fria. In: **Revista Estudos Históricos**. Globalização. Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.12, jul./dez., 1993, p. 150.

³³⁶ Aqui estamos empregando os conceitos de *Estado* e *Nação* como sinônimos, a fim de não tornar a leitura de nosso texto cansativa; não temos ambição de trabalharmos com estes conceitos de maneira aprofundada. Pedimos a compreensão do leitor.

Este grupo possui uma expressão considerável na EH, com profissionais de formações diversificadas: algumas incluem até três disciplinas de estudo. A maior parte dos artigos concentra-se em explorar as relações entre Brasil, seus vizinhos e Estados Unidos, com exceção do texto de Pinheiro, que discorre sobre as trocas entre nosso país e outra potência, a China.

Por último, temos um bloco de um artigo só: **Informatização**. No dossiê 10, o historiador e especialista em documentação científica José Maria Jardim fala dos desafios da chamada *era da informação*, que complexificou o trabalho de arquivistas e bibliotecários³³⁷. Poucos financiamentos, desvalorização profissional e mudanças na concepção de *informação* promoveram transformações em teorias e procedimentos. A informatização do mundo abalou tanto a arquivologia quanto a biblioteconomia, que precisaram reavaliar seus parâmetros no funcionamento de suas instituições educacionais e documentais.

O autor analisa perspectivas, sobretudo para os profissionais da informação, coletando, em vários outros pensadores, algumas soluções para os problemas gerados pela informatização dessas áreas de atuação. Jardim também discorre sobre o impacto dessas mudanças nas pesquisas de sociologia e de história, elaborando hipóteses sobre o futuro do *documento* (quanto a seu suporte, seu armazenamento, seu uso, suas formas de consulta, entre outros fatores), sobretudo acerca do *documento eletrônico*.

Este bloco trata de um tema que foi muito debatido entre os historiadores e os cientistas sociais: o impacto das tecnologias informacionais nos trabalhos das ciências humanas. Edson Silva escreveu, em 1998, um interessante ensaio sobre o tema³³⁸. O autor destaca a velocidade em que as tecnologias eram substituídas, o que forçava alterações nos procedimentos dos historiadores que as empregavam, influenciando inclusive o próprio fazer historiográfico. Silva vê este fenômeno como uma ameaça à constituição do campo, relatando as reações de seus colegas de ofício, ora de endeusar a tecnologia, ora de demonizar.

³³⁷ JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. In: **Estudos Históricos**. Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.10, jul./dez., 1992, pp. 251-260.

³³⁸ SILVA, Edson. Bancos de dados e pesquisa qualitativa em história: reflexões acerca de uma experiência. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, inverno 1998, pp. 167-176. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2066>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

Transparece aqui um processo sentido de maneira muito intensa pelos profissionais, que se viam às *voltas* com as inovações. Essa dificuldade de adapção por parte dos usuários é pontuada diversas vezes ao longo do texto, até mesmo como empecilho ao trabalho sistemático por meio dos programas de computador. Por outro lado, Silva também percebe os obstáculos à adaptação dos *softwares* às necessidades dos historiadores.

O autor ressalta igualmente os cuidados necessários na digitalização das fontes, a fim de garantir a maior correspondência possível entre documento físico e documento digital. Entretanto, ao final do artigo, Silva apresenta as vantagens das novas tecnologias, que, se empregadas corretamente, poderiam alavancar a produtividade do pesquisador. Uma delas é a busca por palavras-chave; outra, a capacidade de uso da Internet como veículo de compartilhamento de informações entre pesquisadores³³⁹.

Finalizada nossa análise dos grupos temáticos, partimos para as interpretações gerais dos dados.

Ao total, se polarizarmos os artigos entre História e Ciências Sociais, há um claro predomínio das segundas; contudo, se esmiuçarmos as áreas, temos que a formação “historiador (a)” repetiu-se onze vezes; cientista política (o), nove vezes; socióloga (o) e antropóloga (o), oito vezes cada; internacionalista/diplomata e filósofa (o) tiveram quatro repetições cada; geógrafo, duas; jurista, economista, museóloga e teórica da literatura, uma cada. Esses últimos dados, que consideramos mais relevantes por abrangerem as nuances dos interesses dos pesquisadores, correspondem a um equilíbrio entre as áreas de maior expressão numérica. Devemos pontuar que, apesar de Elisa Reis e Maria Celina D’Araujo publicarem três artigos cada uma, suas formações foram contadas apenas uma vez.

³³⁹ Podemos encontrar preocupações semelhantes no texto completo de Roberto Martins, publicado em 1992, em que o autor trata, em uma das subdivisões, das possibilidades de preservação dos documentos físicos frente à informatização (cf. MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. **Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**. Campinas: UNICAMP, 1992, pp. 27-48. Disponível em: <<https://www.ghhc.usp.br/server/pdf/ram-43.PDF>>. Acesso em: 23 mar. 2023); bem como no artigo de André Lopez, de 2004, onde o autor mostra preocupação com a conceituação arquivística a fim de evitar equívocos no arquivamento dos documentos digitais (cf. LOPEZ, André. Princípios arquivísticos e documentos digitais. **Revista do Arquivo do Município de Rio Claro**, n. 2, 2004, pp. 70-88. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1428>>. Acesso em: 23 mar. 2023).

Neste capítulo, compreendemos como são plurais as maneiras pelas quais o tempo presente se manifestou nos artigos da *Estudos Históricos*. Utilizamos como critério de seleção a abordagem da HTP que considera o tempo presente como “o tempo de uma vida humana”, possibilitando a presença das testemunhas e, sobretudo, dos atores históricos. Entre os temas mais frequentes, destacamos a construção de uma democracia efetiva, a dinâmica de acesso (ou não-acesso) da população aos seus direitos; os discursos contemporâneos sobre a sociedade brasileira do passado e do presente dos publicados, e a importância da propaganda nesses contextos; o papel das Comemorações; as ligações entre presente e passado a partir do estudo da memória e da trajetória; a representatividade dos patrimônios culturais; os dilemas entre identidade e modernidade, que incidem com especial força no então chamado “Terceiro Mundo”; os trâmites e a subjetividade da política externa brasileira; e a utilização da informática no tratamento da informação.

Em que pese nossa divisão por grupos, pontuamos que houve dificuldades em estabelecer essas categorias de textos por temas, pois vários artigos englobam assuntos diversos e, por isso, poderiam enquadrar-se em mais de um grupo. Ainda mais, é uma tarefa perigosa a do agrupamento, já que podemos empobrecer nossa análise de fontes quando fechamo-nas em segmentos demasiado delimitados e específicos. Mesmo assim, acreditamos ter conseguido demonstrar essa riqueza temática da EH, uma marca forte de sua interdisciplinaridade e da perspectiva histórica que a revista tanto declarou prezar em seus editoriais.

Concluimos que história, antropologia, sociologia e ciência política estão em equilíbrio quanto a sua expressão nos artigos recortados como tempo presente da EH. E que, além dos profissionais destas áreas, aparecem também filósofos, geógrafos, internacionalistas, um jurista, um economista, uma museóloga e uma teórica da literatura, o que de fato sinaliza a multidisciplinaridade da revista, tão defendida em seus editoriais.

Podemos encontrar paralelos entre a história produzida no IHTP e na *Estudos Históricos*, como, por exemplo, a ênfase nos estudos de regimes autoritários (o nazismo para eles, o Estado Novo e a ditadura civil-militar para

nós). Identificamos aportes teóricos em comum³⁴⁰, e alguns autores do IHTP tiveram trabalhos publicados pela EH³⁴¹. Ainda assim, a partir dos artigos da revista, não é possível afirmar com segurança que uma verdadeira relação com o IHTP existiu. Não há troca intelectual entre a revista e o instituto nítida o suficiente para sustentar essa afirmação.

Tampouco entendemos que existe uma tradição intelectual francesa firmemente estabelecida no periódico: há uma influência considerável da intelectualidade estadunidense nas publicações da revista, o que acaba impossibilitando uma caracterização estrita das ideias que alimentaram a EH durante seus dez primeiros anos. Alguns fatores a serem levados em consideração nessa questão são: 1) entre os autores estrangeiros publicados, os franceses e os estadunidenses estão em equivalência numérica; 2) a morte de Richard Morse mereceu grande destaque em editorial dedicado a ele, o que não ocorreu com outros pesquisadores estrangeiros. No que tange aos aspectos contextuais, fazendo uma análise externa à revista, 3) o CPDOC foi financiado pela Fundação Ford em diversos momentos, o que certamente favoreceu o diálogo entre os especialistas daqui e de lá; 4) o Centro recebeu professores mexicanos e estadunidenses em seus cursos de história oral, que, como vimos, introduziram a história do tempo presente como área no Brasil; 5) apenas após a fundação do IHTP os estudos franceses foram relevantes para a história oral brasileira. Portanto, apesar da formação francesa das fundadoras da revista, consideramos que a Estudos Históricos é fruto da construção de uma tradição intelectual híbrida.

Para a EH, a História do Tempo Presente eram as histórias da ditadura civil-militar e da democratização. Mas não somente. Estão abarcadas na noção de Tempo Presente da revista as narrativas sobre Estado Novo, em uma tensão permanente com a abertura política e o presente quente da repressão. Sendo assim, a EH pode ser considerada representante da HTP no Brasil por ocupar suas páginas com preocupações advindas de movimentações políticas recentes, mas também porque constrói uma noção própria de história do tempo presente.

³⁴⁰ Pierre Bourdieu foi aporte teórico nos artigos de HTP da EH por cinco vezes; Maurice Halbwachs foi por duas vezes; Pierre Nora e Michel de Certeau, uma cada.

³⁴¹ Michael Pollak e René Remond publicaram uma vez cada; Henry Rousso, além de publicar um artigo, também serviu de aporte teórico.

Contudo, sem o teor pessimista daquela verificada na Europa do pós-guerra; pelo contrário, com esperança no futuro a se construir.

Da parte dos cpdoquianos, já vimos que sua postura não foi de enfrentamento do governo militar, mas de negociação. Da parte dos autores publicados na EH, se vê um tom de proposição, de incentivo à construção de uma nova sociedade, baseada nos princípios democráticos e nos direitos humanos e sociais conquistados. Entendemos que a forma de escrita enquanto *apelo* é um dos caracteres distintivos desses autores, que convidam o leitor à mobilização política para mudança da realidade complexa apresentada nos artigos como questão-problema. As interpretações da história recente veiculadas no periódico buscam soluções para o Brasil, pavimentando caminhos para a concretização de um futuro democrático sólido e forte, defensor da equidade e da liberdade.

Em alguns contextos institucionais, essa conduta de interesse pela política, assim como a atenção para com o presente, era tomada como exemplar, modelo no exercício de nossa profissão. Isso mostra que, entre alguns grupos intelectuais, tal postura não era apenas difundida, mas valorizada. Infelizmente não é possível medir, fazer comparação com a situação dos intelectuais engajados pragmaticamente, e afirmar que a manifestação comedida verificada na EH era mais ou menos relevante que a outra. Porém, sabemos seguramente que, nesses contextos, o posicionamento político era estimado pelos pares³⁴².

Em outros contextos, percebemos que a postura engajada associada à “análise crítica do contemporâneo” era tida como menos científica, como veremos agora.

Por um lado, historiadores como Alice Canabrava, José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias, de uma geração diferente e, portanto, com uma formação acadêmica distinta da dos autores da EH, condenavam os colegas que adotavam modelos das Ciências Sociais desmedidamente e sem critério,

³⁴² “Do ponto de vista mais tradicional da ideia de contexto, parecer-me-ia plausível afirmar que a presença da política nas *personae* dos historiadores brasileiros deve muito à relação estabelecida entre esses intelectuais e o regime militar, assim como à força de certas correntes marxistas no pensamento social brasileiro. Se essas conexões são legítimas, de outro lado também são de avaliação muito difícil, carecendo de evidências mais concretas para uma afirmação tão ampla. Em que pese o tom de intuição nessa avaliação, também não me parece absurdo levá-las em conta, mesmo que à distância.” In: OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. 2017. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017, p. 96.

na produção de estudos que, para eles, não se preocupavam com a historicidade, com o sentido da mudança, assim como, muitas vezes, não empreendiam uma interpretação devida das realidades estudadas.³⁴³

Essa não era uma crítica única dos historiadores. Também entre os cientistas sociais do período, havia aqueles que desaprovavam os companheiros de profissão que escolhiam o empirismo e os modelos de pesquisa pré-estabelecidos, cuja utilização não contribuiria para a elucidação da realidade vivida.

Por outro lado, o aspecto político do trabalho do historiador, sobretudo quando traduzido em ação pragmática, era um fator impossibilitante à construção de conhecimento histórico científico. Canabrava, em especial, entendia que, em muitos casos, as obras enviesadas pelo pensamento de Karl Marx eram consideradas pelos pares como relevantes apenas pelo seu teor ideológico, e não por excelência acadêmica. Entretanto, fossem de direita ou de esquerda, para Canabrava os praticantes de uma história engajada pragmaticamente não deveriam nem ao menos ser considerados como intelectuais.

A única maneira legítima de investigação dos problemas políticos, na avaliação de Alice, seria através de uma base científica. [...] A historiadora condenava duas atitudes dessa historiografia posicionada ideologicamente: a articulação entre o fazer historiográfico e a atuação política pragmática, assim como a investigação de problemas políticos por aqueles que pregavam a junção dessas duas atividades.³⁴⁴

Como já destacamos, autoras e autores como Lélia Gonzales, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Joel Rufino dos Santos e Maria Beatriz Nascimento, engajados científica e politicamente, foram duramente isolados da academia, sendo verdadeiramente esquecidos por muitos anos.

Além disso, outro fator a ser levado em consideração, pelo menos no que tange aos historiadores cujos artigos foram analisados nesse estudo, é o quanto a subjetividade traduzida em manifestação político-partidária seria mal vista pelos acadêmicos do período. Predominava entre os profissionais daquele

³⁴³ CAIXETA, Laura Jamal. *Haverá forças mais construtivas do que o pensamento e a imaginação?*: um debate sobre identidades em Alice Canabrava. 2021. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021, p. 65.

³⁴⁴ Ibidem, p. 70.

momento a *persona* do historiador arquivista, apegado às fontes, que deveriam ser numerosas e muito bem alinhadas ao objetivo final da pesquisa, interpretadas meticulosamente visando contribuir para com ele. Portanto, criatividade e subjetividade, qualidades emergentes, eram características que deveriam agregar a este modelo virtuoso “sem romper com seus fundamentos mais básicos”³⁴⁵, prezando sempre pelo empirismo e pelo que era considerado como rigor científico³⁴⁶.

Sendo assim, sabendo que não havia consenso entre os historiadores das décadas de 1970, 1980 e 1990 quanto ao que seria o *ethos* ideal, e levantadas as hipóteses do que ele poderia ser, encaminhamo-nos para a conclusão desta dissertação.

³⁴⁵ OHARA, op.cit., p. 73.

³⁴⁶ “Embora não endossem de forma alguma a ideia ingênua de objetividade enquanto neutralidade ou de apagamento de si, os ideais de cientificidade cultivados na historiografia acadêmica brasileira do período não incluem flerte tão aberto com a subjetividade dos autores. A presença da subjetividade do historiador, assim como a reflexão teórica, permaneceria sendo o “mal necessário” do historiador que se pretende cientista social.” In: Ibidem, p. 71.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal mapear a produção historiográfica da revista Estudos Históricos (EH), vinculada ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre os anos de 1988 e 1997. Nossa hipótese de trabalho, confirmada no último capítulo, é a de que a EH poderia ser considerada produtora e veículo de uma história do tempo presente brasileira.

No primeiro capítulo, por meio de entrevistas, editoriais e textos memorialísticos, construímos a trajetória do CPDOC e da Estudos Históricos, detalhando a atuação dos pesquisadores que fizeram parte de seus primeiros anos. Com essa premissa, enfocamos as sociabilidades desses atores, buscando refletir sobre a teia que permeava o campo intelectual fluminense naquele momento. Esmiuçamos também a definição de interdisciplinaridade segundo os membros do Centro e da recorrência desse conceito em seus escritos.

Em nosso processo de escrita, pudemos identificar a estrutura e os financiadores do CPDOC, bem como as estratégias de projeção que esse centro de pesquisa utilizou: analisamos sua retórica de espaço de produção de conhecimento inferiorizado pelos demais; sua narrativa de nado contra a corrente, de posicionamento intelectual divergente, de afirmação de sua legitimidade. A interpretação das autoimagens cpdoquianas propiciou ao nosso estudo uma observação única das dinâmicas geracionais, ideológicas e de gênero dentro da instituição. Ademais, foi possível compreender as medidas adotadas pelas cpdoquianas para permanecerem empregadas, seja promovendo renovações no Centro, seja evitando embates diretos com seus superiores, ou mantendo no âmbito do privado as suas opiniões políticas.

Começamos o segundo capítulo dando especial atenção ao visual da revista, analisando suas capas. Posteriormente, apresentamos os resultados do mapeamento das tendências historiográficas do periódico. Por meio de estatísticas e de nossas interpretações, verificamos que as áreas de história da historiografia e história intelectual tiveram predominância no período escolhido,

enquanto que a história da educação e a história econômica tiveram pouquíssima (no caso da primeira) ou nenhuma expressão (no caso da segunda). Destacamos também a área de história ambiental, que desponta naquele contexto como emergente.

No que tange às fontes, interpretamos que os artigos empregam fontes não-oficiais representaram a maioria. Quanto aos autores, os homens compuseram maior número que as mulheres, evidenciando as disparidades de gênero envolvidas na carreira acadêmica. No tocante à nacionalidade, tivemos liderança disparada de brasileiros. A maior parte dos autores pertencia à instituições nacionais (especialmente as da região sul e sudeste) no momento da publicação dos artigos, sobretudo ao CPDOC, como era esperado.

Os artigos que possuíam orientação teórico-metodológica perfizeram pouco mais da metade dos números em relação aos que não possuíam. Dentre os primeiros, os estrangeiros apareceram mais vezes, e o nome de Pierre Bourdieu predominou. Essas apropriações evidenciam nossa dependência consciente de teses importadas do Norte Global, em detrimento das interpretações latinoamericanas.

Os recortes espaciais ora estiveram ausentes, ora enfatizaram o que se considerava como "Brasil", de maneira bastante generalista - postura que vimos ser problemática, por considerar o pólo Rio de Janeiro-São Paulo como representante do país inteiro. Os recortes que abrangem "América" se mostraram muitos e diversos, criando uma dissimilaridade entre orientações teórico-metodológicas e localidades estudadas, visto que as teorias e as metodologias latino-americanas aparecem raríssimas vezes no periódico. Nos recortes temporais, o século XX teve maior expressão numérica, o que nos encaminhou para a seleção dos trinta e oito artigos a serem interpretados no capítulo seguinte como história do tempo presente.

No terceiro e último capítulo, conceituamos o que seria *tempo presente* de acordo com a bibliografia sobre o assunto, elaborando a seguir nossos próprios critérios do que seria considerado como tempo presente na EH. Apresentamos brevemente a trajetória do *Institut d'histoire du Temps Présent*, e discorreremos sobre a institucionalização de uma área de história do tempo presente no Brasil. Tratamos de caracterizar essa história do tempo presente na

EH, agrupando os artigos eleitos em grupos por temática. Questionamo-nos, por fim, acerca da postura política dos publicados.

Utilizando como critério de filtragem dos textos da EH o tempo de duração de uma vida humana, que na década de 1980 no Brasil girava em torno de 63 anos, pudemos identificar os temas mais relevantes, bem como delimitar as dificuldades encontradas nesse processo. Ao final do capítulo, obtivemos oito grupos temáticos. Foram eles: Democracia e Direitos, Discurso e Propaganda, Memória e Trajetória, Comemorações, Patrimônios Culturais, Modernidade no "Terceiro Mundo", Política Externa, e Informatização. Quanto à formação dos publicados, percebemos um equilíbrio numérico entre historiadores, cientistas políticos, antropólogos e sociólogos, apesar deles não se distribuírem uniformemente entre os blocos. Também encontramos bons números em outras áreas de formação, o que confirmou nossa hipótese da interdisciplinaridade da revista.

A partir dos artigos veiculados na revista, não é possível determinar uma real ligação entre o IHTP e a EH, nem mesmo um predomínio da tradição intelectual francesa. Isso porque o periódico se mostra bastante receptivo também aos financiamentos americanos e às ideologias provenientes da intelectualidade estadunidense. Não obstante, a EH seria uma representante da HTP no Brasil por elaborar uma história do tempo presente própria, marcada pelo otimismo motivado pela abertura política, pela esperança no porvir, ao contrário das expectativas criadas na Europa após as duas grandes guerras.

Ao final, discutimos diferentes pontos de vista acerca do *ethos* do historiador nas décadas de 1980 e 1990, o que nos ajudou a entender as decisões narrativas dos autores da EH, mas também nos deu pistas sobre seus posicionamentos políticos. Entendemos que, em comparação aos cpdoquianos, os autores da EH mostravam-se bem mais engajados politicamente, expressando em seus textos uma preocupação enfática com o futuro próximo da recém-conquistada democracia. Sendo assim, a forma de escrita em *apelo* foi um recurso recorrente e importante para os publicados.

Um fator que pode ter pesado na escolha dos temas de estudo, bem como nos posicionamentos dos pesquisadores, fator sobre o qual não pudemos nos aprofundar nessa dissertação, são as restrições ao acesso da documentação

produzida durante o governo civil-militar. Convidamos o leitor a investigar essa possibilidade em outros trabalhos e a refletir sobre o assunto.

FONTES

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. In: **Estudos Históricos**: Comemorações. Rio de Janeiro: FGV, v.7, n.14, jul./dez., 1994, p. 205-230.

ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. In: **Estudos Históricos**. Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.18, jul./dez., 1996, p. 283-300.

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: **Estudos Históricos**. História e Região. Rio de Janeiro: FGV, v.8, n.15, jan./jun., 1995, pp. 59-84.

BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. In: **Estudos Históricos**. História e Natureza. Rio de Janeiro: FGV, v.4, n.8, jul./dez., 1991, 229-243.

BARROS, Myriam de. *Memória e Família*. In: **Estudos Históricos**. Memória. Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.3, jan./jun., 1989, pp. 29-42.

CAMARGO, Aspásia. [Correspondência]. Destinatário: Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro, 16 set. 1980. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=FGV_AVAP_GV&pagfis=874. Acesso em: 26 mai. 21.

CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas/CPDOC, 2003.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O campo na selva, visto da praia. In: **Estudos Históricos**. Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.10, jul./dez., 1992, pp. 170-199.

COSTA, Célia Maria Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. In: **Estudos Históricos**. Memória. Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.3, jan./jun., 1989, pp. 63-76.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org). **Fundação Getulio Vargas**: concretização de um ideal. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O fio da meada no diário de Vargas. In: **Estudos Históricos**. Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.17, jan./jun., 1996, p. 185-203.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Juizados Especiais de Pequenas Causas: notas sobre a experiência no Rio de Janeiro. In: **Estudos Históricos**. Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.18, jul./dez., 1996, p. 301-322.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. In: **Estudos Históricos**. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.6, jul./dez., 1990, p. 196-206.

DEVEZ-VALDÉS, Eduardo. Modernização e identidade: as ideias na América Latina a partir de um caso limite - Chile 1950-1973. In: **Estudos Históricos**. América. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.9, jan./jun., 1992, p. 75-83.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes; BESSA, Vagner de Carvalho. Território e política: as mutações no discurso regionalista. In: **Estudos Históricos**. História e Região. Rio de Janeiro: FGV, v.8, n.15, jan./jun., 1995, p. 27-37.

DOS palácios às hortas. **Istoé**, São Paulo, nº 1999, 27 fev. 2008. Seção Comportamento. Disponível em: <https://istoe.com.br/1194_DOS+PALACIOS+AS+HORTAS/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FERREIRA, Jorge. A Cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas. In: **Estudos Históricos**. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.6, jul./dez., 1990, p. 180-195.

FONTES, Paulo. *Sensei* Angela de Castro Gomes: Uma breve homenagem à professora emérita do CPDOC/FGV. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 565-573, ago. 2016.

GALVÃO, Marcos. O Realismo de cada um: interdependência e relações políticas entre os Estados no mundo pós-guerra fria. In: **Estudos Históricos**. Globalização. Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.12, jul./dez., 1993, p. 149-161.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: **Estudos Históricos**. Identidade Nacional. Rio de Janeiro: FGV, v.1, n.2, jul./dez., 1988, p. 264-275.

GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**: Globalização. Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.12, jul./dez., 1993, p. 211-246.

HERMET, Guy. Nacionalismo e Cidadania na Europa atual. In: **Estudos Históricos**. Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.18, jul./dez., 1996, p. 323-335.

HEYMANN, Luciana. Pioneiras e construtoras: breve nota sobre a contribuição de Angela de Castro Gomes e Lucia Lippi Oliveira à trajetória do CPDOC. **Estudos Históricos**: Direito, História e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai./ago. 2016, p. 541-550.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. In: **Estudos Históricos**. Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.10, jul./dez., 1992, pp. 251-260.

LACERDA, Aline Lopes de. A “obra getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. In: **Estudos Históricos**. Comemorações. Rio de Janeiro: FGV, v.7, n.14, jul./dez., 1994, p. 241-263.

LAFER, Celso. O significado de república. In: **Estudos Históricos**. República. Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.4, jul./dez., 1989, p. 214-224.

MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. In: **Estudos Históricos**: Comemorações. Rio de Janeiro: FGV, v.7, n.14, jul./dez., 1994, p. 149-160.

MANSILLA, Hugo. O dilema da identidade nacional e do desenvolvimento autóctone em uma era de normas e metas universalistas. In: **Estudos Históricos**. América. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.9, jan./jun., 1992, p. 60-74.

MELLO E SILVA, Alexandra. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. In: **Estudos Históricos**. História e Região. Rio de Janeiro: FGV, v.8, n.15, jan./jun., 1995, p. 95-118.

MENDES, P. Os eternos movimentos (in)disciplinares entre a História e as Relações Internacionais: a importância do pensamento histórico. **História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 15, n. 38, p. 167–200, 2022. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1822>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. In: **Estudos Históricos**. Globalização. Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.12, jul./dez., 1993, p. 177-189.

OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. Sociologia (vol. 2). São Paulo: Sumaré, 1999, p. 147-181.

OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. **Lucia Maria Lippi Oliveira II** (depoimento, 2009 / 2010). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 20min). Transcrição. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/lucia_lippi/TranscricaoLuciaLippi.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

OLIVEIRA, Lucia. As festas que a república manda guardar. In: **Estudos Históricos**. Identidade Nacional. Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.4, jul./dez., 1989, p. 172-189.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **[Correspondência]**. Destinatário: Luiz Simões Lopes. Rio de Janeiro, 14 jul. 1973. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FGV_AVAP_GV&pasta=AVAP%20gv%20acgv%201973.07.14&pagfis=710. Acesso em: 05 mai 2021.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **Celina Vargas do Amaral Peixoto III** (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 31min). Transcrição. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/celina_vargas/TranscricaoCelinaVargas.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Estudos Históricos**: Globalização. Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.12, jul./dez., 1993, p. 247-270.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Memória. Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.3, jan./jun., 1989, p. 3-15.

REIS, Elisa. As transações do leste e do sul: o desafio teórico. In: **Estudos Históricos**. Globalização. Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.12, jul./dez., 1993, p. 163-175.

REIS, Elisa. O Estado Nacional como Ideologia: O caso brasileiro. In: **Estudos Históricos**. Identidade Nacional. Rio de Janeiro: FGV, v.1, n.2, jul./dez.,1988 187-203.

REIS, Elisa. Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão. In: **Estudos Históricos**. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.6, jul./dez., 1990, p. 161-179.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. A preservação da vida na escrita: o diário de Getúlio Vargas. In: **Estudos Históricos**. Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.17, jan./jun., 1996, p. 205-214.

REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro: FGV, 1988-1997. Semestral. ISSN (versão online): 2178-1494.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Programas de estabilização e presidencialismo imperial: Argentina, Brasil e Peru. In: **Estudos Históricos**. América Latina. Rio de Janeiro: FGV, v.10, n.20, jul./dez., 1997, p. 345-362.

SOIHET, Rachel. O drama da conquista na festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural. In: **Estudos Históricos**. América. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.9, jan./jun., 1992, p. 44-59.

VELLOSO, Mônica. A Literatura como Espelho da Nação. In: **Estudos Históricos**. Identidade Nacional. Rio de Janeiro: FGV, v.1, n.2, jul./dez.,1988, p. 239-263.

VIANNA, Hermanno. Funk e cultura popular carioca. In: **Estudos Históricos**. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.6, jul./dez.,1990, p. 244-253.

VIANNA, Luiz Werneck. Poder judiciário, “positivação” do direito natural e política. In: **Estudos Históricos**. Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.18, jul./dez., 1996, p. 263-281.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. CPDOC 20 anos. **Estudos Históricos**: CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, pp. 3-6.

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos**: Comemorações. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, pp. 205-230.

ALBUQUERQUE, Isabela. A História Cruzada e os limites do comparativismo histórico. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018, pp. 5-15. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/5097/isabelav5n2.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023

ALVES, Fabrício Gomes. **Folheando páginas, descobrindo histórias: a Revista de História e a difusão da historiografia dos Annales no Brasil (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, UFPB, 2010.

ANHEIM, Étienne. Genre, publication scientifique et travail éditorial. L'exemple de la revue Annales. Histoire, Sciences sociales. **Tracés**, Lyon, n. 32, p. 193-212, 2017.

ARRAIS, Cristiano Alencar. O caminho da ciência normal: a *American Historical Association*. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Milfontes, 2017, pp. 353-382.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Por uma renovada História Econômica. In: SAES, Alexandre Macchione; SAES, Flávio Azevedo Marques de; RIBEIRO, Maria Alice Rosa (org.). **Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE**. São Paulo: Alameda, 2017.

ASSESSORIA de Imprensa Editora UFMG. Editora UFMG resgata obra de Richard Morse. **Notícias da UFMG**, 2010. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/016217.shtml>>. Acesso em: 31 mai. 21.

ÁVILA, Arthur Lima de. Um lugar para a América Hispânica na historiografia norte-americana: A fundação do *Hispanic-American Historical Review* e as políticas da História. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Milfontes, 2017, pp. 131-160.

BARROS, José D'Assunção. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista Escritas: Políticas - Práticas e Representações**, v.1, 2008. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278/8103>>. Acesso em: 06 set. 2022.

BARROS, José D'Assunção. Histórias Cruzadas – considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 277-310, dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/42174/32274>. Acesso em 24 de mar. de 2023.

BASTOS, Elide Rugai [et al]. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.

BASTOS, Elide Rugai. O CPDOC e o pensamento social brasileiro. In: CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003, pp. 97-119.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco, 2017.

BENTHIEN, Rafael. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordens prática e epistemológica. **Rev. hist. (São Paulo)**, n. 179, 2020, pp. 1-26 Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/159951>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BENTHIEN, Rafael. Qualis periódicos na área de história: alguns apontamentos sobre os pressupostos, os resultados e os possíveis efeitos de uma avaliação. In: : ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BENTIVOGLIO, Julio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a História da Historiografia? In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Milfontes, 2017, pp. 7-31.

BENTIVOGLIO, Julio. A *Historische Zeitschrift* e a historiografia alemã no século XIX. **História da Historiografia**, n. 6, 2011, pp. 86-106. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/231/166>>. Acesso em: 1 ago. 2019.

BENTIVOGLIO, Julio. A História no Brasil Imperial: a produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). **História: Questões e Debates**, v. 63, n.2, 2015, pp. 287-315. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/36459/28029>>. Acesso em: 1 ago. 2019.

BOMENY, Helena. Semper Dr. Morse - em celebração. Richard Morse (1922-2001). **Estudos Históricos: Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 27, jan./jun. 2001, p. 3-8.

BOMENY, Helena. Teoria literária e escrita da história de Hayden White. **Estudos Históricos: CPDOC 20 anos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 21-23.

BOMENY, Helena (Org.). **Um americano intranquilo**. Rio de Janeiro: FGV, 1992, 78p.

BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira; BENTO, Luiz Carlos. A *Revue de Synthèse Historique*: interdisciplinaridade e epistemologia nos estudos históricos franceses (1900-1914). In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Milfontes, 2017, pp. 275-304.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39, 1983.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRAGA, Adriana. Corporeidade Discursiva na Imprensa Feminina: um estudo de editoriais. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 9, n. 1, jan./jun. 2003, p. 109-120. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/64/24>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BUARQUE, Bernardo. Socióloga com olhar histórico ou historiadora com perspectiva sociológica? Uma leitura prospectiva da obra de Lucia Lippi. **Estudos Históricos**: Direito, História e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai./ago. 2016, p. 551-564.

BUTLER, Judith. Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 213-230.

CAIXETA, Laura Jamal. **Haverá forças mais construtivas do que o pensamento e a imaginação?**: um debate sobre identidades em Alice Canabrava. 2021. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Marta M. C. de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M. C. de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

CATANI, Afrânio; CATANI, Denice; PEREIRA, Gilson. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 17, mai/jun/jul/ago 2001, p. 63-85. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qQmH5t7HNQR6Mp9dm3YkfwQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CAVALCANTI, Maria Laura; VILHENA, Luiz Rodolfo. Traçando fronteiras. Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Estudos Históricos**: História e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990, pp. 75-92.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a.

CEZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos**: História, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Oeiras: Difel, 1988.

CIACCHI, A. Mestrança: Gioconda Mussolini e a Antropologia em São Paulo (1938-1969). **Tempos Históricos**, v. 19, p. 153-186, 1º semestre 2015.

Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11829/8831>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CIACCHI, A. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 50, n. 1, p. 181-223, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27260/29032>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

COPPEs Jr., Gerson Ribeiro. **Definir os limites com história, preencher com história os limites**: um estudo da construção de São Paulo como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1949). 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

COSTA, Aryana Lima. **De um curso d'água a outro**: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. 257p.

CPDOC. Afonso Arinos [Verbete]. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afonso_arinos>. Acesso em 31 mai. 21.

CPDOC. **Alzira Vargas do Amaral Peixoto**. E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alzira_vargas_do_amaral_peixoto>. Acesso em 28 abr. 21.

CPDOC. **Apresentação**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sobre>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

CPDOC. Departamento Administrativo do Serviço Público. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>>. Acesso em: 10 jul. 21.

CPDOC. Fernando Henrique Cardoso. **Memória das Ciências Sociais no Brasil**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/fernandohenrique>>. Acesso em 28 abr. 21.

CPDOC. **Luis Simões Lopes**. E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/luis_simoes_lopes>. Acesso em 28 abr. 21.

CPDOC. **Temístocles Brandão Cavalcanti**. Verbetes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/temistocles-brandao-cavalcanti>>. Acesso em 28 abr. 21.

CPDOC. **Wellington Moreira Franco**. Verbetes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wellington-moreira-franco-1>>. Acesso em 28 abr. 21.

CPDOC. Por uma Revista de História. **Estudos Históricos**: Caminhos da Historiografia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun., 1988, p. 3-4.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Fundação Getúlio Vargas**: concretização de um ideal. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos**: História, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 376p.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 22, p. 97-115, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1113/650>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

ESTATÍSTICAS sociais. Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos. **Agência de Notícias IBGE**, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>>. Acesso em: 16 de mar. de 2023.

FALCON, Francisco. Estudos Históricos - 15 anos! In: CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003, p. 179-192.

FÁVERO AREND, Silvia Maria; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Revista Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, jan.-jun., 2009, pp. 201-216. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338130370013>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia (org.) [et. al.]. **Tempo presente & usos do passado**. Ebook. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. CPDOC – 30 anos. In: CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003, p. 7-12.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Uma entrevista com Maria Yedda Linhares. **Estudos Históricos**: Teoria e História. Rio de Janeiro, v. 5 n. 10, jul./dez 1992, pp. 216-236.

FICO, C.; POLITO, R. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Varia Historia**. Belo Horizonte, n. 13, Junho/94, pp. 147-163.

FONTES, Paulo. Sensei Angela de Castro Gomes: uma breve homenagem à Professora Emérita do CPDOC/FGV. In: **Estudos Históricos: Direito, História e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai./ago. 2016, p. 565-573.

FRAIZ, Priscila. CPDOC: 25 anos. In: **Estudos Históricos: Arquivos Pessoais**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jan./jun. 1998, p. 3-7.

GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana (orgs.). **L'invention du naturel**. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin. Paris: Editions des archives contemporaines, 2000.

GLEZER, Raquel. Passado e presente: autores de fortuna variada. In: VARELLA, Flávia (org.) [et. al.]. **Tempo presente & usos do passado**. Ebook. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Apresentação. **Estudos Históricos: Direitos e cidadania**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 37, jan./jun. 2006, p. 3-5.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiæ**, Rio Grande, v. 3, n., pp. 27-46, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/handle/1/6852>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos: Identidade Nacional**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, pp. 264-275.

GRYNSZPAN, Mário. Estudos Históricos: 10 anos. **Estudos Históricos: América Latina**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, jul./dez. 1997, p. 159-162.

GUIMARÃES, Lúcia M. P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, L. M. B. P. das. [et al.]. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Marieta (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 95-118.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, n. 148, pp. 9-34, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952/21015>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

HEYMANN, Luciana. Pioneiras e construtoras: breve nota sobre a contribuição de Angela de Castro Gomes e Lucia Lippi Oliveira à trajetória do CPDOC. **Estudos Históricos: Direito, História e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai./ago. 2016, p. 541-550.

LEAL, João Eurípedes Franklin. Registros documentais contemporâneos como provas de ação de Luciana Duranti. **Estudos Históricos: CPDOC 20 anos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 49.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Paarahyba. **Memórias do desenvolvimento:** Lucas Lopes. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991. 346p.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Por que a história política? de René Rémond. **Estudos Históricos:** CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 7-9.

LOPES, José Sérgio Leite. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas de Roger Chartier. **Estudos Históricos:** CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 97-100.

LOPEZ, André. Princípios arquivísticos e documentos digitais. **Revista do Arquivo do Município de Rio Claro**, n. 2, 2004, pp. 70-88. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1428>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

LUCA, Tania Regina de. **Leituras, projetos e (Re)vistas(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Unesp Digital, 2017.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: UNESP, 1999.

MACHADO, Daiane Vaiz. Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. In: VARELLA, Flávia; ANHEZINI, Karina (orgs.). **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**: 2016. Coleção Concurso SBTHH. Mariana: SBTHH, 2018.

MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História**, Brasília, v. 10, nº 1-2, 2002, pp. 181-214. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27839/23933>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MARTINEZ, Paulo H. História ambiental um olhar prospectivo. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011, p. 23-35. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/14086/8021>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. **Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**. Campinas: UNICAMP, 1992, pp. 27-48. Disponível em: <<https://www.ghtc.usp.br/server/pdf/ram-43.PDF>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MASSI, Fernanda Peixoto. Brazilianismos, brazilianistas e discursos brasileiros. **Estudos Históricos:** História e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990, pp. 29-44.

MELLO, Ricardo Marques de. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História**, 1981-2000. 125 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MELO, Hugo Ricardo; ROCHA, Karolina Fernandes. Historiadoras na *English Historical Review* (1886-1902). In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Milfontes, 2017, pp. 205-242.

MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa, v. 48, pp.187-224, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MINUTOS DA HISTÓRIA: Ser historiador e historiadora no Brasil hoje. Convidada: Prof.^a Dr.^a Daiane Machado. Coordenador: Prof. Dr. Mauro Dillmann. Pelotas: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; Departamento de História ; UFPEL, 14 mar. 2022. Disponível em: <<https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy81YTdkZDdkYy9wb2RjYXN0L3Jzcw/episode/MmVmOGUwMDktYzEzOS00MjUyLTIIY2ltNzZiMmE4NmQzNjZk>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Notas sobre identidade nacional e a institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos: História e natureza**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 166-176.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. **Estudos Históricos: Identidade Nacional**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, pp. 220-288.

NASCIMENTO, Bruno César. **Para além do texto: os periódicos de história como elemento de definição do campo. O caso da revista de história da USP (1950 – 2016)**. 2016. 344 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. 2017. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. Sociologia (vol. 2). São Paulo: Sumaré, 1999, p. 147-181.

OLIVEIRA, Maria da G; GONTIJO, Rebeca. Sobre a História da Historiografia Brasileira: um breve panorama. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 177 (472):13-37, jul./set. 2016. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-472/item/108388-sobre-a-historia-da-historiografia-brasileira-um-breve-panorama.html>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

OLIVEIRA, Maria da G. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, 2010, p. 81-101. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PARENT IN SCIENCE. Parent In Science, 2022. Produções. Disponível em: <<https://www.parentinscience.com/documentos>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PEIRANO, Mariza. Só para iniciados. **Estudos Históricos: História e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990, pp. 93-102.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr/jun. 2018. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018088>>. Acesso em 22 jan. 2023.

PEREIRA, Matheus; MATA, Sérgio da. Introdução: Transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, Flávia (org.) [et. al.]. **Tempo presente & usos do passado**. Ebook. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PERPÉTUO, César Haueisen Zimerer. Uma radiografia da *American Historical Review* entre 1895 e 1915. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Milfontes, 2017, pp. 333-354.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. O Pensamento Histórico Brasileiro: relações com vertentes européias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes. **História em Revista**. Pelotas/ RS, v. 9, pp. 7-43, dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11705/7492>>. Acesso em: 08 ago. 2022.

PINHEIRO, Dimitri. Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969). **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 165-196, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645404>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

PINHEIRO, Dimitri. **Da política à ciência política, da ciência política à política**: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PINN, M. L. G. Maria Beatriz Nascimento: caminhos para (re)escrever a História. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 133–150, 2022. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/120453>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Teoria e História. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 201-215.

PONTES, Heloisa. A paixão pelas formas. Gilda de Mello e Souza. **Novos Estudos**, n. 74, p. 87-105, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/nmT8xQkZfVLMTXdkW3yxDYQ/?lang=pt>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

PONTES, Heloisa. Brasil com z. **Estudos Históricos**: História e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990, pp. 45-65.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e Michel Foucault

pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

RÉMOND, René. Por que a história política? In: **Estudos Históricos**. CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, pp. 9-19.

RIBEIRO, Santuza Cambraia Naves. Modéstia à parte, meus senhores, eu sou da Vila: a cidade fragmentada de Noel Rosa. **Estudos Históricos: Cultura e história urbana**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, pp. 251-268.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROGERS, Rebecca; MOLINIER Pascale (orgs.). **Les femmes dans le monde académique**. Perspectives comparatives. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2016.

RODRIGUES, Lidiane; MUDROVICIC, María Inés; AVELAR, Alexandre. Rebeldia disciplinada? Introdução à 'História como (in)disciplina'. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 25-44, maio-ago. 2021, pp. 25-44. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1867>>. Acesso em: 19 mar. 2023.

RODRIGUES, Lidiane. **História e Sociologia**: capítulos de um diálogo em longa duração. Curitiba: InterSaberes, 2020.

RODRIGUES, Lidiane. A doxa da heterodoxia: a avaliação dos pares e as condições de transgressão disciplinar. In: ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A História (in)disciplinada**: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane (orgs.). **História pública e história do tempo presente**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira**: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Historiografia brasileira em debate**: olhares, recortes e tendências. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2002.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica**: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012). Tese (Doutorado em História). Recife, UFPE, 2018.

SAPIRO, G. A noção de campo de uma perspectiva transnacional: A teoria da diferenciação social sob o prisma da história global. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26.1, 2019, p. 233-265. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159917/154426>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

SCOTT, Joan, W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

SILVA, Bruna. **Associações de Historiadores no Brasil: A SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)**. 2019. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019. 293p.

SILVA, Edson. Bancos de dados e pesquisa qualitativa em história: reflexões acerca de uma experiência. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, inverno 1998, pp. 167-176. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2066>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em Questão. In: LOPES, Marco Antonio. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Jaime Antunes da. Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas: o papel crucial da arquivologia de Charles Dollar. **Estudos Históricos: CPDOC 20 anos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 65-66.

SILVA, Leonardo de Jesus. História da Historiografia em revista: a história científica na Inglaterra a partir da *English Historical Review*. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Milfontes, 2017, pp. 305-332.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOUZA, Jéssica. CNPq possibilita inclusão da licença-maternidade no currículo das pós-graduandas e cientistas. Portal UFPA, 2021. Disponível em: <<https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/12591-cnpq-possibilita-inclusao-da-licenca-maternidade-no-curriculo-das-pos-graduandas-e-cientistas#:~:text=SIGAA-,CNPq%20possibilita%20inclus%C3%A3o%20da%20licen%C3%A7a%2Dmaternidade%20no,das%20p%C3%B3s%2Dgraduandas%20e%20cientistas&text=P%C3%B3s%2Dgraduandas%20e%20cientistas%20da,ado%C3%A7%C3%A3o%20de%20filhas%20e%20filhos>>. Acesso em: 12 out. 2022.

SPIRANDELLI, Claudinei. **Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2008.

TRIGO, Maria H. B. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero. 1994.

VAINFAS, Ronaldo; GOMES, Ângela de Castro. Entrevista com Eulália Maria Lahmeyer Lobo. **Estudos Históricos: América**. Rio de Janeiro, v. 5 n. 9, jan./jun. 1992, pp. 84-96.

VARELLA, Flávia. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, pp. 219-265. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1427/764>>. Acesso em: 31 out. 2022.

VASCONCELOS, José Antonio. *American Historical Review* em perspectiva. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Milfontes, 2017, pp. 161-174.

VELHO, Gilberto. O lugar da interdisciplinaridade. In: CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas/CPDOC, 2003, pp. 13-20.

VENEU, Marcos. O flâneur e a vertigem: metrópole e subjetividade na obra de João do Rio. **Estudos Históricos: Cultura e povo**. Rio de Janeiro: v. 3, n. 6, 1990, pp. 229-243.

VIEIRA, João Luiz. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história de Pierre Sorlin. **Estudos Históricos: CPDOC 20 anos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994, p. 81-83.

Notas biográficas:

ⁱ Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1914-1992). “Arquivista particular do pai desde 1932, em janeiro de 1937, quando cursava o último ano da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi oficialmente nomeada auxiliar de gabinete, passando a integrar o Gabinete Civil da Presidência da República. [...] Com o enfraquecimento do Estado Novo e o início da redemocratização, Alzira foi uma das articuladoras do Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em maio de 1945. [...] Publicou em 1960 a biografia *Getúlio Vargas, meu pai*.” (CPDOC. **Alzira Vargas do Amaral Peixoto**. E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alzira_vargas_do_amaral_peixoto>. Acesso em 28 abr. 21).

ⁱⁱ Cardoso (1931-) “é sociólogo, foi senador, ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, e presidente da República por dois mandatos (1994-2002). Formou-se em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), da qual se tornou professor em 1952. Foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), importante núcleo de pesquisa e reflexão sobre a realidade brasileira. Além da Universidade de São Paulo, da qual é professor emérito, ensinou nas Universidades de Santiago, no Chile; da Califórnia (Stanford e Berkeley), nos Estados Unidos; de Cambridge, na Inglaterra; de Paris-Nanterre, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, e no *Collège de France*, na França. De 2003 a 2007, foi professor at-large do Thomas J. Watson Jr. *Institute for International Studies*, da Brown University, nos Estados Unidos. Além disso, foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-1986), recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* de mais de 20 universidades e é membro honorário estrangeiro da *American Academy of Arts and Sciences*.” (CPDOC. Fernando Henrique Cardoso. **Memória das Ciências Sociais no Brasil**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/fernandohenrique>>. Acesso em 28 abr. 21).

ⁱⁱⁱ Wellington Moreira Franco (1944-). “Em 1966 diplomou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). [...] Ainda em 1966 exerceu o cargo de subchefe de seleção e treinamento do Departamento de Cadastro do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e foi bolsista da Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde trabalhou até 1968 como pesquisador. No ano seguinte diplomou-se pela Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, tendo ainda desempenhado a função de assistente de pesquisa da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da FGV, no estudo sobre ‘Administração pública brasileira e comportamento ideológico das elites políticas brasileiras frente à mudança e ao desenvolvimento’. [...] Em 1970 participou dos trabalhos de levantamento das condições habitacionais nos núcleos populacionais da Cidade de Deus e da Cidade Alta, no Rio de Janeiro, realizados pelo Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais. No final desse ano seguiu para Paris, onde cursou a *École Pratique des Hautes Études*. Retornando ao Brasil em 1973, elegeu-se em novembro do ano seguinte deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instituído no país em abril de 1964.” (CPDOC. **Wellington Moreira Franco**. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wellington-moreira-franco-1>>. Acesso em 28 abr. 21).

^{iv} Luís Simões Lopes (1903-1994). “[...] após a vitória do movimento revolucionário que levou Vargas ao poder, foi nomeado oficial-de-gabinete da Secretaria da Presidência da República, cargo que ocuparia até março de 1937. A partir de 1935, passou a colaborar ativamente na reforma administrativa empreendida pelo governo federal, que culminou na criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Foi então nomeado presidente do novo órgão, implementando uma política de racionalização e integração do serviço público, bem como de qualificação do funcionalismo. [...] Em dezembro de 1944, assumiu a presidência da recém-criada Fundação Getúlio Vargas (FGV), órgão cujo objetivo principal era promover a formação de pessoal qualificado para a administração pública e privada. Luís Simões Lopes permaneceria à frente da FGV por muitos anos, tendo promovido a ampliação das atividades da fundação. Em 1945, com a queda de Vargas, deixou a presidência do DASP. Entre 1951 e 1952, durante o

segundo governo Vargas, dirigiu a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM). Em 1954, foi eleito primeiro presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Foi também, durante muitos anos, diretor da Sociedade Nacional de Agricultura, entidade que presidiu entre 1960 e 1979 e à frente da qual promoveu intenso combate às propostas de reforma agrária. Durante sua vida foi também diretor de inúmeras empresas privadas.” (CPDOC. **Luis Simões Lopes**. E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/luis_simoes_lopes>. Acesso em 28 abr. 21).

^v Temístocles Brandão Cavalcanti (1899-1980). Bacharelou-se em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em dezembro de 1922. “Em outubro de 1930, aderiu à revolução promovida pela Aliança Liberal, alistando-se nas forças revolucionárias de Minas Gerais. Vitorioso o movimento, seu chefe supremo, Getúlio Vargas, assumiu a chefia do Governo Provisório em 3 de novembro, e em 12 de dezembro nomeou Temístocles procurador do Tribunal Especial, órgão da justiça revolucionária recém-instalado com a finalidade de apurar e julgar os fatos considerados irregulares na vida política e administrativa do país durante o governo Washington Luís. [...] Em 1947, foi um dos fundadores — e primeiro chefe — do Núcleo de Direito Público, ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), e um dos seus membros permanentes, ao lado de Carlos Medeiros Silva e Olavo Bilac Pinto. [...] Em maio de 1952, o Núcleo de Direito Público passou a denominar-se Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP, mais tarde Indipo), sempre vinculado à FGV. Temístocles permaneceu à frente do órgão, no cargo de diretor, função que exerceria até o final de sua vida, desempenhando diversas atividades administrativas e jurídicas, entre as quais a direção da *Revista de Direito Público e Ciência Política*; depois *Revista de Ciência Política*” (CPDOC. **Temístocles Brandão Cavalcanti**. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/temistocles-brandao-cavalcanti>>. Acesso em 28 abr. 21). Segundo Peixoto, Cavalcanti a auxiliou nos trâmites legais de criação do Centro e de doação dos arquivos que o compuseram a princípio.

^{vi} “Richard Morse nasceu nos Estados Unidos em 1922, completou seus estudos de Humanidades na Universidade de Columbia, onde foi aluno de Allen Tate e R. P. Blackmur. Sua primeira experiência com a América Latina foi em Cuba, da qual resultou uma novela intitulada *The Narrowest Street*. Fazendo eco talvez ao clima de aproximação cultural e econômica que marcou as relações entre Estados Unidos e Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, Morse decidiu abordar em sua tese de doutorado a história da cidade de São Paulo, a grande metrópole dos trópicos. Em 1947 fez sua primeira viagem ao Brasil a fim de recolher informações e fontes, mas também de entrar em contato com o agitado meio cultural dessa cidade. Em 1952 ele recebeu seu Ph.D., sendo a sua tese publicada com o título *De Comunidade a Metrópole: Uma Biografia de São Paulo* (1958). Este é um livro já considerado clássico de muitas maneiras, em especial como um exercício de história urbana, que abriu o campo de estudos sobre cidades da América Latina em uma perspectiva ‘cultural’. Nos anos 1980 tornou-se conhecido e polêmico no Brasil e em alguns países ibero-americanos como México e Argentina, quando da publicação de *O espelho de Próspero*, um estudo sobre a dialética do Novo Mundo, traduzido pioneiramente para o espanhol em 1982, e para o português em 1988, e ainda hoje [2010], inédito em inglês” (ASSESSORIA de Imprensa Editora UFMG. Editora UFMG resgata obra de Richard Morse. **Notícias da UFMG**, 2010. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/016217.shtml>>. Acesso em: 31 mai. 21).

^{vii} Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). “Bacharel em 1927, colaborou em jornais, exerceu a advocacia, e em 1929-1930 participou da campanha da Aliança Liberal. Por problemas de saúde, não participou da Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder. [...] Após o rompimento de sua família com Vargas, fundou em 1934, junto com o irmão Virgílio, a *Folha de Minas*. [...] Em 1936 tornou-se professor de história do Brasil da Universidade do Distrito Federal. Nos anos seguintes, enquanto o país vivia sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945), dedicou-se à vida acadêmica, ministrando cursos no Brasil e no exterior. [...] Foi um dos redatores do manifesto de lançamento da União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia a oposição liberal a Vargas. [...] Com a volta de Vargas ao poder, em janeiro de 1951, passou mover intensa oposição ao governo. Tornou-se então líder da UDN na Câmara e um dos integrantes da ala mais exaltada do partido, conhecida como Banda de Música. Na crise deflagrada em 1954, que culminaria no

suicídio de Vargas, propôs a renúncia do presidente e a intervenção das Forças Armadas. [...] Cumpriu importante papel no encaminhamento da emenda parlamentarista, solução proposta para contornar as resistências de setores militares à posse do vice-presidente João Goulart. Iniciado o governo Goulart em setembro sob a vigência do sistema parlamentarista, voltou a chefiar o Itamarati no gabinete Brochado da Rocha (julho-setembro de 1962). Partidário do golpe militar que depôs Goulart em 1964, foi um dos fundadores, em 1966, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político de sustentação ao regime militar. [...] Crítico dos rumos do regime, retomou suas atividades docentes e literárias" (CPDOC. Afonso Arinos [Verbete]. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afonso_arinos>. Acesso em 31 mai. 21).

viii "Órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país, iniciada anos antes por Getúlio Vargas. [...] Pretendia assim estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública e promover a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, o único capaz de diminuir as injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos empregos públicos. [...] Desde a sua criação até o fim do Estado Novo, o DASP foi presidido por Luís Simões Lopes. [...] Com a queda de Vargas em outubro de 1945, [...] suas funções assumiram um caráter de assessoria, exceto no tocante à seleção e aperfeiçoamento de pessoal, área em que se manteve como órgão executor." (CPDOC. Departamento Administrativo do Serviço Público. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945.** Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>>. Acesso em: 10 jul. 21). Aspásia Camargo, em 1999, criticava este método de gestão: "A Fundação foi pioneira na vertente do Dasp, mas o modelo daspiano está morto há mais de 20 anos, e ela tem dificuldade para mudar. Há uma vontade muito grande de mudar, mas sente-se que ainda há muita compartimentação, que faltam quadros superiores bem remunerados no processo de gestão. Acaba que a pessoa que faz o conteúdo tem que resolver também todos os problemas administrativos, e isso é um sacrifício desnecessário." (D'ARAÚJO, op. cit., p. 278).